

Carlos Carvalho no Porto:

palavras claras sobre o PCP

Págs. 3, 4 e 5

TIMOR

SOLIDARIEDADE

Manifestação em Lisboa

Págs. 6, 7
e 32

Amanhã, 18 horas
Alameda D. Afonso Henriques

Associação Nacional de Freguesias na Assembleia da República

— *uma voz
que se levanta*

Págs. 16 e 17



«Os Esteiros» foram publicados há 50 anos

Págs. 22 e 23

Um novo Partido? A «coisa»!

— artigo
de Agostinho Lopes

Págs. 18, 19 e 20

Horas de convergência, entendimento e acção comum



Alargam-se as acções de solidariedade com o povo de Timor

RESUMO

27
Quarta-feira

Um relatório da Provedoria da Justiça revela que os menores internados em estabelecimentos tutelares do Estado estão votados a um «abandono humano» para o qual «não há desculpa nenhuma» ■ O Benfica perde por uma bola a zero frente ao Dínamo de Kiev ■ Estruturas sindicais e empresariais subscrevem documento solicitando a «aplicação imediata» de medidas de apoio à indústria têxtil no concelho de Coimbra ■ O presidente do INIC, Britaldo Rodrigues, anuncia o seu pedido de demissão ■ Perez de Cuellar afirma no Porto que tenciona enviar uma missão a Timor-Leste para investigar o massacre de Santa Cruz ■ Com vista a limitar a intervenção de Washington, Israel sugere nova data para negociações bilaterais de paz ■ Metalúrgicos alemães, em território da ex-RDA, ocupam siderurgia como forma de protesto contra o anúncio de quatro a cinco mil despedimentos ■ Multidão enfurecida protesta contra o regresso ao Kampuchea de Khieu Samphan, dirigente dos «khmers» vermelhos.

28
Quinta-feira

Estudantes do Ensino Superior interrompem sessão solene de abertura das aulas da Universidade de Lisboa, após manifestação convocada pelas Associações para exigir a resolução dos problemas neste ramo de ensino ■ Assembleia da República aprova, apenas com os votos do PSD, Orçamento «rectificativo» para 1991 ■ Conselho de Ministros dá novos passos nos processos de privatização do BPA, Mundial Confiança e Siderurgia Nacional ■ Mário Soares afirma que a CEE é força motriz para nova Europa ■ A Indonésia reafirma que não aceita «comissões estrangeiras» de inquérito ao massacre de Dili ■ A Itália afirma a sua disponibilidade para reconhecer a Croácia, juntando-se assim nesta posição à Alemanha ■ O IRA reivindica dois atentados à bomba, em Belfast, capital da Irlanda do Norte ■ Os EUA iniciam retirada de armamento nuclear na Coreia do Sul ■ O Partido dos Trabalhadores (PT) do Brasil inicia o seu 1º Congresso Nacional.

29
Sexta-feira

Giovanni Spadolini, presidente do Senado italiano, recebe o grau de doutor *honoris causa* pela Faculdade de Letras de Coimbra ■ António Guterres afirma em entrevista ao Diário de Notícias que rejeita a imagem de conspirador permanente ■ Mário Carrascalão, governador pró-indonésio de Timor-Leste, admite existência de «paz podre» no território ■ O director do «Primeiro de Janeiro», cujo encerramento tem sido falado, apresenta o seu pedido de demissão do cargo ■ Baron Crespo, presidente do Parlamento Europeu, defende eleições directas para este órgão supranacional ■ Os países da Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) defendem o envio de «capacetes azuis» para a Jugoslávia ■ O primeiro-ministro do Togo afirma não tencionar ceder ao ultimato dos militares golpistas ■ O Partido Comunista Chinês, reunido no seu oitavo plenário, defende reforço da ideologia marxista.

30
Sábado

Jorge Sampaio propõe que a próxima direcção do PS seja eleita por voto directo de todos os militantes ■ A Associação representativa dos sinistrados revela que cerca de dez mil deficientes, vítimas de acidentes de trabalho, recebem pensões vitalícias inferiores a cem escudos mensais ■ John Major rejeita a hipótese de realizar um referendo sobre a aceitação de uma moeda única europeia ■ Giulio Andreotti afirma estar disposto a organizar eleições antecipadas em Itália ■ Golpe militar no Togo chega ao fim com regresso dos militares aos quartéis.

1
Domingo

Conselho Nacional do PRD manifesta-se contra a extinção do Partido ■ Giovanni Spadolini afirma que perspectivas de Maastricht não são encorajadoras ■ Maria Barroso recebe, em Madrid, Prémio Homens e Mulheres pela Paz ■ António Guterres acusa a direcção nacional do PS de «centralizadora» e de «deixar ao abandono» as bases ■ A sete dias da Cimeira de Maastricht, Dinamarca isola Grã-Bretanha ao concordar com a moeda única ■ Cerca de 80 por cento dos 34 milhões de eleitores ucranianos votam pela independência ■ Nazarbaev é eleito presidente do Cazaquistão ■ O director da CIA, Robert Gates, afirma que Mikhael Gorbachev poderá demitir-se este mês.

2
Segunda-feira

Um jornalista australiano, recentemente regressado de Timor, afirma que os militares indonésios abriram uma vala de 20 por 20 metros onde enterraram as vítimas do massacre de Santa Cruz ■ A Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) propõe em conferência de imprensa, uma maior atenção à moderação salarial ■ EUA admitem, através do porta-voz da casa Branca, reconhecer a Ucrânia ■ Reunidos na Cimeira do Grupo do Rio, treze países latino-americanos endurecem posição perante governo golpista no Haiti.

3
Terça-feira

Os doze ministros dos Estrangeiros da CEE aprovam um comunicado em que voltam a condenar a actuação indonésia em Timor-Leste e anunciam que a Comunidade vai rever a sua cooperação com Jacarta ■ Em Palmela é colocada a primeira pedra da fábrica da Ford/Volkswagen ■ O egípcio Butros Ghali é eleito secretário-geral da ONU ■ Nelson Mandela defende nas Nações Unidas a supressão gradual das sanções contra a África do Sul ■ «A desintegração da União Soviética ultrapassou os limites do razoável», advertiu Mikhail Gorbachev numa carta ao parlamento da URSS ■ Devido à ausência dos representantes israelitas, em Washington admite-se que as negociações sobre o conflito no Médio Oriente sejam adiadas até à próxima semana ■ O presidente do Togo e o primeiro-ministro de transição anunciam a formação de um governo provisório de unidade nacional, após um ataque dos militares à sede do governo.

Otumultuar dos acontecimentos e dos factos políticos do momento actual, muitos deles concebivelmente avolumados, deformados e mesmo em vários casos grosseira

mente forjados nos arsenais da confusão e da diversão ideológica e política, dificulta ao cidadão comum desprevenido a apreensão objectiva do que é essencial e verídico na complexa situação que vivemos, ao mesmo tempo que os induz numa falsa valoração do que é acessório e artificial na leitura da realidade e das questões fundamentais da hora presente.

O peso e a evolução previsível a curto e a médio prazo dos problemas deste nosso «país de sucesso», criado pela febre eleitoralista de Cavaco Silva; os «dias difíceis» por ele agitados logo no dia mesmo da sua vitória eleitoral e, de modo mais vasto, a natureza e as áreas de maior incidência geográfica e política das alterações profundas que se processam no mundo dos nossos dias, são obliteradas pela propaganda e a contrapropaganda dos diversionistas enfeudados ao poder.

Não é, obviamente, matéria que se possa abordar de modo cabal nas simples linhas de um editorial. Mas as questões, os perigos e as ameaças reais que se adensam no horizonte devem ser trazidas à luz do sol. Apelam inadiavelmente à análise objectiva, ao estudo, à reflexão e à necessidade da resposta dialéctica do cidadão português e dos cidadãos do mundo, aos quais a evolução acelerada dos acontecimentos isso é colocado de modo irrecusável na ordem do dia.

Para o povo português, para um Estado democrático verdadeiramente vinculado ao bem público e ao progresso social, económico e cultural do País nas condições actuais do seu desenvolvimento e da sua inserção no mundo, o projecto e a prática política antidemocrática do cavaquismo governante não podem deixar de introduzir factores de bloqueamento que acentuarão inevitavelmente as dependências, os desequilíbrios e assimetrias de toda a ordem que nos distanciam cada vez mais dos nossos parceiros comunitários desenvolvidos e nos remeterão para uma situação apen-dicular.

No momento em que vai realizar-se o complicado conclave de Maastrich - que encerra os seis meses de presidência holandesa e dá início à portuguesa - no qual tudo aponta para estrangulamentos à autonomia dos países mais atrasados da Comunidade com uma estranha excepção a favor da Grã-Bretanha, Portugal vai exercer o seu mandato em condições de dependência de facto mais agravadas face a parceiros mais fortes da CEE.

Durão Barroso empencha com a «presidência» da Comunidade e refere a decisão tomada esta semana pela OCDE da cessação da nossa condição de beneficiário e a passagem à de «beneficiador» dos países menos desenvolvidos. Mas Portugal vê acentuar-se de facto, cada vez mais, a sua posição na cauda dos países da Comunidade em termos das capitações «per capita» do rendimento nacional.

Os últimos números conhecidos revelam que o rendimento dos portugueses era inferior em 5,7 vezes aos dos alemães; em 4,8 aos dos dinamarqueses; em 4,2 aos dos franceses; em 3,8 aos dos belgas; em 3,75 aos dos holandeses; em 3,4 aos dos ingleses; em 2,2 aos dos espanhóis; em 2,1 aos dos irlandeses e em 1,25 aos dos gregos.

A «dimensão social» que nos separa dos restantes «comunitários» agrava-se e visivelmente não se atenua.

Sob a égide da política cavaquista acentua-se de maneira crescente o nosso desequilíbrio na distribuição dos rendimentos do trabalho a favor dos detentores do capital.

As notícias tornadas públicas de que o Orçamento de Estado para 1992 vai impor o congelamento dos salários como forma privilegiada de baixar a taxa de inflação (de facto a baixar já mas por influência da baixa dos preços do petróleo e dos cereais no mercado mundial) são elucidativas dos propósitos governantes de imposição de um novo regime de «austeridade» virado antes de tudo contra os trabalhadores e as camadas intermédias e mais carenciadas da população.

A chaga dos salários em atraso alarga-se de novo. Só nos últimos seis meses aumentou de 77 por cento e é significativo que o fenómeno tenha já atingido o professorado e funcionários do ensino superior e a magistratura, afectados pelo não pagamento dos vencimentos e dos subsídios do Natal.

Os despedimentos colectivos e o encerramento de empresas atingiram logo no dia seguinte das eleições muitas centenas, mesmo milhares, de operários e operárias em mais de 30 estabelecimentos fabris, em particular dos têxteis do Ave, da Cova da Beira e do Centro, da indústria de pneus e outros.

Os pequenos e médios agricultores são compelidos, sem alternativa válida, ao arranque das vinhas, das oliveiras, agora também das tangerineiras, quando estão a braços com o escoamento de um acréscimo favorável da produção e com a invasão crescente de produtos alimentares (principalmente agrícolas) de origem estrangeira, grandemente responsáveis por um défice comercial que ultrapassa já os 1000 milhões de contos!

A ruína da agricultura é, por outro lado, o principal factor da desertificação de vastas zonas interiores do País e pelo agravamento das assimetrias regionais.

Sob a hegemonia da direita no poder, nos últimos 10 anos, enquanto a população residente teve na totalidade um reduzido acréscimo de 20 000 portugueses, o Alentejo e a região do Centro despovoaram-se em mais de 76 200 almas.

Torna-se cada vez mais evidente que esta política conduzirá ao aumento da instabilidade e da conflitualidade social. Aos trabalhadores, a todos os lesados pela política de classe do cavaquismo governante, outro recurso não resta senão a resposta de massas, a luta unida, firme e organizada, tanto mais que, no plano institucional, a maioria absoluta do PSD na AR, sob as exigências de Cavaco, se prepara para impor a redução dos tempos de intervenção dos deputados da oposição nos debates parlamentares em benefício dos deputados da maioria (!) o que a ir avante consumaria um dos mais graves atentados à democraticidade do nosso sistema político.

Para a necessária resposta aos projectos antipopulares e antidemocráticos do governo PSD/Cavaco Silva, os comunistas e o seu Partido multiplicam esforços; dinamizam todo o seu trabalho; lutam pelo reforço do PCP contra os que tentam socavar a unidade do Partido e do movimento popular, contra os que erguem barreiras artificiais ao entendimento entre os democratas no momento crucial em que o recrudescimento da ofensiva da direita exige a convergência, a unidade e a acção comum de todos os que anseiam pelo progresso económico e social.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 78 97 25/75 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01)670193/7

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 67 01 93/7

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04
Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77
Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos
Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

Composto e impresso na Heská Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 7.707\$50

ESPAÑA — 50 números: 7.090\$00

MACAU — 50 números: 11.140\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 12.190\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS) — 50 números: 13.350\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 16.450\$00

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

PCP

Encontro de quadros no Porto debate agravamento social

«Não há diferença entre trabalhadores e intelectuais, a enxada de cada um é que é diferente», disse, no sábado passado, na Junta do Bonfim, no Porto, Virgínia Moura, num encontro de quadros comunistas, que contou com a participação de Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP. «Lutarei com todas as minhas forças pela renovação, com os meus 76 anos», disse a mesma camarada, que sintetizou nestas duas frases a resposta a algumas clivagens artificiais que se pretendem fazer salientando ainda a necessidade absoluta de unidade dos militantes comunistas em torno da direcção do Partido.

Muitos e diversos foram os temas abordados: problemas sociais, laborais e sindicais, questões económicas e políticas, nacionais e autárquicas, experiências pessoais de luta e de participação na vida do Partido, a par de opiniões sobre as recentes expulsões de três camaradas.

Dificuldades na EDP, com a sua transformação em Sociedade Anónima,

com vista ao desmembramento e à privatização, a exigirem o empenhamento de todos os comunistas, foram focadas por um militante, ele próprio sentindo-se exemplo de renovação, porque é jovem na idade e nas lides partidárias, afirmando-se vivamente empenhado nessa mesma renovação «com toda a gente que queira trabalhar e não com os que querem meter areia na engrenagem». O mesmo militante, que se afirmou motivado pela vontade de transformar na sua decisão de aderir ao Partido, disse: «Quero este Partido, com o mesmo símbolo, com os mesmos ideais».

«Estou muito satisfeito. Quando vinha para cá até tinha medo. A acreditar na comunicação social, já pensava que era o único...», afirmou outro camarada. Também o sector de seguros mereceu abordagem numa intervenção: «No espaço de um mês temos três seguradoras estrangeiras com despedimentos colectivos utilizando uma habilidade jurídica com base no pacote laboral». O comu-

nista que falava não deixou de referir, a propósito das expulsões: «essas pessoas se querem outro partido, tudo bem, mas este é o nosso».

Que títulos vamos ter amanhã?

Saliente também, em muitas intervenções, as desconfianças em relação à generalidade da comunicação social, como que em resposta ao apelo lançado por um jornalista que, na segunda-feira anterior, escrevia no Jornal de Notícias: «Temos de pugnar pelo nosso nicho de resistência. Temos de ler e reler, ouvir e duvidar. Temos de estar disponíveis para ver e re- ver, testar e comparar». «Que títulos vão amanhã aparecer nos órgãos de informação?», interrogava-se um.

Respeito pelo papel dos camaradas que, «anonimamente, lutam e desenvolvem as mais variadas acções em defesa dos trabalhadores e dos seus interesses», foi reivindicado numa intervenção que se referiu às expulsões dizendo que «paciência teve a Direcção

e temos de ter todos, como tivemos no passado e vamos, provavelmente, ter de ter sempre».

Intervir com toda a força no dia-a-dia nos Sindicatos, nas Autarquias, em todas as frentes de luta, foi o apelo de uma intervenção que abordou depois os problemas ligados à recente criação da Área Metropolitana do Porto e que tem implicações em vários aspectos do quotidiano dos habitantes, como os transportes, os lixos, o saneamento básico, entre outros. «Através do OE, o PSD pode impedir o eficaz funcionamento da Área Metropolitana.»

De Gondomar veio a interrogação sobre se o trabalho desenvolvido pela organização local dos comunistas corresponde às necessidades de defesa daquele povo e daquela terra, pela boca de um militante que afirmou que porque o «PCP nasceu do povo e está com ele, incomoda muita gente», e reafirmou que, apesar da situação, a acção dos comunistas não deixou nem deixará de fazer-se sentir. Ao fazer o balanço da acção, concluiria: «temos que intervir mais e melhor para que amanhã o explorado deixe de votar no explorador».

«Não pode haver militantes que podem não cumprir os estatutos do Partido enquanto os outros cumprem», salientou um militante que lembrou que os expulsos tinham sido consultados e reafirmaram a disposição de não alterar o seu comportamento.

«Até parece que o povo vive bem», dizia outro camarada que, em apoio à decisão do Comité Central, reafirmava a tónica do XIII Congresso Extraordinário: «fomos, somos e seremos comunistas».

Dos bancários, à beira de eleições sindicais, veio a informação de que uma lista unitária poderá ganhar as

eleições, o que bem importante seria num momento em que se intensificam as privatizações no sector e a indignação pelo aparecimento de um documento recentemente tornado público, com assinaturas de militantes comunistas, a diminuir as possibilidades dessa vitória.

Os sentimentos em relação às expulsões decididas pela Direcção comunista expressaram-se de diversas formas. Houve um camarada que falou de tristeza, o mesmo que afirmou ainda que «o Partido o tinha ajudado e que considera o Partido uma escola, em que os deveres são as regras e referiu o facto de não ser empregue a mesma sanção a todos os infractores. Este militante frisou ainda a necessidade de aprofundar o debate ideológico a par da luta e defendeu a «informação na horizontal e o voto secreto». A discordar da sanção, durante a sessão da tarde, só ouvimos uma intervenção de uma camarada para a qual «não há outro partido comunista possível».

As coisas não caem do céu

«As coisas não caem do céu e os trabalhadores não têm alternativa a não ser o desenvolvimento da sua própria luta contra a exploração e pela afirmação da sua dignidade», disse José Timóteo, responsável da penúltima intervenção do Encontro, a anteceder a de Carlos Carvalhas.

A substituição das perspectivas radiosas para os trabalhadores, que deram o tom à campanha eleitoral, por tempos mais amargos e difíceis, foi salientada por José Timóteo que concretizou: crescem os encerramentos de empresas e o desemprego, crescem os salários e outras remunerações em atraso, a instabilidade e

a insegurança no emprego, acelera-se a precariedade laboral; mantêm-se, no distrito, baixos níveis de instrução, de qualificação e formação profissional, e o baixo nível de remunerações. Somos os «campeões» da sinistralidade, não aproveitámos quanto podíamos e devíamos o período de transição para o Mercado Único e importantes empresas da região estão cada vez mais dominadas pelo capital estrangeiro, dependentes da estratégia das multinacionais e muito mais vulneráveis. Crescem as bolsas de pobreza e a ostentação do luxo. Mas a esta ofensiva, os trabalhadores respondem. E lutam.

Milhares de trabalhadores do vestuário vão para a greve por melhores salários e defesa dos direitos conquistados (período de amamentação e assistência inadiável), lutaram prolongadamente os trabalhadores da Tabopan pela viabilização e pelos salários em atraso. Lutam os trabalhadores da ex-FIL, com piquetes dia e noite, para defender a empresa e garantirem os seus direitos. Milhares de trabalhadores, em diversas empresas, como a CNB/Camac, a Fabinter, a Fremundex, fazem greves, concentrações e manifestações pelo pagamento de salários em atraso e pela viabilização das empresas.

Tristezas, dúvidas, mas também certezas, constituem o quotidiano dos comunistas, referiu José Timóteo que salientou que é alicerçados nas certezas que ganhamos ânimo para prosseguir o combate.

«Uns ficaram pelo caminho, outros querem levar-nos por outros caminhos, o Partido continuará infatigavelmente nesta trincheira, em coerência com o que somos, na medida das nossas forças, e a corresponder à esperança e à confiança dos trabalhadores».

Sobre as «cartas anónimas»

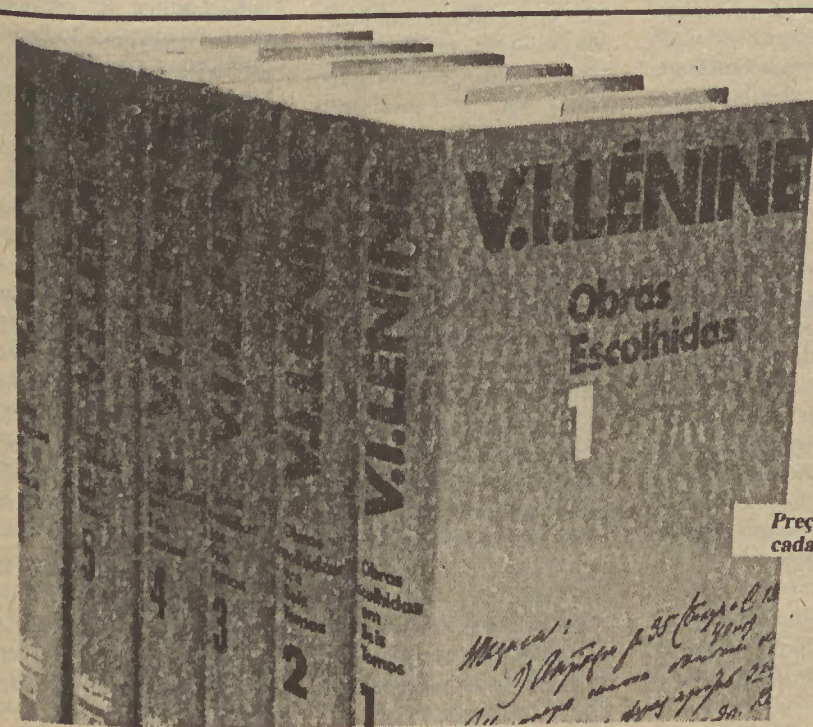
O único comentário que a peça hoje publicada pelo «Independente» sobre «cartas anónimas» enviadas às redacções dos jornais sobre questões da vida interna do PCP merece é o de que, pretendendo mostrar «o estado a que o PCP chegou», a única coisa que realmente mostra é o estado de degradação ética e profissional e de alegre receptividade e generoso acolhimento prestados a operações de desinformação a que chegaram a jornalista que assina o trabalho e o órgão de informação que o publica.

O assunto fica definitivamente arrumado com o esclarecimento que caridosamente se presta de que todas as «infor-

mações» alegadamente constantes das cartas anónimas e que, por tão precisas e rigorosas e de tão restrito acesso, a peça do «Independente» conclui serem fatalmente oriundas de «um membro dirigente no mais alto escalão do aparelho», não passam de uma das mais ridículas antologias de inexactidões, de falsidades, de confusões e de puros dislates alguma vez publicados sobre a vida interna do PCP. Nem uma, para amostra, é verdadeira.

E é quanto basta a respeito desta grotesca tentativa de desinformação.

29.11.91
O Gabinete de Imprensa do PCP



Preço: 1300\$00
cada volume

V. I. LÉNINE OBRAS ESCOLHIDAS EM SEIS TOMOS

edições
Avante!

As obras constituem um brilhante exemplo de ligação orgânica da teoria marxista com a prática revolucionária, de desenvolvimento criador do marxismo na base da ge-

neralização da experiência da luta da classe operária nas novas condições históricas, um exemplo de profunda fundamentação teórica da política do partido.

Carlos Carvalhas no Porto:

«Pronunciamo-nos firme e vigorosamente pela salvaguarda dentro do colectivo partidário do clima de fraternidade, lealdade e solidariedade que faz parte da nossa história e da nossa cultura partidária»



Após este encontro de quadros, após o debate e a reflexão aqui tidos, permitam-me ainda algumas palavras sobre o programa de governo, os acontecimentos de Timor-Leste e a vida do Partido.

Os factos o que começam a revelar é que, acabadas as eleições, concluída a discussão do programa chegou a altura de o governo trocar os floreios verbais pela rude linguagem das facturas: despedimentos; aplicação do pacote laboral; abandono de promessas, como as que foram feitas aos pensionistas e reformados; falta de verbas nas Universidades, revelação de enorme buraco nas despesas orçamentadas, aceleração do leilão das empresas públicas; preparação da opinião pública e dos trabalhadores («tenham paciência») para a crescente desresponsabilização do Estado nas áreas sociais, com o inevitável e consequente agravamento das injustiças, das desigualdades e da situação dos excluídos e marginalizados.

A grande prioridade que o Governo exibiu não se destina à resolução dos problemas sociais mais gritantes à necessária e urgente modernização do aparelho produtivo do País e à valorização de sua especialização produtiva, mas sim à concretização de alterações antidemocráticas no sistema político e na legislação eleitoral, visando, por um lado, desviar a atenção das medidas mais gravosas e, por outro, com a cumplicidade e gula do PS, procurar liquidar o princípio da proporcionalidade que conduziria de facto à eternização do PSD no poder.

Ficou mais clara a política politiquera daqueles que, usando o poder e os meios de comunicação que controlam, fizeram das eleições uma grande empresa de sedução, utilizando todos os artifícios, todas as mentiras, todas as promessas e agora todas as reformas eleitorais para se manterem no poder a qualquer preço.

O Programa do Governo

De facto o Programa do Governo do PSD o que indica é a persistência e a acentuação de uma política de confronto com os interesses de vastas camadas da população e com realidades fundamentais do regime democrático consagrado na Constituição.

Com base numa exigente reflexão sobre a evolução da vida nacional, pensamos que era necessário e urgente outra política, tendo como tarefas e preocupações nacionais mais urgentes a modernização do aparelho produtivo; a decidida reestruturação dos sectores em crise; uma efectiva política de apoio à agricultura, o relançamento da actividade produtiva e do investimento, com a diminuição das taxas de juro; a elevação do nível e qualidade de vida da população, o combate à po-

breza, às injustiças e desigualdades sociais. Um especial empenho na modificação da grave situação em que vivem reformados e pensionistas e a valorização e dignificação de quem trabalha.

Foi nesse sentido que interviemos na Assembleia da República. É neste sentido que continuaremos, criticando o que há a criticar, mas apresentando sempre alternativas e propostas concretas.

No início da abertura dos trabalhos da Assembleia da República quisemos deixar claro, mais uma vez, que honramos os nossos compromissos e que tudo faremos para que eles se traduzam em Leis da República. Por isso o nosso Grupo Parlamentar apresentou desde logo seis Projectos de Lei tendo por objectivo a redução do horário máximo semanal de trabalho, a revogação dos aspectos mais gravosos do «pacote laboral», o aumento e a dignificação dos valores mínimos das pensões e reformas, o acesso gratuito dos reformados aos medicamentos, a eliminação da prova geral de acesso (PGA) e a alteração do regime de inquéritos parlamentares que permitam a verdade e a transparência.

Continuaremos a trabalhar para que o Grupo Parlamentar do PCP, apesar de mais reduzido, persista numa combativa, rigorosa e qualificada intervenção. Mas não perdemos de vista que a **intervenção e a luta de massas** é fundamental e continuará a ser fundamental e terá de ser uma das direcções principais das nossas preocupações.

Solidariedade com Timor

Neste nosso encontro, não podemos deixar de manifestar o nosso repúdio pelas brutais acções repressivas contra o povo de Timor-Leste.

Os acontecimentos em Timor-Leste assumem para nós, portugueses, e para nós, comunistas portugueses, um significado profundo. Numa altura em que há quem julgue poder matar a esperança humana, proclamando o reino eterno deste mundo, na sua versão capitalista, eis a luta

heróica e corajosa de um pequeno povo contra o gigante indonésio a sacudir a colossal indiferença dos governos e organizações internacionais, mas onde mesmo assim se calam potências como os EUA, sempre prontos a desfraldar a bandeira dos direitos do Homem em função dos seus interesses, e o próprio Vaticano, que se tem pautado pelo silêncio.

A luta do povo timorense ganha hoje o coração dos jovens e dos povos, ganha-o porque luta, porque resiste, porque mantém acesa a esperança no direito à autodeterminação e à independência. Mas quantas vítimas serão ainda necessárias para que se passe dos discursos e das declarações virtuosas da retórica da indignação aos actos e às acções concretas?

Pela nossa parte, e na medida das nossas forças, não deixaremos, autonomamente ou em convergência, de impulsionar o protesto, a condenação e a solidariedade.

O Partido

Neste momento da vida do Partido, creio serem indispensáveis algumas palavras sobre aspectos, questões e problemas que, até pelo seu impacto público, estão compreensivelmente no centro das atenções e preocupações de quadros e militantes do Partido.

Queremos deixar desde já duas advertências: a primeira é para dizer àqueles que tentam dividir-nos que não o conseguirão, perdem o seu tempo. A Direcção do PCP está unida e solidária; a segunda é para aqueles que sonham descaracterizar o PCP. Canalizem os seus esforços noutra direcção. Para o nosso Partido, renovar é viver, mas renovar não é descaracterizar ou liquidar esta grande força de intervenção, de transformação e de afirmação dos valores mais generosos da humanidade.

Pela nossa parte, como dirigentes responsáveis de um Partido responsável, orientamo-nos firmemente pela preocupação de propor uma reflexão tão serena quanto possível em torno da questão da recente expulsão de membros do Partido e por uma

firme recusa em retribuirmos a violência verbal, as agressões políticas e pessoais e a insolência descontrolada que alguns estão usando. Também não responderemos à «paranóia» de certa imprensa.

Mas ninguém pode esperar que, pelo nosso silêncio ou omissão, consintamos na profunda inversão das verdadeiras responsabilidades, na intensa mistificação das verdadeiras questões e na tentativa em curso de reabilitar ou conferir legitimidade a comportamentos e atitudes que a não têm nem podem ter.

Neste sentido, não podemos deixar de assinalar, sem polémica e serenamente, que só uma muitíssimo deturpada cronologia dos factos e dos acontecimentos, combinada com uma certa tendência mediática para o maniqueísmo, é que permite construir artificialmente a ficção em cena em que os expulsos seriam os pobres vítimas e a Direcção do PCP os implacáveis carrascos.

As «vítimas»

Se alguém considerar adequado colocar a questão em termos de «vítimas», então é indispensável afirmar que a consideração, com algum esforço de objectividade, do que se passou na matéria em causa nos últimos anos, conduz necessariamente à constatação de que «vítimas» foram-no a real identidade democrática, a verdadeira orientação e projecto do PCP frequentemente hostilizados, deturpados e falsificados publicamente por alguns membros do Partido, muitas vezes em termos similares aos usados pelos adversários políticos do PCP. Que «víctima» foi a Direcção do PCP por alguns atacada publicamente por vezes em termos de grande violência, que «víctima» foi a vontade do colectivo partidário democraticamente manifestada em dois Congressos sucessivos e que periodicamente foi sujeita a iniciativas públicas de arrogante e persistente afrontamento; que «vítimas» foram-no, em muitos momentos, os justos objectivos do Partido, numa ou noutra medida, prejudicados por acções de enfraquecimento e

hostilização pública por parte de membros do Partido; que as maiores «vítimas» foram milhares e milhares de militantes - por quem a comunicação social nunca se interessará mas que existem e são homens e mulheres com dignidade, inteligência, opinião própria e maturidade - que viram muitas vezes o seu generoso esforço e dedicado trabalho gravemente afectado ou parcialmente inutilizado por intervenções públicas desses membros do Partido, muitas vezes inspiradas, não como proclamam, por alegadamente inadiáveis imperativos de consciência, mas por critérios, por cálculos e por um calendário filhos da mera táctica e de meros interesses ou conveniências de um grupo, formado e articulado à margem do funcionamento normal do Partido.

Infelizmente, não se trata de puras afirmações contra outras afirmações, mas de afirmações que se sustentam em situações vividas e de outras afirmações que se sustentam na amnésia dos factos reais e dos comportamentos assumidos.

É ou não verdade, por exemplo, que travando o Partido desde há muito uma corajosa batalha de esclarecimento e afirmação para vencer preconceitos e desconfianças sobre o carácter democrático da sua orientação e do seu projecto, em diversos momentos membros do Partido não hesitaram em intervir publicamente no sentido de dar razão ou credibilidade a tais reservas e preconceitos?

É ou não verdade que, sem deixar de assumir um corajoso exame autocrítico sobre avaliações que fez no passado da realidade dos países socialistas, estando o Partido justamente empenhado em valorizar perante a opinião pública o carácter distintivo e as soluções muito diferenciadas que marcam de há muito o seu projecto para Portugal, em diversos momentos membros do Partido vieram juntar publicamente a sua voz à campanha para colar a orientação e a Direcção do Partido às piores deformações e às mais erradas concepções praticadas nos países do Leste Europeu?

É ou não verdade que sendo a Direcção do PCP uma emanção legítima e democrática do Partido e sendo, para muitos aspectos, para a opinião pública o rosto e a principal instância de representação política, institucional e eleitoral, em diversos momentos membros do Partido desencadearam violentos ataques públicos à Direcção com prejuízos que inevitavelmente atingem não somente a Direcção mas os interesses do Partido e a consecução dos grandes objectivos dos trabalhadores?

E ainda: é ou não verdade que estando o Partido justamente empenhado em, na base da afirmação da sua própria força e da valia das suas propostas e projecto, vencer a oposição do PS à convergência democrática e demonstrar a falta de fundamento dos argumentos que para isso invoca, em alguns momentos, houve membros do Partido que vieram publicamente ou responsabilizar por igual o Partido e o PS pela falta de convergência, ou mesmo, como aconteceu depois de 19 de Agosto, conferir explícita ou implicitamente razão ao PS na sua recusa ao entendimento com o PCP?

Por último, entre muitos outros exemplos, é ou não verdade que estando o Partido empenhado com um candidato próprio na difícil batalha política das presidenciais, um membro do Partido publicou a poucos dias da votação um artigo de opinião num matutino, onde não conseguindo ter uma singela expressão de simpatia, apreço ou apoio pela candidatura do Partido, não deixou entretanto de lavrar desde logo a sentença de que um resultado na casa dos 9% seria um fracasso que agravaria a situação interna do PCP, numa fixação numérica de bons e maus resultados em que o Partido, como bem se compreende, não estava nada interessado?

Tudo isto e muito mais infelizmente aconteceu. E, por ter acontecido, não pode ser esquecido quando reflectimos sobre o desfecho amargo e doloroso a que certos comportamentos mais graves e

certas responsabilidades mais destacadas conduziram.

As regras que adoptamos

E a todos aqueles que querem reflectir objectivamente, desapaixonada e serenamente, queremos pedir-lhes que reflectam sobre se também consideram legítimo, aceitável e justificado que outros membros do Partido, à margem do seu funcionamento orgânico, passassem a concertar e combinar a sua acção para mover combate público à actuação, à orientação ou às pessoas de outros comunistas que sejam por exemplo deputados ao Parlamento Europeu ou à Assembleia da República, destacados dirigentes sindicais ou eleitos autárquicos, para tanto denegrindo publicamente a sua imagem, coincidindo publicamente com as críticas dos adversários, explorando sem contemplação os momentos e situações de maior dificuldade, promovendo reuniões ad-hoc, dando entrevistas, escrevendo artigos, animando e alimentando operações de intriga e desinformação na comunicação social. Como é que reagiriam?

É infosmável, camaradas, que alguns dos que mais acaloradamente defenderam no passado a legitimidade e a naturalidade de tais procedimentos, se fosse feito em relação a si próprios e às funções de responsabilidade que exercem e à orientação que aí desenvolvem um centésimo do que ao longo de anos foi feito contra a orientação geral do Partido e à sua direcção central rapidamente seriam os primeiros a proclamar que assim era impossível trabalhar em colectivo e a pedir às estruturas partidárias que restabelecessem, se necessário por via disciplinar, a legalidade estatutária.

É um contra-senso que alguém, por um lado, reconheça que um Partido não pode viver sem regras de funcionamento e, por outro lado, venha logo de seguida defender que as regras discutidas, acordadas, aprovadas podem ser dadas como caducas, em desuso ou não vinculatórias por decisão unilateral de qualquer militante ou conjunto de militantes do Partido; que novas regras (não discutidas nem aprovadas ou, melhor dizendo, até já longamente discutidas mas maioritariamente rejeitadas) podem ser unilateralmente impostas por um grupo à maioria dos militantes; que, em vez do respeito geral pelos Estatutos, como pacto de confiança, lealdade e solidariedade recíproca entre membros do Partido, se instalasse a lei da selva quanto a regras de vida partidária em que a dinâmica incontrolada e incontrolável dos interesses dos múltiplos grupos em presença e do combate entre si rapidamente arrasaria toda a comunidade de ideias e de objectivos, todos os laços de fraternidade e toda a credibilidade exterior

do Partido enquanto força colectiva de intervenção na sociedade.

As regras do Partido não são intemporais. Há alterações a fazer. Necessitarão de reflexão no próximo Congresso, mas também não são regras provisórias, para serem alteradas ao serviço de conveniências.

Uma opção livre

Nma reflexão sobre estes problemas, torna-se infelizmente necessário um regresso a noções que sendo óbvias, básicas e elementares parecem, aqui e além, tristemente esquecidas.

Por isso, é tempo de lembrar que quando aderimos ao PCP é porque, em função de comuns ideais e objectivos, optámos por agir no plano político ao lado e em solidariedade com outros homens e mulheres.

É porque considerámos que a inevitável abdicção que assim fazíamos, não da opinião individual e da personalidade de cada um que são um fundamento do próprio trabalho e acção colectivos, mas de uma intervenção individualista e isolada na vida política, era vantajosamente compensada pela partilha de experiências, pela ajuda e pela fraternidade exercidas, pelo enriquecimento recíprocos, pela superior eficácia e alcance da acção conjunta.

Nada destes valores essenciais é contraditório com a desejável, compreensível e necessária diversidade de opiniões, com a existência de divergências ou com o natural direito a mantê-las, no quadro do funcionamento democrático do Partido.

A recente expulsão de três membros do Partido - que ouvidos pela CCCQ, sublinhe-se, não só não manifestaram qualquer propósito de rectificação dos seus anteriores comportamentos, como esclareceram que tencionavam retomá-los sempre que muito bem o entendessem - representa um acontecimento doloroso, e que dá compreensivelmente motivo a discordâncias ou reservas de diversa natureza (mas entre as quais se contam critérios de oportunidade ou de avaliação de repercussões que não podem ser interpretados como de solidariedade aos expulsos ou de concordância com as suas atitudes e comportamentos).

Por outro lado, suscita também conhecidas expressões de solidariedade aos expulsos em que é legítimo admitir que pesem, não apenas anteriores afinidades de concepções ou de comportamentos, mas também factores humanamente respeitáveis de natureza emocional, de relações pessoais, de laços de consideração e estima, de memórias de importantes lutas, percursos e vivências partilhadas em conjunto.

A todos quantos, ainda que afirmando substanciais divergências e profundas discordâncias, se continuam a

reclamar dos ideais comunistas e a afirmar-se como vinculados ao património político e ao projecto do PCP, dirigimos um apelo para que meditem serenamente. Uma eventual escalada de afrontamento e de multiplicação de incidentes na vida partidária só poderia causar mais prejuízos ao PCP, à sua influência e ao papel que, de forma insubstituível, desempenha e pode continuar a desempenhar na vida nacional, ao serviço dos trabalhadores e do povo português.

Tais prejuízos causados ao PCP poderiam servir ao sectário interesse do arranque de um outro projecto político (e sobre o qual hoje há qualificados testemunhos de que de há muito vinha sendo preparado à sombra da militância no Partido), mas seria um resultado que não honraria os que para ele contribuísem e amesquinhará o passado de luta e os grandes valores a que se continua a declarar fidelidade e apoio.

Tolerância, diálogo, conhecimento

Face às repetidas e friamente premeditadas operações de intriga e desinformação que estão a ser lançadas para criar a ideia de graves divisões e fracturas no seio da Direcção do Partido e com isso criar acrescidos factores de tensão e desestabilização na vida partidária, aqui vos quero reafirmar que nos organismos executivos do CC, como normalmente acontece, não houve necessidade de se proceder a qualquer votação, que as decisões da CCCQ tiveram a concordância do Secretariado, da Comissão Política e da Comissão Executiva Nacional e que a Direcção do Partido continua a ser um colectivo unido, fraterno e responsável que não pode ser colocado ao nível da falta de escrúpulos, da baixa moral e da mentalidade mesquinha dos mandantes e dos executantes de tais operações.

Pronunciamo-nos firme e vigorosamente contra a crapação e contra tudo o que possa contribuir para envenenar a convivência entre os membros do Partido, o seu debate, reflexão e acção conjunta e solidária.

Pronunciamo-nos firme e vigorosamente pelo reforço e fortalecimento da democracia interna, pelo funcionamento regular dos organismos, pelo debate e difusão da informação, pelo respeito pelas opiniões alheias, pela tolerância, pela busca do diálogo e do esclarecimento, da aproximação de pontos de vista, pela mais vasta mobilização de todas as capacidades, competências e energias do colectivo partidário, ao serviço desse empreendimento necessário, natural e sempre incompleto e inacabado que é a renovação do PCP, como partido comunista português que é e quer continuar a ser.

Pronunciamo-nos firme e

vigorosamente pela defesa do Partido e contra a utilização da vida interna do Partido para beneficiar projectos políticos distintos ou concorrentes do PCP.

Pronunciamo-nos firme e vigorosamente pela unidade do Partido, na diversidade das opiniões dos seus membros, pela sua coesão como factor essencial para a ampliação da sua influência, pela salvaguarda dentro do colectivo partidário do clima de fraternidade, lealdade e solidariedade que faz historicamente parte da nossa história e da nossa cultura partidária e que é também um dos sólidos motivos da nossa honra e orgulho de sermos comunistas.

Renovação

Como muitas vezes temos dito, a expressão e o objectivo da renovação nem nos queimam os lábios nem são uma bandeira que estejamos dispostos a entregar nas mãos dos que, no fundo, apenas almejam desbaratar e pôr em saldo o património histórico do PCP e promover a sua amálgama ou assimilação a prazo por outras forças políticas.

A renovação é uma exigência da vida, um imperativo natural e constantemente colocado pelo fluir da vida política, social, económica e cultural do País e pela evolução do mundo contemporâneo.

A renovação é um empenho de todo o colectivo partidário ao qual, como é seu dever, a Direcção do Partido assegura a importante contribuição que corresponde às suas responsabilidades.

Para nós, a renovação não é um mero jogo de etiquetas e de rótulos - de «novas esquadras» ou outros - que possam ser conquistados na base de três ou quatro generalidades, quatro ou cinco superficialidades, meia dúzia de receitas milagrosas produzidas por outra meia dúzia de génios e de iluminados.

Vemos a renovação, não como cobertura propagandística para iniciativas que estão mais interessadas em explorar insatisfações, ressentimentos ou desilusões do que em lhes dar saída positiva, mas como um processo sério, exigente e trabalhoso, sustentado por uma vasta reflexão e acção colectiva, visando a busca de novas respostas e novas soluções para os consideráveis problemas, deficiências e dificuldades com que nos defrontamos.

Vemos e concebemos a renovação, não como um objectivo que possa ser construído a partir da desorientação e do catastrofismo, mas como um processo de estudo e de intervenção que, convivendo com as inevitáveis interrogações e incertezas do tempo que vivemos, se sustenta num activo espírito crítico para conosco próprios e para com o trabalho mas também numa lúcida consciência e valorização dos nossos progressos, dos

nossos avanços, do caminho positivo já percorrido e numa sólida confiança nos valores essenciais que fundamentam a nossa identidade partidária e dão fôlego e consistência ao nosso projecto político.

Vemos a renovação do Partido, ao serviço de uma corajosa e audaciosa estratégia de ampliação da sua influência, não como um processo exclusivamente circunscrito à nossa vida, debate e reflexão internas, mas que tem de combinar esse aspecto indispensável com uma forte presença e uma activa intervenção em toda a parte onde há direitos e aspirações dos trabalhadores e do povo a precisar de serem defendidos, em toda a parte onde há pequenas e grandes causas a exigirem a nossa combatividade e a nossa coerência, em toda a parte onde há avanços e transformações de progresso a impulsionar.

A real identidade do Partido

Nada é mais estranho ao nosso estado de espírito do que uma qualquer atitude de resignação fatalista, de medíocre autocontentamento ou de acomodação acobardada face aos imensos desafios, perigos e dificuldades que reconhecidamente defrontamos e se perfilam no horizonte.

De uma forma que não tem paralelo em qualquer outro partido nacional, somos os primeiros a conhecer, a divulgar e a assumir a longa e preocupante lista dos nossos atrasos de análise e de orientação, das nossas lacunas de reflexão e de intervenção, das nossas deficiências de organização, dos velhos e novos problemas que pesam sobre o nosso presente e sobre o nosso futuro.

Mas pensamos, ao mesmo tempo, que não seria nem justo nem respeitador da verdade dar do PCP a falsa imagem de um Partido petrificado, que não teria dado nos últimos anos nenhuns passos no sentido da renovação, que apenas somaria uns após outros fracassos e derrotas.

Porque a verdade é que, designadamente a partir da preparação do XII Congresso, o Partido, embora de forma certamente insuficiente, tem vivido um processo de efectiva renovação abrangendo propostas programáticas, análises, orientações e concepções, formas e qualidade de intervenção, quadros e dirigentes. E no plano das ideias, das concepções e das propostas a renovação foi de facto tão significativa e tão importante que ainda hoje certos ataques à orientação e à direcção do Partido baseiam-se fundamentalmente na prévia e deliberada falsificação da nossa real orientação e na atribuição ao Partido e à sua Direcção de concepções e orientações que nunca teve ou de há muito já não partilha e na apresentação, como sendo inspirada criação de alguns, de um vastíssimo conjunto de

ideias e propostas escolarmente copiadas dos documentos do Partido e resultantes de uma elaboração pertencente a todo o colectivo partidário mas para o qual, indiscutivelmente, a Direcção do Partido deu uma importante contribuição.

A verdade é que o Partido, naturalmente com deficiências e insuficiências, continuou nestes anos a desenvolver uma intensa intervenção na vida social e política do País e um alto e qualificado nível de actividade; a melhorar a sua reflexão e propostas em relação a muitas áreas e problemas a que até então não tinha dado a necessária atenção.

A verdade é que o Partido enfrentou com coragem e espírito crítico a necessidade de uma reflexão actualizada face ao desmoronamento dos países socialistas e cimentou na realização do seu XIII Congresso um importante conjunto de reflexões sobre esses acontecimentos e do reexame que tornaram imperativo da ideologia, da identidade e da orientação do Partido que, não podendo naturalmente constituir uma reflexão fechada e acabada num mundo que continua em acelerada mudança, são entretanto valiosos elementos para uma mais actualizada colocação política e ideológica do Partido face as lições e exigências da vida e da luta.

A verdade é que o Partido, numa conjuntura nacional e internacional extraordinariamente complexa, antes de sofrer o preocupante resultado de 6 de Outubro deste ano, conseguiu resultados globalmente positivos nas eleições de 1989 para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais e nas eleições presidenciais do início deste ano.

É também uma evidência, camaradas, que nem o património acumulado de valores, de experiência e de inserção na sociedade nem os avanços ou progressos que tenhamos alcançado podem ser, só por si, a exclusiva base de uma resposta aos numerosos problemas de hoje e aos problemas de futuro.

São necessárias novas forças, novas energias, novos passos, uma renovada determinação e um crescente empenho.

Mas alcançaremos melhor os nossos objectivos e estaremos em melhores condições de travar as difíceis batalhas que nos esperam se, sem arrogância e com a máxima lucidez soubermos ter presente e soubermos valorizar o que valemos e o que representamos como importante força política, como colectivo generoso e activo, como insubstituível empreendimento humano e político necessário aos trabalhadores, necessário ao povo português, necessário à democracia portuguesa, necessário para a construção de uma sociedade mais livre e mais justa.

Subtítulos da responsabilidade da Redacção

TIMOR

NACIONAL

Solidariedade em Setúbal

Uma série de iniciativas, promovidas pelo Movimento Democrático de Mulheres — MDM — e pelo Grupo de Jovens Por Timor, fez do passado fim-de-semana, em Setúbal, uma importante jornada de solidariedade com o povo maubere. O destaque foi, naturalmente, para a sessão realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal, na tarde de domingo. O Salão esteve sempre cheio, ouvindo comovidamente as intervenções e participando no debate, aplaudindo depois o Tatamailau, as canções, danças e poesia com que este grupo timorense de Setúbal encerrou a jornada.

Dizemos comovidamente — muitas vezes as lágrimas subiram aos olhos dos participantes e à voz dos intervenientes, porque ali se falou sobretudo de sofrimentos heróicos e de luta pela liberdade. E se as intervenções que ouvimos mostravam claramente que nem

todas as vozes afinavam pela mesma visão do mundo ou pela mesma ideologia, o certo é que o mérito do MDM foi trazer essas vozes à mesma tribuna, unidas no mesmo protesto contra a ocupação indonésia e contra os massacres do povo de Timor,

na mesma solidariedade à luta pela liberdade deste povo.

Regina Marques, do Secretariado Nacional do MDM, moderou a sessão. Na mesa encontravam-se também Inocência das Neves, da comunidade timorense em Portugal, Domingas Costa, recém-chegada de Timor, o Dr. Adilo Costa, advogado de Setúbal, o Dr. Luís Costa, da Fundação Borja da Costa, a jornalista Jill Jolliffe e a vereadora socialista Paula Costa, da Câmara Municipal de Setúbal.



Inocência das Neves, falando em nome das mulheres da Fretilin



A mesa que presidiu à sessão, no Salão Nobre da Câmara



Momento da vigília em Setúbal

A voz das mulheres

Sendo uma iniciativa do MDM, natural foi também que a voz das mulheres tivesse ali um realce muito particular nas intervenções proferidas. Embora não fossem apenas mulheres a intervir. A palavra foi dada, aliás, logo de início, ao Dr. Adilo Costa, que falou da necessidade de unir todos os partidos e organizações portuguesas no sentido de reclamar das instâncias internacionais uma inequívoca condenação da Indonésia, e da necessidade de se continuar porfiadamente iniciativas de apoio aos timorenses e de esclarecimento da situação que se vive em Timor.

Inocência das Neves falou em nome das Mulheres da Fretilin. Recordando os sofrimentos que as mulheres timorenses padecem sob a ocupação indonésia — as violações, as queima-

duras, o corte de seios, o rasgar dos ventres das grávidas — salientou que, apesar desses sofrimentos, a participação das mulheres na luta é total. Foi um discurso breve, emocionadamente aplaudido, em que Inocência das Neves apelou ao apoio de todos para a reconquista da soberania nacional de Timor-Leste, apresentando o exemplo da luta das timorenses como contribuição na luta das mulheres de todo o mundo.

O Dr. Luís Costa falou em seguida da história e da cultura timorense, da sua unidade na diversidade étnica e linguística, uma unidade que hoje se reflecte no repúdio à dominação indonésia, cujas forças ocupantes pretendem destruir a identidade maubere. «Que este movimento só acabe quando o povo de Timor-Leste alcançar a sua libertação», foram os votos que deixou.

Falando na língua nacional de Timor, com o apoio de tradução que o Dr. Luís Costa lhe prestou, tomou então a palavra Domingas Costa, recentemente chegada a Portugal, cujo depoimento, contando a sua prisão em 1983, quando havia estruturado um movimento de quarenta e quatro pessoas com o objectivo de receber então deputados portugueses, comoveu todos os presentes.

Jill Jolliffe, a jornalista australiana residente em Portugal, que bem conhece a realidade timorense, falou por fim, recordando a sua isenção e defendendo-se das acusações de compromisso com quaisquer forças políticas. Referindo o recente massacre de Dili, afirmou:

«O crime destes jovens foi de pedir liberdade e independência nacional. Alguém tem de responder por este crime. Estamos no final do século XX, e Auschwitz fechou. Espero que um dia eu vá fazer a cobertura do julgamento dos responsáveis deste crime.»

Antes do debate, a vereadora socialista Paula Costa interveio também. «Quem ouviu tudo isto tem de fazer alguma coisa», disse. Saudando a participação de todos, agradeceu ao MDM pela iniciativa que promoveu.



O grupo Tatamailau

CEE e UEO condenam Indonésia

Os Doze Governos da CEE condenaram na terça-feira, pela primeira vez em conjunto, a actuação da Indonésia em Timor-Leste mas não determinaram, ao contrário das expectativas anunciadas na véspera pelo ministro dos Negócios Estrangeiros português, a suspensão imediata da cooperação económica com a Indonésia, anunciando-se antes a sua próxima reavaliação à luz de uma resolução do Conselho de Ministros aprovada na semana passada que condiciona as relações económicas comunitárias ao comportamento de países terceiros nas áreas dos direitos humanos e dos princípios democráticos.

Na declaração aprovada pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos Doze fala-se do apoio a uma «solução justa e global para o conflito em Timor-Leste, tendo em conta os princípios da Carta das Nações Unidas» e apela-se às autoridades de Djakarta a que correspondam às preocupações da comunidade internacional e aceitem uma investigação exaustiva, independente e imparcial do massacre de Dili.

Na declaração conjunta, os Governos da CEE qualificam como «injustificável» a actuação das forças armadas indonésias.

Entretanto a UEO (União Europeia Ocidental) decidiu na semana passada, através de uma decisão da sua Comissão Política da Assembleia Parlamentar, tomada por unanimidade, solicitar com carácter de urgência o debate de uma proposta de resolução sobre Timor-Leste na próxima sessão plenária deste organismo da UEO, que ocorre esta semana. Foi uma iniciativa que partiu do deputado do PCP, Rogério de Brito, ao elaborar e apresentar uma proposta de resolução que seria subscrita pela maioria dos membros da Comissão Política da UEO, sem qualquer oposição.

A resolução apresentada solicita aos países membros um embargo de armas à Indonésia, a suspensão de acordos económicos e militares, exigindo-se explicitamente a retirada das forças armadas indonésias do território de Timor-Leste e a criação de «condições políticas» para

uma real autodeterminação do povo maubere (ver caixa com transcrição integral).

Já antes Rogério de Brito apresentara em nome da delegação portuguesa na Comissão Permanente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, que congrega 26 países, uma proposta de directiva que foi aprovada com vista à sua apresentação na Assembleia Parlamentar.

Por outro lado, também na semana passada, o Comité de Ministros do Conselho da Europa aprovou uma declaração em que condena o massacre de Dili e exige que «o Governo da Indonésia ponha termo imediatamente às violações dos direitos humanos mais elementares levada a cabo pela sua política e pelas suas forças contra a população de Timor».

O texto pede um inquérito imparcial e fala num «acordo justo, global e internacionalmente aceitável» para resolver a questão.

O ministro português dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, disse que a declaração ia ao encontro das pretensões do seu Governo.

Domingas Costa: Continuei a lutar!

Depoimento de Domingas Costa, recentemente chegada de Timor, onde foi presa em 1983, com outras 44 pessoas, homens e mulheres, que se haviam estruturado em movimento para receberem então uma comissão de deputados portugueses:

«Fomos descobertos e presos e levados para a cadeia de Codim. Ficámos todos, homens e mulheres, numa pequena sala, onde não nos podíamos mexer, só havia espaço para nos sentarmos.

«À meia-noite vinham-nos buscar para interrogatório. Espancavam-nos, queimavam-nos com cigarros, davam-nos choques eléctricos. Aos homens batiam-lhes com ferros e paus. Mas nós estávamos firmes e dávamo-nos coragem uns aos outros.

«Dois meses e meio depois levaram-nos para a prisão da comarca de Dili.

Houve novos interrogatórios e espancamentos. Punham os homens nus e as mulheres também. Ali na cela fazíamos as nossas necessidades, que ninguém lavava. As pessoas tinham as mãos atadas e sujavam-se.

«Só comíamos uma vez por dia. Antes disso batiam-nos. E todos os dias havia interrogatórios e espancamentos.

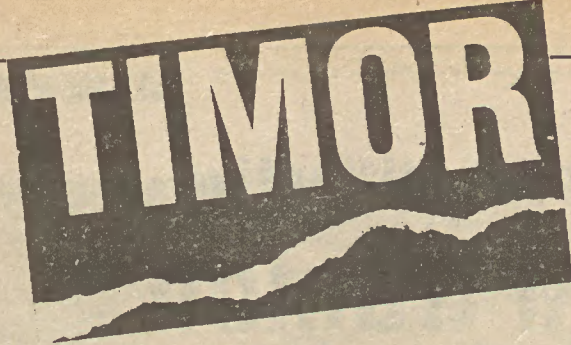
«Uma vez, um polícia despiu-se e quis forçar-me a ter relações sexuais, mas resisti. Tiraram-me uma fotografia para me mostrarem assim, e disseram-me que o faziam por eu ser da Fretilin, por ser comunista.

«Todas as noites iam buscar, um a um, companheiros para serem fuzilados. Outros morriam mesmo ali na prisão.

«Mesmo depois de ter sido libertada, continuei a lutar. E felizmente estou agora aqui, em Portugal.»

TODOS POR TIMOR

Amanhã marchamos em Lisboa



Gestos portugueses

Uma grande marcha de pesar e solidariedade com o povo de Timor-Leste partirá às 18 horas da Alameda para a Praça do Comércio.

Dezenas de organizações dos mais variados quadrantes deram já o seu apoio à «Marcha de Paz e Solidariedade» convocada para amanhã em Lisboa às 18 horas, com início na Alameda D. Afonso Henriques até ao Terreiro do Paço. É um protesto que se aguarda com expectativa pois é de esperar um elevado nível de participação dos lisboetas nesta marcha pela autodeterminação e independência de Timor-Leste que reivindica o cumprimento das resoluções da ONU sobre o território, a suspensão e cancelamento dos fornecimentos de armas, acordos e outros apoios internacionais ao regime da Indonésia e o livre acesso a Timor de observadores internacionais.

O texto de apelo à participação nesta marcha exige ainda uma mais activa e decidida intervenção das autoridades governamentais portuguesas com vista à convocação do Conselho de Segurança da ONU e à consequente deliberação de novas resoluções e sanções que obriguem a Indonésia a pôr termo à ocupação do território e defende a implementação de um processo de negociações com a participação de todas as partes envolvidas, em particular das organizações da Resistência Nacional Timorense.

Inicialmente a marcha fora convocada pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), Conselho Nacional da Juventude (CNJ), Movimento Universitário de Solidariedade com Timor do ISCS, CGTP, USL, Associação Juvenil Olho Vivo, Associação Amar o Tejo Viver a Paz, Comissão de Estudantes de Solidariedade com Timor da escola secundária D. Maria I, MDM, Associação de Estudantes da escola secundária D. Pedro V



Como em todo o País, também em Vila Real se realizou uma concentração de solidariedade com Timor com a participação que a imagem documenta

e InterJovem, mas a ela já aderiram numerosas outras organizações.

Na redacção do «Avante!» recebemos entretanto um apelo da Juventude Comunista Portuguesa de participação nesta marcha.

Marcha que surge numa semana em que foram intensificados os esforços diplomáticos e políticos com vista a pressionar a Indonésia e a isolá-la internacionalmente.

O Presidente da República convocou na quinta-feira passada o presidente do Parlamento, o primeiro-ministro e os líderes da oposição para discutir a actuação portuguesa e conseguir posições concertadas que reforcem a posição portuguesa em diversas instâncias como a ONU, CEE, Conselho da Europa e Comissão dos Direitos Humanos.

No mesmo dia, após um

encontro com representantes da resistência timorense, foi revelado que Xanana Gusmão, líder da Fretilin, enviara duas missivas a apelar à convocação de uma reunião do Conselho de Segurança da ONU e que Portugal defenda o estabelecimento, sob os auspícios das Nações Unidas, de conversações com a Indonésia no pressuposto que conduzirão à autodeterminação do povo timorense.

Ramos Horta, porta-voz do Conselho Nacional da Resistência Maubere, disse entretanto que «há vontade política» das autoridades portuguesas em resolver esta questão mas que «enquanto timorense e porta-voz da resistência gostaria de ver mais».

Notícias provenientes de Dili dão conta que algumas das pessoas dadas como desaparecidas depois do massacre do dia 12 de Novembro terão, na realidade, sido fuzi-

ladas logo após o ataque indonésio. Os últimos números apontam para 100 mortos e 300 desaparecidos.

Os 70 estudantes timorenses presos após uma manifestação há duas semanas em Djakarta têm sido submetidos a intensos interrogatórios, registando-se até agora a libertação de apenas dois deles.

Enquanto uma comissão de inquérito nomeada pela Indonésia chegou a Timor-Leste para investigar o massacre no cemitério de Santa Cruz, o secretário-geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar, que esteve na semana passada no nosso país, disse que a ONU está a negociar com os indonésios o envio de uma missão imparcial para investigar os acontecimentos.

Sobre a convocação do Conselho de Segurança, Cuellar falava de «divergências internas» naquele órgão das Nações Unidas que impediriam a sua convocação.

Cuellar não adiantaria qual o país ou países que colocariam obstáculos a essa convocação, mas ao facto não serão alheios os Estados Unidos que na semana passada mantiveram um programa de apoio à formação de militares indonésios, orçado em 480 mil contos para 1992. O Departamento de Estado norte-americano justificou a medida por assim se «contribuir» para uma maior receptividade aos ideais democráticos por parte dos militares indonésios...

As Nações Unidas chegou entretanto um abaixo-assinado dos PALOP (países africanos de língua oficial portuguesa) exigindo a convocação imediata do Conselho de Segurança.

Gestos de solidariedade com o povo de Timor ocorreram na última semana e estão programados para os próximos dias em todo o país, com origem nos mais diversos sectores de actividade e correntes de opinião. Todos condenam a Indonésia e pretendem ajudar os timorenses. Aqui damos conta de algumas dessas notícias chegadas à nossa redacção na última semana, começando por assinalar as iniciativas programadas para os próximos dias, para além das que se dão particular destaque nestas páginas.

● A Câmara de Setúbal promove hoje um espectáculo no Luís Todi cuja receita reverte a favor da resistência timorense.

● Amanhã os alunos das escolas C+S de Lourel e Preparatória de Sintra realizam, nas ruas de Sintra, uma marcha de apoio a Timor.

● A Rádio Sintra FM efectua amanhã uma emissão de nove horas dedicada a Timor, em acto de solidariedade com o drama do povo maubere.

● No 16º aniversário da ocupação de Timor-Leste pela Indonésia, que ocorre no próximo sábado, 305 municípios de todo o país hastearão a bandeira de Dili em sinal de luto e solidariedade com o povo timorense.

● A União dos Sindicatos de Aveiro marcou uma sessão de solidariedade para o próximo sábado com a presença do secretário dos Trabalhadores do Comité da FRETILIN. É às 15 horas no salão dos Bombeiros Novos de Aveiro.

● O Movimento Português de Estudantes Universitários para os Direitos Humanos marcou uma manifestação no próximo sábado no Terreiro do Paço que terminará na embaixada dos Estados Unidos em Lisboa.

● Também no sábado à noite no pavilhão de Alvalade em Lisboa um concerto com grupos rock portugueses terá a sua receita totalmente entregue a um representante da resistência timorense.

● A Direcção Distrital do MDM e o Grupo de Jovens Por Timor de Setúbal apelam à Assembleia da República que envie agora uma delegação de deputados a Timor e ao Governo que manifeste nas instâncias internacionais «é sem tibiezas» a sua condenação da ocupação de Timor, a exigência da retirada da Indonésia e o reconhecimento do direito à autodeterminação e independência do povo maubere.

● Ontem a Fenprof apresentou um folheto que vai enviar para as escolas sobre a situação em Timor. O folheto terá edição em francês e inglês e será distribuído internacionalmente sendo acompanhado de um apelo dirigido a organizações sindicais de professores de todo o mundo para que tomem posição junto dos seus governos.

● Todos os partidos representados na Assembleia Municipal de Lisboa solidarizam-se, quinta-feira, com o povo maubere e lançam um apelo à comunidade internacional para que condene a chacina ocorrida.

● Em Aveiro o movimento Pró-Timor organizou na semana passada uma manifestação e entregou um abaixo-assinado de quatro mil assinaturas de apoio ao povo timorense.

● Um texto redigido por Sofia de Mello Breyner é subscrito por dezenas de personalidades pertencentes a um grupo de solidariedade com Timor entre as quais se encontra Maria Barroso.

● Ramalho Eanes, Eurico de Melo e Maria de Lourdes Pintasilgo são alguns dos signatários de uma carta aberta dirigida ao presidente norte-americano, George Bush, sobre Timor.

● A Cruz Vermelha Portuguesa lança a «Operação Timor», uma recolha de donativos a serem entregues na Caixa Geral de Depósitos na conta nº. 0027/068534/030.

● Alunos dos três escalões de ensino na Guarda entregam na terça-feira uma exposição condenatória da Indonésia após uma manifestação de solidariedade com o povo Maubere convocada pela associação de estudantes da escola secundária Afonso de Albuquerque.

● Na Madeira o Movimento de Estudantes Católicos promoveu na quinta-feira passada uma vigília de protesto e lançou um abaixo-assinado em protesto contra o massacre no cemitério Santa Cruz em Timor-Leste. Professores e alunos aderem à iniciativa frente à Assembleia Regional.

● Estudantes das cinco escolas superiores de Bragança reuniram-se na madrugada de sexta-feira passada em vigília no centro da cidade.

● Em Abrantes os estudantes em dois dias fazem a recolha de 120 contos destinados à resistência timorense.

● O Coro do Teatro Nacional de São Carlos dedicou uma execução em Bruxelas do «Requiem» de Verdi às vítimas do massacre de Dili.

● A Fundação Gulbenkian disponibilizou uma verba de 15 mil contos destinada à aquisição de medicamentos, leite e vitamínicos para serem enviados a Timor.

● O jornal «Correio de Azeméis» lançou a ideia de toda a imprensa regional do país destinar a receita conseguida com uma página de publicidade para ajuda humanitária à resistência timorense. A verba a atingir seria da ordem dos 15 mil contos.

● A Federação dos Portuários, que no início da semana passada lançou um apelo ao boicote às mercadorias provenientes ou destinadas à Indonésia, apela na sexta-feira aos trabalhadores do Porto de Leixões e ao conselho de gerência da CP que cumpram esse boicote com mercadorias que estão destinadas a circular por aquelas duas vias. Os trabalhadores do Porto de Leixões respondem positivamente ao apelo.

● A Direcção do Sindicato da Mestrança e Marinhagem de Câmaras da Marinha Mercante adere ao boicote dos trabalhadores portuários aos navios e produtos indonésios e envia comunicados em várias línguas aos tripulantes portugueses, a explicar a situação, para serem distribuídos em portos internacionais.

● Os sindicatos da Aviação Civil apelam ao boicote ao transporte de qualquer passageiro ou carga procedente ou destinado à Indonésia.

PCP quer saber da suspensão de programa na RDP

O PCP apresentou na sexta-feira na Assembleia da República um requerimento ao Governo para apuramento de responsabilidades na suspensão de um programa da RDP Internacional após uma emissão onde um jornalista entrevistado se referia a críticas formuladas por Xanana Gusmão à programação dirigida pela RDP ao território de Timor-Leste.

No requerimento, dirigido ao secretário de Estado adjunto da Presidência do Conselho de Ministros, o PCP refere que surgiram na comunicação social notícias de que a suspensão do programa

pelo director de informação da RDP-Internacional ocorreu após a gravação e emissão desse programa dedicado a Timor-Leste, considerando-se que tal corresponderia a um «típico acto de censura».

O PCP quer que o Governo informe sobre as medidas que tenciona tomar para o apuramento de responsabilidades perante a decisão administrativa do director de informação da RDP-Internacional, «inequivocamente violadora dos direitos fundamentais dos cidadãos e prejudicial para a justa causa do povo maubere» como refere o PCP no requerimento enviado ao Governo.

Orçamento «rectificativo» «Quem tramou Braga de Macedo?»

A Proposta de Lei de alteração ao Orçamento de Estado para 1991 foi aprovada na semana finda com os votos favoráveis da bancada da maioria, posição com a qual não se identificaram o PS, PCP e «Os Verdes», cujos votos foram em sentido inverso, enquanto CDS e PSN optaram pela abstenção.

Corolário de um debate onde prevaleceram as críticas da oposição a um orçamento «impropriamente chamado de rectificativo», como lhe chamou o deputado Lino de Carvalho, o resultado da votação não constituiu propriamente surpresa, do mesmo modo que a discussão não adiantaria nada de particularmente novo não fosse dar-se o caso - e aqui sim reside a novidade - de ter-se assistido a uma desinteligência entre as hostes da maioria parlamentar e o Governo.

Em poucas palavras, esta dissonância teve a ver com a reintrodução no diploma em discussão de dois artigos que haviam sido retirados no âmbito da Comissão especializada, por iniciativa do deputado do PSD, Rui Carp, ex-

-secretário de Estado do Orçamento, de acordo com uma indicação do ministro Braga de Macedo.

Os artigos em causa - o 3º e o 4º da proposta - referem-se ao pessoal da função pública, um deles vedando a constituição de novas situações de destacamento do pessoal docente, o outro, sob a forma de autorização legislativa, conferindo maior mobilidade à colocação dos excedentes.

«Final, quem tramou Braga de Macedo?», questionou a propósito Lino de Carvalho, para quem este episódio representou «muito más entradas para o Governo e para a equipa do Ministério das Finanças». Uma crítica que tornou extensiva ao facto de o titular da pasta ter estado ausente do hemicycle, atitude que interpretou como um «facto político» que significa «desrespeito pela Assembleia da República e ostensivo distanciamento do orçamento do seu antecessor».

Mas a história do debate não se esgotou neste caso. Em confronto, basicamente, esti-

varam duas concepções: ao reduzir o défice orçamental em 42 milhões de contos, para o Governo, a proposta apresentada a plenário constituía um «ganho que premeia a prudência» e a sensatez, segundo as palavras da secretária de Estado, Manuela Leite; para a oposição, a questão é bem diversa e o que está em causa, para além dos aspectos de credibilidade e rigor do Orçamento de 1991, como sublinhou o deputado comunista Lino de Carvalho, é mesmo o aumento efectivo da carga fiscal, resultado de uma premeditada subavaliação das receitas, bem como de uma insuficiente dotação de verbas nas despesas, designadamente no campo da Saúde, como forma de artificialmente apresentar um menor défice financeiro.

Novas grelhas de tempos PSD e PS querem bipolarizar debates

Acusações de tentativa de bipolarização dos debates parlamentares durante a Legislatura em curso foram dirigidas ao PSD e ao PS, na última semana, pelos parlamentares comunistas e democratas-cristãos.

Na base destas críticas estão as grelhas de tempos para os debates em plenário aprovadas em conferência de líderes parlamentares, grelhas essas que, de acordo com afirmações prestadas à Lusa por representantes do PCP e do CDS, pretendem «relegar» para segundo plano estas duas formações.

«Escandalosa» foi também a expressão utilizada pelo Partido Ecologista «Os Verdes» para classificar a redução de tempo que lhe foi destinado. Fundamentando a sua posição, os ecologistas assinalam em documento distribuído aos órgãos de comunicação social que «tendo o PEV dois deputados como na Legislatura anterior», nada justifica que os tempos de intervenção passem agora

para «pouco mais de metade do que até aqui».

As grelhas de tempos aprovadas para a Legislatura que há pouco começou, registe-se, dividem-se em sete categorias, conferindo ao Governo e ao PSD tempos entre os 70 e os 40 minutos. Ao PS, por sua vez, foram atribuídos tempos de intervenção entre os 50 e os nove minutos, enquanto para o PCP a grelha estabelece valores entre os 25 e os sete minutos. Para o CDS os tempos de intervenção situam-se de 16 a seis minutos, tempo que no caso de «Os Verdes» diminuiu para um período situado entre os seis e sete minutos, cabendo por fim ao PSN qualquer coisa como entre seis e três minutos.

Em síntese, PSD e Governo, que de acordo com o novo regimento da Assembleia têm direito a tempo igual, nos debates mais importantes, continuarão a ter mais tempo juntos do que todos os partidos da Oposição.

Alviela e bacia de Minde e Mira D'Aire PCP defende plano urgente de combate à poluição

Questões relacionadas com o meio ambiente e a qualidade de vida das populações constituíram o pano de fundo da primeira reunião plenária desta Legislatura inteiramente dedicada aos assuntos regionais.

Em foco, faz hoje oito dias, estiveram designadamente os problemas relacionados com os recursos hídricos no distrito de Santarém e em particular os que dizem respeito ao extremo estado de poluição do rio Alviela, bem como da bacia de Minde e Mira D'Aire, cuja contaminação é de tal monta que levou já neste último caso à impossibilidade de utilização das águas públicas quer pelas populações quer pelas unidades industriais instaladas na região.

O alerta para este grave quadro de agressão ao ambiente, com consequências dramáticas na vida do distrito, foi levado à Câmara pelos

deputados Jorge Lacão (PS) e Agostinho Lopes (PCP), ambos coincidindo na defesa veemente de um programa de emergência de combate à poluição do Alviela e à ultrapassagem dos obstáculos que impedem a solução dos problemas de idêntica natureza que afligem as populações de Minde e Mira D'Aire.

Problemas a que Agostinho Lopes detalhadamente se referiu, ao ser intérprete na sua intervenção das reclamações que dias antes uma numerosa e representativa delegação de autarcas da região levou à Assembleia da República. «Fartos e cansados de esperar», lembrou o deputado comunista, não há outra alternativa que não seja a de dar uma resposta urgente a tais problemas cuja acuidade está a provocar o «desespero das populações».

Mas não são apenas casos desta natureza que estão a provocar agressões no am-

biente e a deteriorar a qualidade de vida das populações no distrito de Santarém. Procedendo a um verdadeiro diagnóstico da área em análise, Agostinho Lopes chamou igualmente a atenção para questão dos incêndios florestais - «uma enormíssima e repetida tragédia», segundo as suas palavras -, recordando que o distrito no final da passada época estival apresentou «o triste recorde nacional de maior área ardida, cerca de 35 mil hectares, oito vezes a área ardida em 1990, um quarto da área total ardida este ano no País».

Reconhecendo que as «condições atmosféricas», o «clima», a «mentalidade das populações», «os criminosos fogos postos» constituem dados que objectivamente estão na origem ou favorecem os fogos, o dirigente comunista não deixou porém

de pôr o dedo na ferida ao assinalar que tais motivos não podem «servir de desculpa ou de desresponsabilização quanto à necessária intervenção do Estado».

Nessa medida, explicitou, se há que proceder num esforço integrado à identificação dos riscos meteorológicos, à sensibilização e educação das populações para a defesa da floresta e à criação de sistemas eficientes de prevenção e alerta, não é menos importante que seja adoptada uma outra política agrícola e florestal, política essa que, sublinhou, passa pela defesa e manutenção das pequenas e médias explorações agrícolas, por um verdadeiro ordenamento florestal, pela concretização da floresta de uso múltiplo, «pela ideia de que os fogos se previnem no Inverno e se combatem atacando as suas causas fundamentais».



Planos de Ordenamento do Território Comunistas querem prorrogar prazo

A prorrogação do prazo limite de aprovação dos Planos Municipais de Ordenamento do Território constitui o objecto de um projecto de lei do Grupo Parlamentar do PCP apresentado há dias na Mesa da Assembleia da República.

O prazo definido pelo Governo para a referida aprovação termina em 31 de Dezembro próximo e os deputados comunistas propõem a prorrogação por mais um ano, isto é, até Dezembro de 1992.

No preâmbulo do diploma o PCP refere que sempre considerou o prazo fixado pelo Governo como «irrealizável» e que, passado ano e meio sobre a publicação do decreto-lei, «confirmam-se na totalidade as preocupações e críticas então apontadas» pelos parlamentares comunistas.

A maioria dos municípios não está em condições de garantir a conclusão das fases exclusivamente técnicas dos planos, salienta ainda o PCP na exposição de motivos do seu projecto de alteração dos prazos.

Em sentido idêntico, recorde-se, tinham-se manifestado já a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, nas conclusões de um Seminário realizado em Junho passado, bem como a Associação de Arquitectos Portugueses, em trabalho de reflexão e análise sobre esta matéria enviado à Assembleia da República.

Política Agrícola Comum

Urge alargar debate e informação

O Grupo Parlamentar do PCP insistiu na necessidade de a Assembleia da República dispor de uma informação actualizada sobre o processo de reforma da Política Agrícola Comum (PAC), tendo nesse sentido requerido uma reunião conjunta das Comissões Parlamentares de Assuntos Europeus, de Agricultura e

Mar e do secretário de Estado da Integração Europeia.

Esta tomada de posição da bancada comunista, tornada pública na passada semana, decorre do facto de a Assembleia da República ter estado até ao momento arredada de uma informação completa sobre este processo de reforma da

PAC, actualmente em discussão na Comunidade, em correlação com as negociações do Uruguay Round/GATT, cujas implicações para Portugal são consideradas profundas pela generalidade dos observadores.

Com efeito, tal como é conhecida, a proposta ex-

clui os produtos mediterrânicos, circunstância que irá agravar os défices tradicionais da agricultura portuguesa tanto em matérias de produção cerealífera como das produtividades do sector, sem que se estabeleçam alternativas que contemplem os interesses da agricultura e dos agricultores portugueses.

DORBraga reuniu

Não há sinal de recuperação no sector têxtil

A DORBraga do PCP, reunida no passado sábado, analisou as principais questões da situação política e social do presente momento.

Fez o balanço ao desenvolvimento do trabalho partidário, no seguimento das decisões anteriores e das orientações definidas pelo Comité Central e aprovou as direcções e linhas de orientação a prosseguir pelos comunistas no futuro imediato.

O Programa do Governo recentemente discutido e aprovado na Assembleia da República confirma, sem surpresas que o Executivo do PSD, recauchutado segundo as conveniências, irá prosseguir uma linha de acção que não serve os trabalhadores e o povo em geral, nem o País. Os trabalhadores e a população do Distrito de Braga, perante a perspectiva de «dias difíceis», devem estar preparados para defender os seus interesses, para enfrentar uma política que aponta para a degradação das pensões e outras prestações sociais; graves ofensivas nas relações de trabalho através da aplicação da legislação do Pacote Laboral; a degradação da situação nas áreas da Educação, a subida dos preços dos medicamentos, a generalização das taxas moderadoras; a redução das despesas do Estado nas obrigações sociais; maiores restrições no financiamento das Autarquias; o prosseguimento da crise na têxtil e outros sectores industriais e maiores problemas para a lavoura e agricultores, com

a aproximação das novas regras da PAC, etc.

Os processos de luta em curso no Distrito, envolvendo importantes sectores, como a greve do Vestuário, ou empresas como a Grundig, indicam o caminho correcto do desenvolvimento da luta de massas para fazer frente à política de direita e defender os interesses dos trabalhadores e do povo.

Examinando a situação sociolaboral no distrito, a DORBraga registou a continuação das graves perspectivas existentes, as quais só o aprofundamento dessa luta poderá forçar as cedências da parte do Governo e patronato, no sentido favorável às reivindicações dos trabalhadores e do Movimento Sindical Unitário.

Não há qualquer sinal de recuperação do Sector Têxtil, o que atesta a incapacidade e desinteresse governamental: sucedem-se os processos de falência (EIP - Pevidém) e encerramento de empresas (Baganheira-S. Martinho de Conde); prosseguem os despedimentos colectivos (JS Oliveira-Vizela) e novos processos de despedimento podem estar em preparação (Varela Pinto-Vizela); o arrastamento da situação na Coelima preocupa os trabalhadores que continuam a exigir a sua viabilização, os salários, o direito ao trabalho e ao emprego estável. Ao mesmo tempo são inquietantes as declarações do ministro Mira Amaral, segundo as quais, as medidas de apoio ao Vale do

Ave não privilegiarão este sector. Por seu lado, o patronato continua a apostar nos baixos salários, na repressão e discriminação e na recusa de negociar um CCT justo.

No vestuário, esta prática patronal mereceu a resposta dos trabalhadores através de uma greve com elevado grau de participação com destaque para a adesão de cerca de 100% na Maconde.

No Sector Metalúrgico, a situação da Pachancho e outras empresas confirma uma crise que o patronato procura resolver com sacrifício dos trabalhadores — redução dos postos de trabalho, encerramento das empresas, salários em atraso, etc.

A intenção da Administração da Grundig/Blaupunkt de proceder ao despedimento colectivo de dezenas de trabalhadores continua a ser uma ameaça real contra a qual os trabalhadores se mobilizam e lutam.

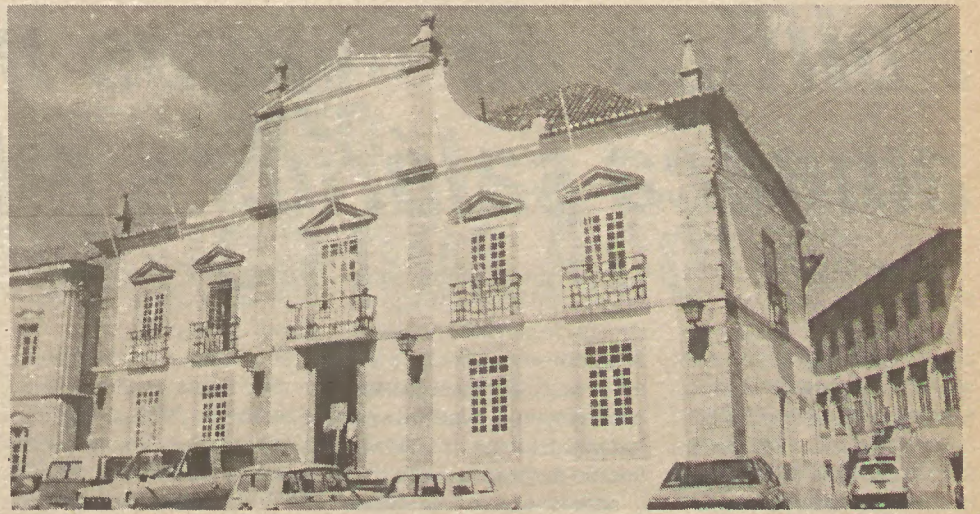
Os trabalhadores das Autarquias Locais, a contas com o «pacote autárquico» governamental, correm riscos de sofrer, além de outras consequências, o desemprego para muitos deles.

A DORBraga do PCP prosseguiu o exame da situação e problemas de organização, tendo-se concluído, como linha de orientação fundamental, prosseguir e intensificar os esforços já em curso para superar muitas das dificuldades existentes e tornar mais activa e participada a vida partidária.

Os trabalhos de preparação da Assembleia Regional devem constituir motivo para a mobilização do maior número de militantes e o estudo de soluções orgânicas adequadas às novas situações.

São desde já de orientar esforços para a realização de assembleias ou reuniões gerais de militantes em todas as organizações locais e de sector, para a eleição de novos organismos dirigentes e melhorar o trabalho de direcção, para debater problemas específicos e aprofundar o conhecimento das novas realidades, fortalecer a democracia interna e fomentar a discussão política e ideológica.

Na reunião deu-se também início à discussão do seu Programa de Acção para o próximo ano. A discussão irá alargar-se a todas as organizações para ulterior apreciação final e aprovação.



Governo fere autonomia e capacidade de realização do Poder Local

O Executivo da DORPOR do PCP manifestou a sua preocupação face à legislação recentemente publicada com efeitos sobre o poder local, nomeadamente a lei que confere largas competências ao Presidente da Câmara e os Decretos-Lei que se aplicam ao pessoal das Autarquias.

Reforçando desmedidamente os poderes dos presidentes das Câmaras, abre caminho à redução da vida democrática dos executivos municipais, impede a contribuição das vereações em matérias importantes, reforça gravemente a possibilidade de abusos de poder e prepotências. Apesar do carácter negativo da lei, que exige a sua rápida revogação, importa lutar contra interpretações abusivas segundo as quais ela passou «todos os poderes» para os presidentes das Câmaras, o que naturalmente colocaria a sua aplicação num plano inconstitucional.

Os Decretos-Lei sobre pessoal das Autarquias deveriam ter contemplado a sua aplicação aos trabalhadores vinculados («agentes»), nalguns casos ao serviço das Câmaras há mais de 15 anos, e não acarretar em caso algum a perda de regalias, nomeada-

mente salariais, aos trabalhadores, pois, em casos de irregularidades anteriores que se diz querer sanar, eles não tiveram qualquer responsabilidade.

A legislação publicada, além de aspectos menos claros, contém nítidas contradições duns pontos em relação a outros e relativamente a outras leis que não foram revogadas (nomeadamente a que se refere a limites com despesas de pessoal nas Autarquias Locais).

Mais um caso de dispersão, de regulamentação desnecessariamente excessiva e imperfeições técnicas na saída de leis contraria o princípio propagandeado de simplificação, modernização e desburocratização tão necessário em toda a administração pública e, naturalmente, também nas Autarquias Locais.

Perante interpretações completamente diferentes e até contraditórias em pontos importantes destes Decretos-Lei e com implicação nos resultados a que conduzam, a DORPOR do Partido Comunista Português entendem que a sua aplicação, em casos de dúvida, deve ser sempre no sentido favorável dos trabalhadores.

Ao regulamentar exageradamente aspectos de pessoal que deviam constituir autonomia municipal, estes Decretos-Lei acarretam dificuldades de contratação e problemas aos trabalhadores, colocando-os em dificuldades, pelas quais só o Governo e o PSD são responsáveis. Ao mesmo tempo, coloca problemas aos Municípios e que, com estas limitações, terão mais dificuldades em realizar obras e resolver outros problemas que se colocam às localidades e às populações.

O Executivo da DORPOR do PCP aprova a reclamação dos Municípios portugueses no sentido de o Orçamento de Estado consagrar, como a lei obriga, uma transferência de 200 milhões de contos.

A haver cortes como em anos anteriores, os Municípios ver-se-ão incapazes de aproveitar os fundos comunitários ao seu dispor pelos diversos programas existentes, já que naturalmente não terão capacidade financeira para suportar a percentagem que têm que assegurar. A ser assim, deixarão de se aproveitar, por falta de solidariedade nacional, dinheiro que a zona de Portalegre teria ao seu alcance e adiadas obras que poderiam ser imediatamente realizadas.

Alegadas fraudes motivam pergunta parlamentar

A notícia de desvios de fundos comunitários no âmbito do FSE destinados a acções de Formação Profissional, nomeadamente de alegadas fraudes cometidas pelas Câmaras Municipais de Boticas e de Chaves levou a que os deputados do PCP no Parlamento Europeu — Joaquim Miranda e Sérgio Ribeiro — apresentassem uma pergunta parlamentar.

Como é conhecido, os factos que levaram à actualização da IGF — Inspecção Geral das Finanças — ocorreram no anterior mandato autárquico em que ambas as Câmaras eram presididas pelo PSD.

No texto da referida pergunta parlamentar, pode ler-se: «Tendo assumido importância a polémica sobre a interpretação do art. 128.º do Tratado da CEE, no que se refere aos destinatários da norma, pergunta-se: — Tem a Comissão conhecimento destes factos? — Que mecanismos pode a Comissão desencadear para garantir a transparência e a correcta aplicação de fundos comunitários destinados a acções de formação profissional? E que interpretação faz do artigo 128.º do Tratado CEE?»

O Gabinete de Imprensa da DORVIR do PCP

Comunistas na Holanda convocam assembleia de organização

É já no próximo dia 15 deste mês que se realizará a Assembleia de Organização do PCP na Holanda, sob o lema «Com coragem e confiança - debater, propor, agir». Os objectivos da reunião prendem-se com a análise dos resultados das eleições legislativas, os quais, como refere o secretariado da organização, «foram também na emigração inferiores às expectativas».

«Hoje mais do que nunca», continua a nota distribuída, «coloca-se a necessidade dos comunistas e de todos os democratas analisarem os resultados eleitorais e avançarem com propostas e soluções realistas e criativas, capazes de responder aos desafios do presente, tendo em vista uma vida melhor para os portugueses num Portugal que pode ser melhor».

Os comunistas portugueses na Holanda

consideram que «sem um ampla e aberta discussão - com a coragem da crítica e da autocrítica -, sem abriremos os olhos para a realidade, sem ouvirmos todos aqueles que, identificando-se com o ideário democrático, têm soluções a propor e motivação para agir, as nossas intenções não serão mais que letra morta, sem conteúdo real, ficando a nossa actividade prática sem influência no curso dos acontecimentos».

Deste modo, é necessário promover uma «ampla discussão, aberta, democrática, crítica e autocrítica, capaz de abrir perspectivas imediatas e mobilizadoras», conclui a nota convocatória que apela a «todos os militantes e simpatizantes do PCP, bem como a todos os democratas para que dêem a sua imprescindível contribuição a esta iniciativa».

Política de «vacas magras» ameaça salários e empregos em Aveiro

A DORAV - Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP reuniu na capital do distrito no passado sábado, tendo discutido a situação política e analisado a actividade do Partido. Apreciação múltiplos aspectos da realidade regional, a DORAV do PCP concluiu que se tornam hoje evidentes diversos problemas, muitos deles deliberadamente escondidos até às eleições.

Estimulado pelo resultado eleitoral do PSD, o patronato encerra empresas (MASA - Águeda; ALBA/Calçado - S. João da Madeira), provoca despedimentos e rescisões de contratos (Cires - Estarreja); propõe actualizações inaceitáveis dos salários e subsídios (de 44 para 47,5 contos os salários no sector

do vestuário e têxtil algodoeira, mais 20\$00 no subsídio de almoço do calçado) e a perda de direitos (assistência a familiares, anulação de pausas para lanche), manifesta-se intransigente na redução do horário de trabalho e começa a aplicar o pacote laboral começando a surgir exemplos de «flexibilização» de horários. Nalguns sectores o patronato condiciona a actualização salarial à aceitação dos aspectos mais negativos do pacote laboral.

Não foram ultrapassados e estão agravados problemas de sectores como o calçado e o têxtil pelo que muitos outros trabalhadores continuam com o seu posto de trabalho ameaçado. Sob ameaça estão também os trabalhadores da função pública que vêem cair sobre os seus salários e

postos de trabalho a política de «vacas magras» anunciada por Cavaco Silva.

Os reformados sabem hoje o que valem as promessas eleitorais do PSD. A actualização das pensões mínimas de 20 contos para apenas 22 300\$00 não satisfaz as necessidades mais elementares da pessoa humana.

Milhares de trabalhadores por conta de outrem receberam finalmente a sua conta para pagamento do IRS constatando que aumentou de facto a colecta para o Estado. Muitos pequenos empresários queixam-se também de elevados montantes de impostos que lhes são fixados administrativamente.

No que respeita ao ensino público, no distrito de Aveiro, a situação das Escolas

Preparatórias, C+S e Secundárias é, no geral, de esgotamento dos seus orçamentos, com especial incidência nas despesas correntes, o que está a provocar graves dificuldades ao normal funcionamento das escolas. Estas dificuldades são também extensivas à Universidade de Aveiro.

Persistem problemas como a falta da regulamentação da carreira docente (sendo seguidas no Distrito práticas diferentes consoante a dependência seja da DRE Centro ou da DRE Norte) e o congelamento do pagamento das horas extraordinárias do ano lectivo de 1990/91.

Quanto às questões regionais locais, a DORAV do PCP chama a atenção das populações e particular-

mente dos eleitos das autarquias para o período de discussão dos planos e orçamentos das autarquias para 1991 e para que intervenham por forma a que eles se aproximem dos interesses da população e das necessidades do desenvolvimento.

Necessidade mais forte é a do acompanhamento da fase final e elaboração e aprovação dos Planos Directores Municipais (PDMs), já que eles condicionarão o futuro desenvolvimento dos concelhos do Distrito. A mobilização da participação popular, sem se esgotar no inquérito público previsto na lei e a sensibilização das assembleias de freguesia para que intervenham no processo, deve ser uma das linhas de intervenção das organizações do Partido no Distrito.

Tendo em consideração a discussão do Orçamento de Estado para 1992, a DORAV irá intervir do Grupo Parlamentar do PCP para que este venha a elaborar propostas de inclusão no OE de questões relevantes para o Distrito, entre as quais se destacam desde já a defesa da Ria e a protecção da costa marítima.

A DORAV do PCP acompanha o processo de criação na prática da Área Metropolitana do Porto, a que o concelho de Espinho deverá aderir em sessão da AM marcada para 16 de Dezembro compartilhando da esperança que os espinhenses depositam administrativa - para minorar os problemas que considera que é necessário continuar a exigir o avanço real de regionalização.

Novo ministro da República deve intervir com transparência

A vinda para a Região Autónoma da Madeira do novo ministro da República foi considerada pela DORAM do PCP «um facto saliente na política regional», salientando como desejável que «no exercício deste cargo e no âmbito das suas atribuições, o ministro intervenha de forma transparente, no sentido de garantir a salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos consignados na Constituição da República.

Um outro importante facto político, analisado pela DORAM na passada semana, liga-se com a abertura da Assembleia Legislativa Regional, cuja imagem perante a opinião pública «em vez de melhorar

vai ficando cada vez mais negra». Para o PCP «o debate sério e leal sobre os problemas da região é cada vez mais substituído pela total subordinação ao Governo».

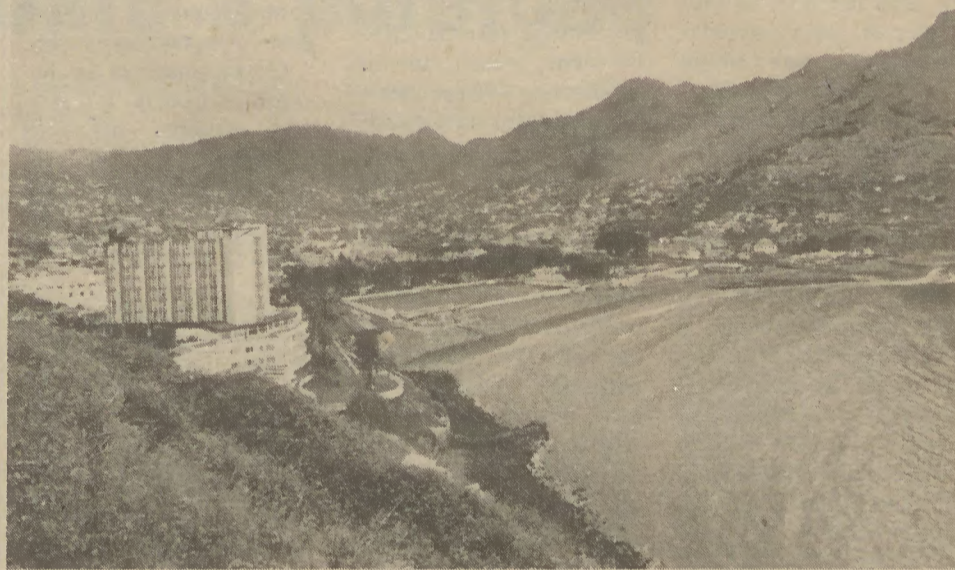
A DORAM considera preocupante o anúncio de que o Governo Regional vai realizar o que já se chama «Presidência Aberta/92 do senhor Alberto João Jardim», mas que tudo indica tratar-se «da antecipação da campanha eleitoral do PSD para as eleições regionais de 1992». Os comunistas alertam a opinião pública e os partidos de oposição para esta «previsível utilização abusiva da administração pública para fins partidários».

O PCP analisou a situação dos trabalhadores, cujo agravamento se revela no facto de milhares de assalariados não auferirem sequer o ordenado mínimo para a região e verem diariamente os seus contratos de trabalho a serem desrespeitados pelo patronato. Centenas de trabalhadores, inscritos no Fundo de Desemprego, são abrangidos por requisições de legalidade duvidosa do Governo Regio-

nal, para prestação de serviços nas diversas repartições públicas, continuando a receber apenas o subsídio de desemprego, embora desempenhem funções iguais às dos outros funcionários do quadro.

Neste como noutros casos, a Inspeção do Trabalho não funciona de acordo com o seu estatuto, preferindo condescender com injustiças sociais e ilegalidades a favor do patronato.

A nível da contratação colectiva, a DORAM considera com apreensão as perspectivas que se avizinham, «não só devido à intransigência do patronato mas também ao argumento que lhe é oferecido pelo Governo Regional que propagandeia uma taxa de inflação fictícia, baseada em indicadores há muito ultrapassados e desfasados dos que servem de base à definição da taxa de inflação no Continente».



O PCP denuncia a incapacidade do PSD de responder aos problemas que surgem no quotidiano, apontando como exemplos as cheias de Machico, as condições dos serviços de saúde e os frequentes

cortes de água na cidade do Funchal.

A intensificação da intervenção dos comunistas foi também motivo de análise da DORAM que aprovou um conjunto de medidas de di-

recção organização e quadros. Das decisões tomadas destaca-se a realização de um profundo debate sobre o funcionamento do movimento sindical na região e o papel dos militantes comunistas nas suas diversas estruturas, bem como o acompanhamento das lutas da população, nomeadamente nos bairros de S. Roque e Santo António, pela resolução de problemas locais.

A DORAM, que se solidarizou com a luta do povo maubere, apelou à participação dos seus militantes na vigília que se realizou de sexta para sábado frente à Assembleia Legislativa Regional.

Com vista às eleições regionais, a DORAM decidiu criar um movimento de opinião que demonstre a necessidade do PCP voltar a ter representação parlamentar na Assembleia Regional e anunciou a publicação, a partir de Janeiro, do jornal CDU.

Nova legislação provoca mais instabilidade no distrito de Évora

A publicação do pacote laboral, a vaga de despedimentos colectivos, a instabilidade no emprego e os aumentos irrisórios decretados para as pensões e reformas mostram, segundo a Direcção da Organização Regional de Évora do PCP, a «contradição entre as promessas eleitorais de Cavaco Silva e programa do Governo apresentado na Assembleia da República».

Na reunião realizada na passada sexta-feira, a DOREV analisou também a recente legislação sobre os

contratos de trabalho da Administração Local, que «não só atinge os direitos dos trabalhadores, mas ao dificultar a execução de obras por administração directa, pode vir a comprometer os níveis de prestação de serviços à população».

A DOREV chama a atenção para o facto de o Governo solicitar uma autorização legislativa à Assembleia da República com o fim de modificar a legislação aplicável aos trabalhadores da Função Pública integrados

nos chamados «quadros excedentes» e de «effectivos interdepartamentais», visando a «maior precarização de emprego e instabilidade na relação de trabalho dos jovens».

No tocante à reforma da Política Agrícola Comum, o PCP considera-a «ambígua e frágil, pondo em causa os interesses da agricultura portuguesa e em particular a alentejana». Neste sentido os comunistas alertam os agricultores e cooperativas do

distrito para que exijam do Governo a informação necessária para o acompanhamento e participação no processo de reforma da PAC e na concretização de uma estratégia negocial que responda aos seus interesses e da agricultura portuguesa em geral.

Igualmente preocupante é a possibilidade de serem cortados cerca de 12 milhões de contos nos investimentos públicos nacionais com a investigação científica, facto que irá afectar a realização dos objectivos estabelecidos

no programa Ciência e terá consequências negativas na Universidade de Évora.

A DOREV realçou ainda a iniciativa do grupo parlamentar do PCP que apresentou um diploma que extingue a Prova Geral de Acesso ao Ensino Superior, e manifestou a sua solidariedade com o povo de Timor-Leste. Por fim, foi analisado o trabalho de direcção, definindo-se medidas para o seu reforço e orientações para a actividade no próximo ano.

PCP prepara legislativas regionais/92

Descontentamento crescente exige uma mudança política nos Açores

A Comissão de Ilha de S. Miguel do PCP, reunida no passado dia 30 de Novembro, apreciou o próximo processo eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional que decorrerá em 1992 na Região Autónoma do Açores. O PCP/Açores considerou ser necessário definir desde já o lançamento de candidaturas às regionais de 92, no quadro da CDU(PCP-PEV), propondo, através do seu órgão directamente responsável, a Comissão de Ilha de S. Miguel, a indigitação de José Eduardo Bicudo Decq Mota para cabeça de lista da coligação pelo círculo eleitoral de S. Miguel.

Recorde-se que, de 1984 a 1988, José Decq Mota foi eleito por este círculo deputado à Assembleia Regional dos Açores, e não viu o seu mandato reconfirmado em 1988 por uma muito pequena margem de votos.

A Comissão de Ilha de S. Miguel do PCP afirma que «os resultados das eleições de 1992 poderão vir a determinar para os Açores e para o Açorianos, a reposição de uma perspectiva optimista e mais satisfatória do seu porvir, no quadro do pleno funcionamento democrático da Autonomia, reabilitando a importância desta (e no seu enquadramento constituio-

nal) no quotidiano de quem vive nas nove ilhas bem distante de quaisquer outros pólos de actividade e de desenvolvimento económico e social».

Os comunistas acreditam que os Açores «venham a ser, neste limiar do século XXI, uma Região Autónoma Portuguesa, onde se viva em liberdade, onde se construa o progresso e se atinja a justiça social».

A Comissão de Ilha entende que «pelo grau de arbitrariedade acentuado, com que se manifesta nos dias de hoje o exercício governativo da região pelo PSD, ao fim de 15 anos no poder, este Partido

e o seu Governo convenceram-se que lhes assiste o direito de exercerem uma forma de poder absolutista, tendo vindo a utilizá-lo para favorecer clientelas e sectores restritos da sociedade».

De tais «vícios e deformações», na opinião da CI, «não está livre, na actual conjuntura, qualquer Governo que se apoie, ou venha a apoiar-se exclusivamente num só partido e numa maioria absoluta unipartidária de deputados na ARL».

Para o PCP, «a mudança necessária não se compadece com simples alterações nominiais nos cargos políticos e públicos de maior responsa-

bilidade». A forma como o poder regional tem sido exercido, bem como as políticas realizadas, demonstram a importância de que, em 1992, a ALR não disponha de maiorias absolutas. Na opinião dos comunistas «tal situação permitirá reabilitar o diálogo político, social, económico e cultural nos Açores, o qual tem estado totalmente arregrado da cena regional».

O PCP/Açores e os seus aliados na CDU constituem uma força política com intervenção, com ligação aos pro-

blemas e à sociedade, que realiza a sua actividade na defesa dos interesses dos trabalhadores e das populações e pelos objectivos definidos no seu programa regional é necessária ao futuro dos Açores. O PCP sublinha que «abre caminho para estudar com as diversas forças políticas que lutam pela mudança, no quadro do sistema constitucional da Autonomia, as possibilidades de convergência e entendimento, seja ao nível regional ou de âmbito mais restrito».

CAMARADAS FALECIDOS

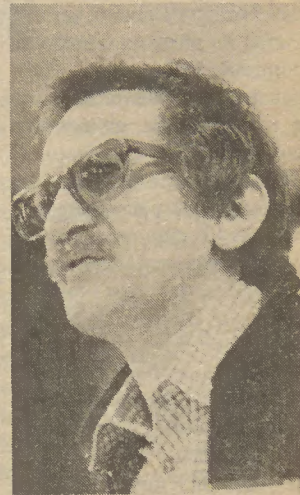
Gorjão Duarte

O Secretariado do Comité Central do PCP informa que, após prolongada doença, faleceu Joaquim Fernando Gorjão Duarte, membro da Comissão para os Assuntos Económicos junto do Comité Central do PCP.

Gorjão Duarte, de 50 anos de idade, era membro do Partido desde 1967 e seu funcionário desde 1975.

Participou activamente na luta contra a ditadura fascista, tendo sido em 1968 membro do organismo responsável da organização do PCP dos empregados de escritório de Lisboa, em 1972 membro da Comissão Executiva da CDE e tendo participado na preparação do Congresso da Oposição Democrática realizado em 1973. Foi preso em Outubro de 1969, julgado e condenado a 14 meses de prisão. Voltaria a ser preso pela PIDE/DGS em 17 de Abril de 1974, sendo libertado com o 25 de Abril.

Depois do 25 de Abril, desempenhou funções de elevada responsabilidade junto da Direcção do Partido, foi membro da Direc-



ção da Organização Regional de Lisboa e membro suplente do Comité Central entre Dezembro de 1976 e Dezembro de 1988.

Partilhando da dor e da tristeza que a atingem, o Secretariado do CC transmite à família de Gorjão Duarte as fraternais condolências de todo o colectivo partidário, salientando a generosidade e a dedicação patentes na valiosa contribuição de Gorjão Duarte para a vida e actividade do Partido.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

A propósito de acusações ao presidente da JF da Amora

Após a publicação de um comunicado do Partido Socialista em diversos órgãos de Comunicação Social, acerca da Junta de Freguesia de Amora e do seu presidente Amâncio Pinheiro, à Comissão Concelhia do Seixal do Partido Comunista Português importa esclarecer e repor a verdade:

1. A Comissão Concelhia mantém intacta a sua confiança nos eleitos CDU na Junta de Freguesia de Amora, que tudo têm feito para desenvolver a freguesia e torná-la num centro fulcral do futuro do Concelho do Seixal.

2. O camarada Amâncio Pinheiro, actual presidente da Junta de Freguesia, ao longo dos tempos tem demonstrado a sua capacidade de trabalho, que tem contribuído decisivamente para o crescente prestígio do Órgão Autárquico e da actual vila de Amora. De salientar que o camarada em todos

estes anos sempre demonstrou saber trabalhar em colectivo, com honestidade e competência colocando todas as suas capacidades ao serviço das populações que o elegeram.

3. Quanto à «actividade centralizadora da Câmara» referida no comunicado do PS, a Comissão Concelhia do Seixal do PCP esclarece que na Câmara Municipal do Seixal todos os vereadores, incluindo os do PS, têm pelouros distribuídos, pelo que não se compreende tal afirmação.

4. A Comissão Concelhia do Seixal do Partido Comunista Português estranha que hoje o Partido Socialista venha a emitir um comunicado contra a acção do Poder Local Democrático no Concelho do Seixal, em vez de se preocupar e denunciar a política desastrosa do PSD para com o Poder Local, materializado no crescente asfixiamento financeiro e económico dos

diversos órgãos autárquicos. Cabe ao PS rever a sua actual política de alianças no Concelho do Seixal, porque continuando o caminho indicado no comunicado está sem dúvida alguma a favorecer a estratégia global do PSD e do seu Governo — a liquidação progressiva do Poder Local Democrático.

5. A Comissão Concelhia do Seixal do PCP reafirma uma vez mais que o Concelho do Seixal é hoje uma região de futuro porque, em todas as autarquias, os eleitos comunistas, e da CDU, têm prosseguido os objectivos eleitorais por que foram eleitos maioritariamente nas últimas eleições autárquicas. Mais do que retóricas, a população necessita de verificar que o trabalho efectuado lhe serve e lhe proporciona o seu bem-estar. A população ao longo destes anos tem reconhecido tal facto.

6. Como tal, seria bom ao Partido Socialista, ou a alguns dos seus elementos, rever a sua actual campanha difamatória, e, antes, unir esforços para que conjuntamente com as forças democráticas e o PCP nomeadamente, as populações vejam satisfeitas as suas necessidades contra os objectivos da actual política do Governo.

7. Por fim, a Comissão Concelhia do Seixal do PCP apela a todos (eleitos e trabalhadores) para que unam as suas forças na luta contra o actual pacote autárquico publicado pelo Governo PSD.

São as medidas do Governo que são nocivas para o Poder Local, os trabalhadores e as populações, mas que devem constituir um estímulo para uma maior e mais firme unidade de todas as forças democráticas.

A Comissão Concelhia do Seixal do PCP

Esclarecimento

Na sequência de notícias vindas a público em diversos órgãos de comunicação social, relativamente ao membro do PCP, Filipe Ramires, o Executivo da Comissão Concelhia de Olhão do PCP, reunido em 26/11/91, decidiu tornar público o seguinte:

1 — Desconhece a auto-suspensão (figura que, aliás, não consta dos estatutos do PCP) ou a demissão de qualquer elemento da Comissão Concelhia na sequência do apelo do elemento acima referido;

2 — Desconhece-se a realização em Olhão de qualquer reunião de «militantes do PCP/Algarve» no passado sábado;

3 — Estranha-se (ou talvez não...) a projecção alcançada em alguns órgãos de comunicação social das posições deste membro do PCP.

4 — Esclarecer que esta frenética actividade (que não é aplicada na actividade normal do PCP) é desenvolvida sem qualquer coordenação com a estrutura partidária em Olhão.

5 — A afirmação feita acerca da existência de «défice democrático» no PCP, é de estranhar na medida em que o citado elemento nunca foi impedido de expor as suas opiniões nas inúmeras reuniões em que tem participado ou a

qualquer outro nível. Assim tem sido e continuará a ser com qualquer membro do PCP.

Entretanto, se é possível falar de défice, essa expressão aplica-se na perfeição à prestação de contas, por parte desse elemento, pela actividade que desenvolve na Câmara Municipal de Olhão.

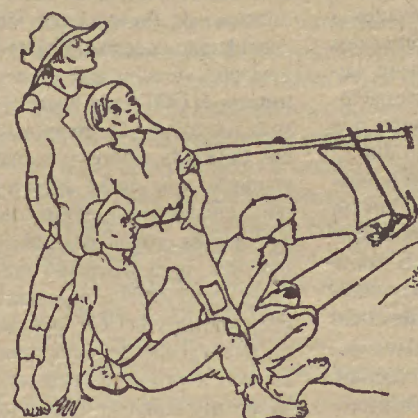
6 — Em recente reunião o citado elemento afirmou-se na disposição de violar os estatutos do PCP sempre que o entendesse necessário, em claro afrontamento e desrespeito do colectivo em que se insere.

7 — A Direcção do PCP em Olhão não pode deixar de informar que Filipe Ramires tem apresentado, desde sempre, os seus pontos de vista sem qualquer limitação, cujas ideias e propostas, no fundamental, não são acompanhadas ou apoiadas pelos restantes membros, tratando-se portanto de um caso de isolamento político.

8 — A Direcção do PCP em Olhão lamenta estes acontecimentos, continuará a acompanhar o evoluir da situação e irá pronunciar-se oportunamente de uma forma mais aprofundada, com a consciência de que o essencial da sua preocupação deve ser os problemas dos trabalhadores e da população de Olhão.

O Executivo da Comissão Concelhia de Olhão do PCP.

Obras completas de SOEIRO PEREIRA GOMES



edições Avante!

SALÁRIOS ATRASADOS OUTRA VEZ NA INDEP

Exigindo o fim da destruição premeditada da Indep, a Comissão Sindical dos Metalúrgicos denuncia o ressurgimento dos salários em atraso e a saída de mais 195 trabalhadores antes de expirado o prazo legal para estes optarem entre a rescisão do contrato ou a integração na sociedade anónima.

A Comissão Sindical recorda a reestruturação «vertiginosa» que o Governo e o seu conselho de administração têm vindo a efectuar na Indep e que levou já à destruição de 2600 postos de trabalho desde 1986, além de outros problemas, como o adiamento de novos investimentos na empresa, as dívidas a fornecedores, a falta de créditos e um volume de vendas em 1991 que poderá não chegar a um milhão de contos (quando estavam perspectivados 4 milhões).

No comunicado que emitiu segunda-feira, aquela estrutura expressa o seu total apoio às reivindicações contidas no Caderno Reivindicativo apresentado à administração pela Comissão de Trabalhadores da Indep, salientando que as exigências feitas «são justas e tudo há que fazer para as alcançar».

BGP NO PE EM JANEIRO

A petição apresentada pelo Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas sobre a discriminação das mulheres no Banco Comercial Português poderá ser discutida na próxima reunião da comissão do Parlamento Europeu, em 22 de Janeiro, adiantou a agência Lusa, citando um comunicado do sindicato. O SBSI diz ainda que, após os contactos que a sua delegação teve no PE com os diferentes grupos parlamentares e com as comissões dos Assuntos Sociais e dos Direitos das Mulheres, tem recebido «demonstrações de empenhada solidariedade e o compromisso de uma actuação política concertada».

O sindicato realça o facto de o caso BCP ter sido agendado entre os «assuntos actuais, urgentes e muito importantes» para discussão no plenário do PE.

GREVE EM BRUXELAS

Os 43 funcionários administrativos da representação permanente de Portugal junto da CEE declararam greve para a semana em curso, a terceira paralisação desde o princípio de Novembro - noticiou a Lusa a partir de Bruxelas, citando um responsável sindical. O pessoal administrativo - que foi todo contratado em Bruxelas e não faz parte do quadro do MNE - exige que os seus salários sejam equiparados aos dos seus colegas da embaixada portuguesa na Alemanha, que recebem, em média, mais 35 por cento.

INSTRUTORES QUEREM ESTATUTO

A Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos vai reclamar das entidades competentes a criação do estatuto jurídico dos instrutores de condução automóvel. No 2º encontro nacional destes profissionais, que promoveu no passado dia 23 em Coimbra, a FSTRU considera que os instrutores devem ser reconhecidos «como autênticos docentes, e não como meros treinadores de condutores». Em discussão esteve um documento que abordava, entre outras questões, o recrutamento e formação de instrutores e directores técnicos, bem como a sua reciclagem periódica.

Em Portugal existem 550 escolas de condução, onde trabalham cerca de 3500 instrutores e cujo parque de veículos de instrução é constituído por mais de 5 mil unidades. Os números fornecidos pela federação e citados pela Lusa indicam ainda que, por cada dia útil, cerca de 750 pessoas são submetidas a exame de condução.

No entender da FSTRU, «esta actividade não pode ser deixada às regras da concorrência e do mercado» que funcionam nos sectores económicos com fins lucrativos.

ELEIÇÕES NO CÉS/SUL

Os resultados eleitorais provisórios das eleições de 26, 27 e 28 de Novembro para os órgãos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul, com sede em Setúbal, indicam que houve uma participação média de 30 por cento dos sócios (valor superior a 50 por cento nas empresas onde funcionaram secções de voto). A única lista concorrente, unitária, recolheu 98 por cento dos votos. Segundo uma nota do presidente da Mesa da Assembleia Geral, os novos dirigentes (Mesa da AG, Direcção e Conselho Fiscal) deverão tomar posse no sábado, dia 7.

CONCILIAÇÃO NA PORTUGAL

As estruturas sindicais unitárias da Portucel requereram ao Ministério do Emprego a passagem à conciliação do processo de revisão do Acordo de Empresa. Esta medida tinha merecido o apoio do plenário nacional de ORTs da empresa, realizado a 7 de Novembro em Lisboa. Nesta reunião foi ainda criticado o conselho de administração da Portucel por ter considerado encerradas as negociações directas após as estruturas da UGT terem aceite as suas propostas. Os membros dos ORTs da empresa, numa resolução que então aprovaram, consideraram «legítimas as posições críticas dos trabalhadores, nomeadamente dos representados pelas organizações sindicais da UGT, por estas terem aceite, sem qualquer esforço, as propostas da empresa sem que tenham promovido a auscultação dos trabalhadores, conforme fizeram as estruturas da CGTP-IN».

Mais 2 mortos no trabalho Sexta-feira negra

O dia 28 de Novembro é mais uma data negra no calendário dos acidentes de trabalho: João Francisco Pascoal morreu na Siderurgia Nacional, na sequência de um acidente na estação de bombagem de trem contínuo, depois de estar três horas sem assistência; José Covita Barata foi esmagado por uma máquina de extracção nas Minas da Panasqueira. Em ambos os casos decorrem inquéritos.

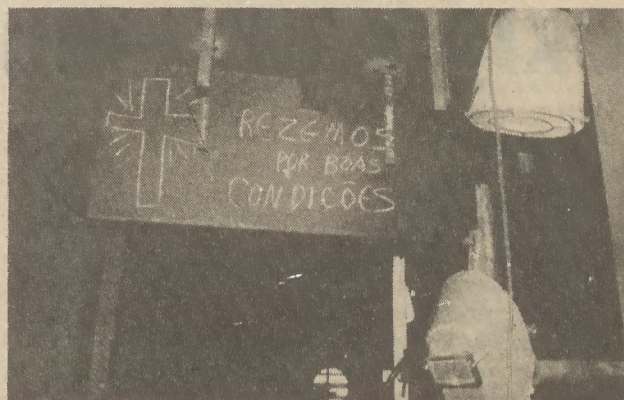
O mineiro José Barata tinha 34 anos, era casado e pai de três filhos menores. Após a sua morte, refere a Comissão de Higiene e Segurança da empresa, citada pela Lusa, o trabalho foi paralisado e o turno seguinte já não entrou ao serviço. Os acidentes de trabalho, como é do conhecimento geral, são frequentes no interior das Minas da Panasqueira e constituem uma das maiores preocupações do sector.

João Pascoal tinha 50 anos, era operador de vigilância da estação de tratamento e bombagem de águas da Siderurgia Nacional, no Seixal. Segundo um comunicado do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul (STIMMS), este trabalhador estava a cumprir uma das suas tarefas, considerada de risco, sozinho e de noite. Desde o momento provável do acidente até ser

encontrado, o operário esteve cerca de 3 horas sem assistência.

O sindicato afirma que «este acidente vem pôr em evidência a falta de medidas, por parte do conselho de administração, na área da prevenção, higiene e segurança no trabalho, tão reivindicadas pelos trabalhadores», e «coloca ainda algumas reflexões quanto à política de redução de efectivos, o que leva cada vez mais a que os trabalhadores executem mais trabalho e cada vez mais isolados, aumentando assim os riscos de acidente».

Nesse mesmo dia, em Coimbra, na abertura da primeiras Jornadas Internacionais sobre Higiene, Segurança e Medicina no Trabalho, o secretário de Estado, Jorge Seabra - relata a Lusa -, rejeitou a competitividade das empresas à custa da degradação social dos trabalhadores e desafiou os profissionais envolvidos a serem exigentes na execução do acordo específico que sobre esta matéria foi assinado, no fim de Julho, no CPCIS. Mostrando um descomprometimento mais que suficiente para scudir as responsabilidades do capote do Governo, Jorge Seabra disse estar convosco para o desassossego que a promoção da qualidade



Esta sugestão parece ser, por vezes, a única solução que resta a quem trabalha em situações de risco de acidente. É que, apesar de patrões e Governo concordarem que se deve acabar com o mal, a verdade é que muitos trabalhadores portugueses continuam a morrer ou a ficar incapacitados devido a

de vida no trabalho exige a todos e, ainda segundo o relato da agência, responsabilizou por várias omissões na área da higiene, segurança e saúde nos locais de trabalho quer empregadores e trabalhadores, quer a própria administração pública.

Recentemente, num seminário organizado pela CM de Loures, a dirigente da CGTP-IN, Maria do Carmo Tavares, apontou o contraste entre a rapidez com que, na sequência de acordos subscritos na Concertação, se avançou em matéria de formação profissional, e a lentidão que se verifica no que toca à higiene e segurança.

As estatísticas - como referimos num extenso trabalho

do «Avante!» no fim de Outubro - indicam que em Portugal ocorrem, em média, 1252 acidentes de trabalho por cada dia útil. Em 1989 registaram-se 865 mortes devido a acidentes de trabalho, ou seja, mais de 3 mortes por dia útil.

Os números do segundo trimestre de 1991, divulgados antecorrem no boletim informativo do Ministério do Emprego, apontam para o aumento da sinistralidade laboral em 10,2 por cento relativamente aos primeiros três meses deste ano. Assim, segundo um telegrama da Lusa, registaram-se, de Abril a Junho, 75 946 acidentes de trabalho (54 mortais).

Com aumentos salariais de 17,5% FNAM apresentou ao ministro o caderno reivindicativo para 1992

A Federação Nacional dos Médicos solicitou ao ministro da Saúde uma audiência para discutir os principais problemas da classe, nomeadamente os que têm a ver com a formação pós-graduada, a orgânica das carreiras médicas, as condições de trabalho e os vencimentos, e a gestão dos serviços.

Em carta enviada a Arlindo Carvalho, após a reunião do Conselho Executivo da FNAM que teve lugar em Coimbra, no dia 21 de Novembro, a federação reafirma a sua «determinação de continuar um diálogo construtivo», dizendo ao ministro que pode, «neste (re)início de tão importantes funções, contar com a FNAM como estrutura responsável, dialogante mas intransigente» na defesa dos interesses dos médicos.

Na carta ao ministro da Saúde começa-se por recordar que «na memória dos últimos anos ficaram, com certeza, as grandes movimentações de médicos por melhores condições de trabalho, por carreiras com autonomia técnica, contra o desemprego médico e o trabalho precário, por melhor formação pós-graduada com exames de titulação únicos,

por melhores salários, por concursos de provimento atempados e idóneos, contra a partidarização da gestão das instituições públicas de saúde».

O Caderno Reivindicativo para 1992 retoma muitas destas questões, que estão por resolver: a FNAM quer discutir com o Governo o Regulamento do Internato Geral; defende uma avaliação contínua e exame final nacional e com júri misto para os internatos complementares; quer a manutenção do vínculo à Função Pública para os médicos que iniciaram o internato complemen-

tar em Janeiro de 1988 e aos quais já foi aplicada indevidamente legislação com efeito retroactivo; propõe a revisão da regulamentação que rege os concursos de provimento; exige a «aplicação do espírito e da letra» do Despacho 17/91 às três carreiras médicas (Hospitalar, Saúde Pública e Clínica Geral), por forma a garantir a colocação por concurso de todos os médicos com vínculo à Função Pública nos próximos dois anos.

Entre o rol de problemas apresentados ao ministro, a federação inclui todo um capítulo dedicado às condições de trabalho e vencimen-

tos, no qual, além de um aumento de 17,5 por cento nos salários em 1992, reclama ainda o alargamento do número de escalões em cada categoria, a criação de serviços de Saúde Ocupacional com quadros autónomos e com cobertura de todas as unidades de saúde, o alargamento do período de férias para 6-8 semanas, a discussão imediata do regime de reforma e aposentação, o pagamento atempado da horas extraordinárias, das horas complementares e dos subsídios de fixação.

A FNAM quer ainda discutir com o Governo a adopção de medidas que defendam o trabalho médico nacional face à livre circulação dos médicos dos países da CEE.

No Caderno Reivindicativo foi ainda incluída a revogação da actual lei da Gestão Hospitalar e dos Centros de Saúde, que, no entender da Federação Nacional dos Médicos, é responsável pela partidarização dos serviços e cria constrangimentos à autonomia técnica das carreiras médicas. Exige-se igualmente que seja posto termo ao regime de instalação nas administrações regionais de saúde.



Continuam ainda por resolver muitos dos problemas que levaram os médicos a desencadear grandes movimentações por melhores condições de trabalho (foto de arquivo, durante uma greve de médicos, em 1989)

TRABALHADORES

CGTP prepara conferência

A preparação da Conferência Sindical Nacional, a realizar nos dias 13 e 14 deste mês, foi a principal matéria em análise na reunião do Conselho Nacional da CGTP-IN que teve lugar sexta-feira e sábado passados.

Como Manuel Lopes, da Comissão Executiva da central, referiu ao «Avante!», houve «uma discussão muito grande» dos temas a abordar na conferência - acção reivindicativa, organização e relações internacionais da CGTP, particularmente no espaço da Europa comunitária. Deste debate, que teve em conta as «centenas de reuniões de dirigentes e delegados sindicais e de trabalhadores» já realizadas, decorreram alterações que pretendem melhorar os documentos preparatórios da conferência.

O debate prossegue. O prazo para entrega de propostas de alteração aos documentos terminou ontem, dia 4. No

domingo, dia 8, reúne a Comissão Executiva, e no dia 10 volta a reunir o Conselho Nacional da Inter.

A apreciação da situação actual no País levou o CN da CGTP a reafirmar que «há condições económicas para melhorar as condições de vida dos portugueses». Manuel Lopes concretizou: «há que fazer crescer os salários, há que implementar medidas que melhorem a qualidade de vida e de trabalho nas empresas, nomeadamente nos aspectos que têm a ver com as condições de higiene e segurança, e há que resolver também muitos outros problemas, como a habitação e os transportes. O salário mínimo tem que subir e as pensões não podem ficar-se pelos valores ridículos que o Governo anunciou».

O CN manifestou a sua solidariedade para com a luta do povo de Timor-Leste, fazen-

do um apelo aos trabalhadores e a todos os portugueses para que no dia 12 de Dezembro (um mês depois do massacre de Dili) se faça, às 15 horas, um minuto de silêncio, com paralisação do trabalho, em todo o País. Foi ainda decidido fazer um apelo às multinacionais sediadas em Portugal para que suspendam as relações comerciais com a Indonésia.

Reunião com UGT

Delegações da CGTP e da UGT reuniram segunda-feira em Lisboa, na sede desta última estrutura. Conforme foi dado a conhecer no final da reunião, numa conferência de imprensa dada por Carvalho da Silva e Torres Couto, foi decidido que as duas organizações vão realizar no primeiro semestre de 1992, durante a presidência portuguesa da CEE, quatro seminários

e uma acção de massas com a colaboração da Confederação Europeia de Sindicatos.

Não foram especificados os temas dos seminários. Quanto à acção de massas, tem por objectivo pressionar as autoridades nacionais e comunitárias para que avancem com os *dossiers* sociais.

O líder da UGT revelou aos jornalistas que não existe qualquer obstáculo por parte da sua organização à entrada da CGTP na CES, adiantando que subscreverá o pedido de filiação.

Foi ainda acordado propor às centrais espanholas a realização da Cimeira Ibérica no dia 20 de Janeiro de 1992, com vista ao estabelecimento de uma plataforma social comum aos sindicatos da península.

A UGT anunciou ainda o seu apoio à proposta da CGTP (um minuto de silêncio no dia 12) relativamente à solidariedade com Timor.



Há condições económicas para melhorar as condições de vida dos portugueses, reafirma a CGTP (foto de arquivo, 1º de Maio de 1990 em Lisboa)

Salários e duração de trabalho segundo os números oficiais

O salário-base dos trabalhadores não agrícolas portugueses era em média de 71 050 escudos no primeiro trimestre deste ano, mas os homens recebiam 9,4 por cento acima da média e 32,0 por cento mais do que as mulheres.

Os homens ganham em média 77 705 escudos e as mulheres 58 856 de remuneração-base mensal.

A duração média do trabalho é de 42 horas semanais, tanto para os homens como para as mulheres, variando entre as 37 horas na banca e as 44 horas nos têxteis e vestuário, no calçado, na madeira e cortiça e no mobiliário.

Aqueles números decorrem dos resultados de um questionário sobre as remunerações-base e a duração de trabalho, anexo ao inquérito ao emprego estruturado, do Ministério do Emprego e Segurança Social, e são citados pela agência Lusa.

Os salários são mais elevados nas maiores empresas e baixam à medida que diminui a dimensão da empresa. O salário-base médio nas empresas de mais de 100 trabalhadores é de 80 845 escudos (13,8 por cento acima da média); de 71 761 escudos nas empresas de 50 a 99 empregados; 66 272 nas firmas

de 10 a 49 funcionários e de 59 737 (15,9 por cento abaixo da média) nas empresas que empregam menos de 10 pessoas.

O mais elevado salário-base médio encontra-se na electricidade, gás e água, subsector em que atinge os 114 832 escudos, 61,6 por cento acima do valor do nacional para os trabalhadores não agrícolas. Seguem-se as indústrias químicas e de petróleos, com 109 194 escudos, e a banca, seguros e operações sobre imóveis, com 107 820 escudos.

No outro extremo surgem, com remunerações-base

médias inferiores a 50 000 escudos, o vestuário (48 250 escudos, 32,1 por cento abaixo da média nacional) e o calçado, com 48 423 escudos, 31,8 por cento inferior ao valor nacional.

O salário-base médio é de 74 827 nas indústrias extractivas, de 64 160 escudos nas indústrias transformadoras (com as discrepâncias que se viu entre o vestuário e calçado e as químicas e petróleo), 61 800 escudos na construção e obras públicas, 74 603 escudos no comércio, 53 283 escudos nos restaurantes e hotéis e 97 383 escudos nos transportes e comunicações.

Museus e palácios fecham nos feriados

Dando sequência a um processo de luta que se arrasta desde Fevereiro de 1990, os trabalhadores dos museus e palácios decidiram entrar em greve nos feriados de 1 e 8 de Dezembro.

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, num comunicado à imprensa, esclarece que estas greves têm a ver com matérias como a redução do horário de trabalho e a implementação da carreira de técnico auxiliar de museu (para a qual transitariam os actuais guardas), e o facto de não estarem a ser cumpridos acordos celebrados entre a federação e o IPPC.

A FNSFP aponta ainda outras questões que «preocupam e são causa do ambiente de instabilidade e descontentamento» que existe no sector: vencimentos não compatíveis com a responsabilidade e o tipo de serviço prestado, distorções salariais devidas à incorrecta aplicação do novo sistema retributivo, constantes atrasos no pagamento dos vencimentos aos funcionários com vínculo precário, quadros de pessoal obsoletos e com grande parte das vagas por preencher...

Vem agravar este quadro o recente DL 407/91, segundo o qual não serão renovados contratos a termo certo por períodos superiores a um ano e - refere a nota da federação - não permite a celebração de novo contrato da mesma natureza e objecto com o mesmo trabalhador, atingido o prazo máximo, antes de decorrido um prazo de 6 meses.

Greve na CML

Os trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa que estão contratados a prazo decidiram realizar na próxima terça-feira, dia 10, uma greve de três horas, como forma de exigir do Governo a alteração da legislação sobre contratação a termo publicada logo após as eleições. No período das 15.30 às 18.30 aqueles trabalhadores concentram-se junto à residência oficial do primeiro-ministro. A direcção do Sindicato dos Trabalhadores da CML entregou ao Provedor de Justiça um pedido de declaração de inconstitucionalidade daquela legislação, pediu reuniões aos grupos parlamentares da AR para lhes solicitar a ratificação do DL 409/91; está também a insistir junto do Ministério das Finanças para que seja marcada uma reunião com este problema na agenda.

«Apesar de a administração da CML ter já decidido medidas, dentro do quadro legal, para evitar o despedimento em massa, o perigo é real e mantêm-se por via das leis governamentais» - diz o sindicato numa nota que enviou aos órgãos de comunicação social na semana passada.

Eleições nos Bancários do Norte

Têm hoje lugar eleições para a direcção do Sindicato dos Bancários do Norte, a que concorrem três listas. A tendência unitária apoia a lista C, que propõe para presidente Manuel Gaspar Cardoso Ribeiro. Um telegrama da agência Lusa refere que o processo de revisão contratual, o reforço da formação profissional e o melhoramento dos serviços de segurança social e assistência médica foram os temas em foco durante a campanha eleitoral.

Enfermeiros param dia 6

Os enfermeiros do sector privado mantêm a convocatória de uma greve de 24 horas durante sexta-feira, dia 6. Com esta forma de luta, os enfermeiros das clínicas e hospitais privados pretendem exigir do patronato condições salariais e perspectivas de carreira que ultrapassem as grandes diferenças, para pior, que actualmente existem relativamente à situação dos enfermeiros da Função Pública - como referimos no anterior número do «Avante!». O vencimento/hora no sector privado, por exemplo, é inferior em mais de 60 por cento.

Os docentes de enfermagem poderão também entrar em greve nos dias 9 e 10 de Dezembro. Essa é, pelo menos, uma das formas de luta concretas que um plenário realizado em Coimbra no passado sábado delegou na comissão intersindical que representa estes profissionais (e que integra o SEP, o SENSUP, o SERAM e a Fenprof).

INTERNACIONAL

Dia de Solidariedade com o povo palestino

«A causa do Povo da Palestina integra-se na luta dos povos pelos Direitos Humanos e pela Paz» — sublinha-se na Declaração do Conselho Português para a Paz e Cooperação de solidariedade com os palestinos e de que aqui, no fundamental, reproduzimos.

A Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), a 29 de Novembro de 1977, adoptou a Resolução 32/40B, pela qual o dia 29 de Novembro foi designado Dia Internacional de Solidariedade com o Povo da Palestina.

Consagrou-se assim, com uma iniciativa de solidariedade internacional, o significado histórico da data de 29 de Novembro de 1947, na qual a Organização das Nações Unidas aprovou a Resolução que constituía no território da Palestina dois Estados, Israel e Palestina, respectivamente de maioria judaica o primeiro, o segundo de maioria árabe.

Quarenta e quatro anos são vividos sobre a data desta Resolução Histórica e o Povo Árabe da Palestina, sem Pátria livre e sem Estado, desapossado da terra dos seus antepassados, continua sujeito a vexames e imposições discriminatórias, a perseguições cruéis, a uma repressão indiscriminada e sangrenta.



No passado dia 23 de Outubro, o representante do CPPC António Pedro Carvalho entregou, em Tunes, ao presidente Yasser Arafat uma mensagem de solidariedade subscrita pelo marechal Costa Gomes, presidente do CPPC

No caso do Povo da Palestina, e com grave ofensa da moral internacional e dos direitos humanos, as resoluções da ONU têm sido letra morta. Exemplo flagrante é o desrespeito, ou o esquecimento, da Resolução 181, de 29 de Novembro de 1947.

Não aceitando esse esquecimento, ou esse desrespeito, das Resoluções da Organização das Nações Unidas, consciente do direito que lhe assiste, o Povo da Palestina, evidenciando uma extraordinária capacidade de resistência e auto-organização, desarmado mas corajoso, prossegue o INTIFADA, que é, ao mesmo tempo, o protesto cívico e o levantamento insurreccional generalizado de todo um povo.

O INTIFADA, como o CPPC já teve ocasião de afirmar, é o exemplo categórico e dramático de que não é possível apagar da face da Terra e negar lugar na História, a um povo decidido, corajoso e consciente da sua identidade nacional e dos seus direitos.

A realização da Conferência de Madrid, sob o alto patrocínio dos Estados Unidos e da URSS, como o Presidente

Trabalhistas de Israel reconhecem povo palestino

Pela primeira vez na sua história, o Partido Trabalhista israelita reconheceu, no Congresso realizado em fins de Novembro, em Tel-Aviv, «os direitos do povo palestino, para que possa decidir do seu futuro».

Quando dum debate consagrado à plataforma eleitoral do partido para as eleições em Novembro de 1992, o congresso pronunciou-se igualmente por um «compromisso territorial» sobre os territórios árabes ocupados em 1967, incluindo os montes Golan, anexados por Israel à Síria em 1981. Entretanto Jerusalém-Leste é excluída de qualquer discussão.

O congresso preconiza ainda o congelamento da implantação de colonatos judeus durante um ano em todos os territórios, para facilitar o processo de paz em curso. Já não exclui explicitamente, como até aqui, as negociações com a OLP, e pede a anulação da lei de 1988 que proíbe todos os contactos com membros da organização palestina.

Estas resoluções foram adoptadas por larga maioria, apesar da oposição dos «falcões» do partido, que recentemente fizeram votar uma resolução contra a restituição do Golan.



Em encontro com a Comunicação Social, em que esteve também presente o representante da OLP em Lisboa, o CPPC divulgou na passada segunda-feira a declaração que publicamos

Arafat reconhece na recente audiência que, em Tunis, concedeu a um representante do CPPC, foi um acontecimento «do maior interesse para o Povo Palestino e, de um modo geral, para o Povo Árabe». Considerando positivas as conversações de Madrid, o Presidente Yasser Arafat, sublinhou que a Conferência «deve ser entendida como um primeiro passo de um processo, eventualmente longo e muito complexo», e que nestas circunstâncias os resultados obtidos poderiam ser muito modestos.

Com efeito, e decepcionando a opinião internacional, Israel parece obstinado em dificultar ou protelar a continuidade das negociações directas com os Palestinos, quer furtando-se a aceitar os lugares de encontro, quer recusando-se a reconhecer a legitimidade representativa e a indispensável presença de representantes oficiais da Organização de Libertação da Palestina (OLP).

Esperar para ver Entrevista com um pacifista israelita

— Ao arrepio de uma política oficial em que se aposta no arrastar de situações de tensão e de recusa dos legítimos direitos do povo palestino, também em Israel se afirmam vozes dos que desejam a paz e tentam olhar com lucidez as possibilidades e perspectivas de evolução do quadro político nesta zona do mundo.

Entre elas, a do general na reserva do exército israelita, Matti Peled, antigo membro do estado-maior durante a guerra dos Seis Dias em 1967, eleito depu-

tado pela lista progressista pela paz de 1984 a 1988, membro do Conselho israelita pela paz israelo-palestina. Quando da guerra do Golfo, condenou a intervenção militar e denunciou a repressão nos territórios ocupados.

Aqui transcrevemos uma entrevista sua, recentemente publicada nas páginas de «l'Humanité».

— Qual é a sua sensação depois da conferência de Madrid?

— Foi um grande espectáculo... Hoje todo o mundo espera para ver o que é que os Estados Unidos vão fazer mais. Nós também estamos à espera.

— Não pensa que esta conferência possa ter consequências positivas?

— A única coisa positiva poderá advir de uma pressão americana sobre os participantes na conferência... Não sei se a irão fazer. Tudo depende da América, que é a única superpotência no mundo. Ela fará o que considerar necessário para os seus interesses. Isso é igualmente verdadeiro para o Médio Oriente.

— Quais são, na sua opinião, as soluções para o problema israelo-árabe?

— Há três elementos. Antes do mais, é preciso reconhecer o direito à autodeterminação do povo palestino, e como tal o direito de estabelecer um Estado independente na Cisjordânia e na faixa de Gaza. Em

CGTP-IN solidária

Por ocasião do dia de solidariedade com o povo palestino, a CGTP-IN divulgou um comunicado que aqui transcrevemos.

«Nesta data, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas como Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino, a CGTP-Intersindical Nacional vem reafirmar a sua inteira solidariedade ao povo mártir da Palestina, identificando-se com os princípios exarados na proclamação daquele órgão da ONU.

A CGTP-IN, que saudou a Conferência de Madrid como iniciativa visando a resolução pacífica e negociada do conflito do Médio Oriente, apela aos esforços de todas as partes envolvidas no sentido do aprofundamento da segunda fase do processo de negociações a realizar em Washington no próximo dia 9 de Dezembro.

A CGTP-IN manifesta igualmente o seu apoio solidário à luta do povo Palestino, consubstanciada nomeadamente em 4 anos de levantamento popular nos territórios ocupados, pelo direito à autodeterminação sob a direcção da OLP — seu único e legítimo representante.»

Sem a participação da OLP não se realizarão negociações válidas para a Paz no Médio Oriente. Os próprios Estados Unidos, durante tantos anos apoiantes exclusivos de Israel, mostram-se inclinados a reconhecê-lo. Esse reconhecimento é uma lição positiva da Conferência de Madrid.

É no contexto de uma situação internacional em plena evolução, e certamente favorável ao Povo da Palestina, que, sob a égide das Nações Unidas, comemoramos, hoje, o Dia Internacional de Solidariedade com o Povo da Palestina.

segundo lugar, garantir a Israel que a sua segurança e a sua existência legal são aceites pelos vizinhos árabes. Em terceiro lugar, Israel deve sair dos territórios árabes ocupados: a Cisjordânia, Gaza, o Golan, o Sul do Líbano. Isto sem nenhuma condição prévia, porque estes territórios foram ocupados através de uma guerra. Quando uma guerra termina, é preciso proceder à retirada.

— Em que posição estão os pacifistas israelitas depois da conferência de Madrid?

— É muito difícil responder a esta pergunta porque o termo «pacifista» não é claro. Há diferentes tipos de pacifistas. Os que pensam de facto que é preciso resolver o conflito entre Israel e os árabes através de soluções como as que enunciei, são muito poucos. No máximo 30% da população. Os outros não aceitam estas soluções, mas também entre esses há os que desejam a paz.

— Em que termos se traduz actualmente a actividade dos pacifistas em Israel?

— Falam, fazem manifestações, escrevem artigos. O que é que se pode fazer em tal situação? Há muitas actividades com palestinos. É um ponto muito importante, porque não é apenas entre os israelitas que é preciso agir. Mas as possibilidades de mudar a política são muito pequenas.

No Parlamento, os pacifistas representam apenas 15%. Pelo menos metade dos trabalhistas no Knesset (Parlamento) estão com o Likoud (partido no poder).

— Parece que há algumas tensões dentro do Partido Trabalhista.

— Há diferenças de opinião. É preciso ver como decorrem os debates no interior do partido. As bombas desejariam vê-lo tomar uma posição mais clara, mais definitiva, pela paz.

— Ao mesmo tempo, a extrema-direita mobiliza-se. Que se passa exactamente?

— Mobiliza-se e tem o apoio do governo que a considera como o verdadeiro porta-voz da sua política. A extrema-direita é muito forte e muito activa, ao contrário do que se passa no campo da paz, que é lento e confuso. Os ultras criam numerosas colónias nos territórios ocupados. São essas as zonas preferenciais da sua actividade.

— Um novo colonato acaba de ser implantado na Cisjordânia. Que pensa desse gesto?

— Significa que o governo israelita não quer continuar o processo de paz. É bem claro. É um obstáculo que se ergue para impedir a paz. Penso que os americanos os compreenderam bem. É preciso ver agora como reagem. Se não dizem nada, é porque não estão muito interessados no processo de paz.

INTERNACIONAL

GREVE GERAL

Uma greve geral de 24 horas mobilizou milhões de assalariados indianos do sector industrial contra a política económica do governo.

A imprensa e fontes sindicais falam de centenas de detenções.

O dirigente sindicalista comunista Homi Daji disse que se tratou de «uma greve maciça, observada por milhões de pessoas, numa demonstração clara da oposição dos trabalhadores à política do governo, enfeudada nas instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial».

Tratou-se da mais importante greve na Índia desde 1978, envolvendo cerca de 10 milhões de operários.

ESTUDANTE MORTO

Um estudante foi morto a tiro pela guarda nacional venezuelana durante uma manifestação realizada em Barquisimeto, 350 quilómetros a ocidente de Caracas, noticiou uma rádio local.

A mesma fonte acrescentou que um outro estudante foi ferido a tiro em Charallave, arredores de Caracas.

Os estudantes venezuelanos desenvolvem actualmente acções de protesto contra o aumento dos preços dos transportes públicos e a repressão policial que nos últimos dois meses já provocou nove mortos.

PT EM CONGRESSO

Partido dos Trabalhadores (PT) brasileiro encerrou os trabalhos do seu primeiro Congresso Nacional.

O PT conta actualmente com 600 mil filiados e obteve 30 milhões de votos na segunda volta das eleições presidenciais brasileiras quando o seu dirigente «Lula» da Silva disputou a presidência com o actual chefe de Estado, Fernando Collor de Mello.

«Lula» da Silva pediu, na abertura do Congresso, aos 2 mil delegados presentes «a manutenção da unidade do partido» e a mobilização contra o governo do presidente Collor de Mello, afirmando que «não existe nenhuma legitimidade que permita a esse presidente levar o país à bancarrota, como o tem feito até agora».

Diferentes propostas sobre o socialismo, a conjuntura brasileira e a estratégia do partido foram debatidas pelos delegados.

VENDA DE ARMAS

Sete elementos da Câmara dos Representantes criticaram a administração pela venda de armas à Arábia Saudita classificando de pouco sérias as intenções de George Bush relativamente ao controlo armamentista no Médio Oriente.

Os sete democratas, todos figuras-chave nas questões de política externa do Congresso, solicitaram a Bush a suspensão da venda de armas à Arábia Saudita.

O Congresso foi notificado de que a Administração pretende autorizar a venda de armas à Arábia Saudita no valor de três mil milhões de dólares.

As armas em questão são mísseis terra-ar «Patriot», mas algumas fontes afirmam que a Casa Branca planeia autorizar à venda a Arábia Saudita de 72 caças «F-15» no próximo ano.

«Estas pistas deixam a ideia, tanto interna como externamente, de que a Administração não fala a sério quando defende o controlo armamentista no Médio Oriente», comentaram os legisladores solicitando a Bush que consulte o Congresso antes de concretizar os seus planos.

VÍTIMAS DA GUERRA

Embargo económico imposto pela comunidade internacional ao Iraque provocou mais de 68 000 mortes, muitas delas em crianças, noticiou a agência iraquiana INA.

O ministro da Saúde iraquiano, Abdel-Salam Mohammad Said, precisou que «19 863 crianças de menos de cinco anos morreram por diarreia, desnutrição e doenças contagiosas, e 48 230 pessoas de mais de cinco anos foram vítimas de cancro, diabetes ou crises cardíacas».

O ministro iraquiano afirmou ainda que o seu Ministério registou entre Agosto de 1990 e Setembro de 1991, 634 casos de crianças com poliomielite, «devido - afirmou - à poluição do ambiente e a destruição das estações de tratamento de águas».

Mohammad Said sublinhou por outro lado que a proporção de pessoas afectadas de tifoide e de paratifóide é agora cinco vezes mais do que nos anos anteriores, enquanto as que sofrem de infecções do fígado são oito vezes mais numerosas.

Said pediu a todas as organizações mundiais de protecção dos direitos humanos que pressionem o governo norte-americano para que o embargo económico seja levantado e não se continue a privar as crianças iraquianas de alimentos básicos como o leite.

URSS

Ucrânia independente
Que futuro para a União?

A larga maioria dos eleitores ucranianos votou pela independência e elegeu à primeira volta Leonid Kravtchuk para a presidência.

Com uma elevada participação no acto eleitoral — 83% —, mais de 80% dos ucranianos pronunciaram-se pela independência da República. Um facto que poderá vir a ter sérias repercussões no conjunto da União, se esta grande república optar definitivamente pela não adesão a um Tratado de União.

Na mensagem de felicitações dirigida por Gorbachov a Leonid Kravtchuk e Nursultan Nazarbaiev, eleitos no passado domingo,

respectivamente para a presidência da Ucrânia e do Cazaquistão, o presidente soviético reafirma que o meio mais eficaz para resolver os problemas da União e dos seus povos «não é a desintegração, mas a redistribuição de poderes e a renovação democrática das estruturas da União, apoiando-se na soberania absoluta e ilimitada de membros da futura União».

No comentário aos primeiros resultados do referendo na Ucrânia, o porta-voz do presidente soviético, Andrei Gratchov, afirmou: «Agora, cada república está empenhada em dizer adeus ao passado, em cortar os laços com o que

denominam de império centralizado e governado por burocratas de Moscovo. No entanto, para voltar a constituir laços mais naturais, e consequentemente mais fortes, no âmbito da nova União, é necessário um pouco mais de tempo, um pouco menos de emoções, um pouco mais de inteligência e de bom senso. Isso levará provavelmente algum tempo, mas estou convencido de que os povos da URSS, interligados pela história comum e pela realidade, hão-de reunir-se e criar uma União, seja qual for a nova forma».

Entretanto, neste momento, as dificuldades que se levantam a uma nova

União são bem reais, como o testemunha o fracasso da reunião do Conselho de Estado, em que sete repúblicas e o presidente Gorbachov, ao contrário do que estava previsto, não rubricaram o Tratado de União, acordado a 14 de Novembro e o decidiram enviar aos parlamentos soviéticos e republicano para exame.

Por outro lado, a interdependência é uma realidade incontornável e, no plano económico, ela afirma-se com tal força que mesmo antes de qualquer tratado político de União foi possível assinar um tratado de união económica entre oito repúblicas, em Outubro último.

Comunistas sul-africanos
em Congresso

Saudação do PCP

Por ocasião do VIII Congresso do Partido Comunista Sul-Africano, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao CC do Partido Comunista Sul-Africano a mensagem que transcrevemos.

Queridos Camaradas,

É com viva emoção que o Comité Central do Partido Comunista Português exprime as suas calorosas e fraternais saudações ao VIII Congresso do Partido Comunista Sul-Africano, extensivas a todos os seus militantes e ao povo da África do Sul.

A realização deste Congresso à luz do dia só é possível porque, durante décadas, gerações de comunistas sul-africanos, enfrentando a mais cruel repressão, se bateram sem desfalecimento em defesa dos interesses da classe operária e das massas trabalhadoras e contra o ignominioso regime do «apartheid».

A força, o prestígio e a autoridade alcançados pelo Partido Comunista Sul-Africano resultam dessa capacidade de lutar e de se ligar às massas populares.

A aliança do Partido Comunista Sul-Africano com o ANC e a COSATU constituem um poderoso instrumento do povo trabalhador sul-africano para levar a cabo o desaparecimento do «apartheid» e instaurar na África do Sul um regime de liberdade, democracia e progresso social apontado ao socialismo, luta com a qual o PCP é activamente solidário.

Combatendo a política de reconstrução dos monopólios conduzida pelo actual governo de direita, o PCP luta em Portugal por uma democracia avançada que permita uma profunda democratização da sociedade portuguesa nos terrenos social, económico, político e cultural.

A luta do PCP, como dos comunistas e outras forças progressistas no mundo, enfrenta hoje dificuldades acrescidas tendo em conta o colapso dos países socialistas no Centro e Leste europeu, cujas causas, lições e consequências examinámos numa primeira análise no nosso XIII Congresso Extraordinário de Maio de 1990.

Os inimigos do progresso social e do socialismo multiplicam as campanhas anticomunistas tentando isolar e derrotar os partidos comunistas. Contudo, o PCP mantém firmemente a sua própria identidade, levando a cabo a necessária renovação de acordo com essa identidade comunista, património de mais de 75 anos de lutas ao serviço dos trabalhadores, do povo e do País.

O PCP considera, nestas novas condições internacionais, da maior importância o reforço da cooperação e da solidariedade entre os partidos comunistas e outras forças revolucionárias e anti-imperialistas para fazer frente aos projectos de construção de uma «nova ordem internacional» hegemónica pelo imperialismo e, tirando lições da vida, encontrar caminhos que relancem o ideal socialista e

comunista com todo o poder atractivo para as massas populares.

Desejando os maiores sucessos ao VIII Congresso do Partido Comunista Sul-Africano, o Comité Central do Partido Comunista Português expressa a sua firme vontade de continuar a agir para que se reforcem os laços de amizade e cooperação existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Sul-Africano.

Viva o VIII Congresso do Partido Comunista Sul-Africano!

Viva a Amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Sul-Africano!



Delegação do PCG

A convite do Partido Comunista Português, visitou Portugal entre 27 e 29 de Novembro, a camarada Aleka Papparigha, secretária-geral do Partido Comunista da Grécia, acompanhada de Babis Angourakis, membro do CC do PCG.

A camarada Aleka Papparigha manteve conversações com uma delegação do PCP, dirigida por Álvaro Cunhal, secretário-geral, e de que faziam também parte Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto, e Albano Nunes, membro do Secretariado.

Durante as conversações foram trocadas informações e opiniões sobre a situação nos dois países e a actividade dos dois partidos assim como sobre questões de actualidade da situação internacional e do movimento comunista e revolucionário. Foi confirmada a vontade comum de desenvolver os laços de fraternal amizade e solidariedade existentes entre o PCP e o PCG.

Contactando directamente com a realidade portuguesa e a actividade do PCP a delegação grega teve encontros com delegações das Direcções das Organizações Regionais de Lisboa e de Setúbal, visitou a Câmara Municipal de Almada e foi recebida na Assembleia da República por uma delegação do Grupo Parlamentar do PCP dirigida por Octávio Teixeira, membro da Comissão Política e Presidente do Grupo.

As Freguesias em foco: a ANAFRE vai pôr uma petição na Assembleia da República e o PCP já entregou Propostas de Lei. Vamos falar do assunto.

As Freguesias portuguesas são uma coisa a que o partido do Governo presta muita atenção em noite de eleições; são para cima de 4000 no território nacional, e todos os votos vivem lá - até os dos governantes e deputados da maioria. Só que, em geral, essa gente habita ou trabalha em locais suficientemente privilegiados para se incomodar com os problemas da «sua» Freguesia, quanto mais das dos outros. E o que é certo é que estas autarquias constituem, na imensa quadrícula que fazem do território nacional, o primeiro e mais íntimo

Direito de Petição

O Direito de Petição consiste na obrigatoriedade da Assembleia da República em publicar no Diário da AR e agendar para discussão em plenário qualquer petição assinada por mais de 1000 cidadãos, ascendendo a qualquer deputado ou Grupo Parlamentar pode tomar uma iniciativa legislativa sobre a matéria da petição.

Foi aproveitando estes instrumentos legais que a ANAFRE decidiu, após recolha de milhares de assinaturas de autarcas e cidadãos, apresentar na Assembleia da República em Janeiro próximo uma Petição constituída por 37 páginas, de que damos aqui um breve resumo.

Começando por situar a Freguesia como Autarquia no quadro da Constituição da República, concluindo pela sua autonomia face ao município e face ao Estado, situa depois os problemas das Freguesias no quadro da Carta Europeia da Autonomia Local, salientando que as normas constantes da Carta vigoram, na ordem interna, com valor superior ao direito ordinário interno, determinando a invalidade das normas ordinárias que contrariem o normativo da Carta.

Mais adiante solicita à Assembleia da República - órgão competente na matéria - que adopte medidas legislativas adequadas de modo a conferir, globalmente, às Freguesias, o estatuto a que têm direito nos domínios «das atribuições e competências, finanças locais, sedes, associações de freguesias, dotando-as de capacidades financeiras, técnicas e humanas para suportar o acréscimo de responsabilidades que se pretende que assumam».

- Seguem-se algumas reivindicações concretas:
- Afectação directa das transferências do FEF às próprias freguesias;
 - Aumento significativo do volume de tais transferências;
 - Previsão da proveniência de uma parte substancial das receitas da freguesia relativamente ao Estado e às autarquias de grau superior;
 - Restabelecimento da facultade de as freguesias poderem lançar derramas ou participar no produto das derramas lançadas pelo município;
 - Transferência para as freguesias de parte substancial das receitas provenientes das taxas de publicidade e respectivo licenciamento;
 - Consagração do regime de permanência a tempo inteiro ou parcial;
 - Estabelecimento de remuneração ou compensação financeira digna para os eleitos das freguesias;
 - Apoio financeiro à construção de sedes próprias das Juntas de Freguesia;
 - Conferir à ANAFRE o estatuto de Pessoa Colectiva de Direito Público.



Helena Rocha «O Governo não nos recebeu»

Helena Rocha é uma autarca com provas dadas: presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes (Concelho do Montijo) já no segundo mandato, é igualmente vice-presidente da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), a que pertence desde a formação desta importante Associação autárquica (ver caixa). Encontramo-la quando havia regressado há pouco de uma reunião do Conselho Geral realizada este fim-de-semana em Lisboa (numa alteração de última hora, que transferiu para a capital o encontro que estava previsto para a sede da ANAFRE, na Benedita) e,

naturalmente, começámos por aí: Tratou-se de uma reunião onde aprovámos o Plano de Actividades e Orçamento para 1992, um orçamento de 21 000 contos com diversas rubricas de despesas, entre elas o 3º Congresso, a realizar em meados do ano que vem.

Note-se que os dinheiros da ANAFRE vêm, em exclusivo, das contribuições das Freguesias - 1% sobre as transferências do FEF. Quanto a esta reunião do seu Conselho Geral, nela se fez igualmente um ponto da situação sobre o Direito de Petição, assim como se ratificou a entrega em Janeiro

próximo, na Assembleia da República, de um abaixo-assinado com milhares de assinaturas de autarcas e cidadãos exigindo esse direito (em relação ao Direito de Petição, ver também a caixa atrás referida).

Entretanto qual é a importância da ANAFRE? Helena Rocha não hesitou na resposta:

«Trata-se de um instrumento precioso para continuar a defender e a lutar pelos direitos das Freguesias, e a ANAFRE não pode continuar a ser ignorada por um Governo ou um Parlamento que queiram, efectivamente, considerar-se

ANAFRE a caminho da Ass. da República Uma voz que se levanta

contacto entre as populações e a administração.

Quem sabe isso melhor que ninguém são os eleitos do Poder Local democrático que, por via do sufrágio, aceitam a responsabilidade de gerir e administrar as suas Freguesias, deparando logo à chegada com uma situação

bizarra: foram escolhidos pelos seus pares para incumbências para que não dispõem, geralmente, de meios, recursos ou, sequer, de tempo oficialmente disponibilizado para o efeito. Mais adiante falaremos disso, sendo primeiro necessário (re)apresentar a ANAFRE.

ANAFRE é a consigna adoptada pela Associação Nacional de Freguesias, formada em 1988 por milhares de eleitos e centenas de Freguesias dos diversos quadrantes políticos, tendo por objectivo central a união de esforços para lutar pelos interesses destas autarquias e dos cidadãos nelas representados. Trata-se de mais uma importante frente nos esforços pela dignificação e eficácia do Poder Local democrático, numa contenda que se arrasta há anos contra o pendor centralista e autoritário de sucessivos Governos, com destaque para o PSD/Cavaco Silva. Não será por acaso que, três anos depois da constituição da ANAFRE, o Executivo continua a ignorar as suas repetidas solicitações de audiência... tal como ignora os problemas das autarquias em geral e das Freguesias em particular.

Problemas que são muitos e têm uma origem comum: a

falta de verbas, meios e competências próprias, que permitam às Freguesias responder elas próprias, com o seu conhecimento directo e próximo das situações, às questões que se colocam na realidade. Vivendo numa dependência quase completa das respectivas Câmaras Municipais e do Poder Central, as Freguesias vivem uma situação frequentemente de asfixia e impotência, agravada pela impossibilidade de os seus eleitos não poderem trabalhar na autarquia em regime permanente (que abordecamos mais adiante). Foi para lutar contra este estado de coisas - fundamentalmente da responsabilidade do Poder Central que, igualmente, procura asfixiar as Câmaras Municipais - que se formou a ANAFRE e nela se luta, numa ampla frente unitária, pelos interesses de todas as Freguesias.

A questão da permanência

Ao contrário do que acontece nas Câmaras Municipais, os eleitos das Freguesias (que integram os executivos das Juntas e as Assembleias de Freguesia) não usufruem do chamado «regime de permanência», que lhes permiti-



Um percurso de luta

A Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) foi ratificada pelo seu 1º Congresso Nacional realizado no Porto, em Novembro de 1988. Helena Rocha, sua vice-presidente, historiou-nos brevemente o trajecto desta organização.

«Trata-se de uma Associação», recordou-nos, «que representa centenas de milhares de eleitos nestas autarquias que deste modo pretendem contribuir mais incisivamente para o desenvolvimento das regiões onde se inserem e para a melhoria da qualidade de vida das populações».

E realçou: «Apesar das dificuldades, os participantes do 1º Congresso da ANAFRE conseguiram pôr de pé esta importante Associação Nacional, na base do consenso e da unidade na acção».

Entretanto, e sucintamente, qual foi a trajectória da ANAFRE desde a sua formação? Foram vários os episódios:

Após reorganização interna, o Conselho Directivo decidiu, em reunião a 8 de Setembro de 1990, apresentar ao Conselho Geral uma proposta de jornada de luta no mês seguinte, que foi aprovada e conuiu da distribuição de uma carta aberta às populações (feita, naturalmente, pelas Freguesias) e da deslocação do Conselho Directivo para diversos contactos institucionais, nomeadamente entrevistas com o presidente da Assembleia da República, Comissão Parlamentar do Poder Local e Grupos Parlamentares, enquanto se organizavam reuniões extraordinárias de

cando tudo e todos. Daí a reivindicação da ANAFRE pela alteração da situação. Como dizia um documento do PCP, quando agendou um Decreto-Lei da sua autoria sobre o «Regime de Tempo Inteiro de Membros das Juntas de Freguesia» (e que está previsto ser em breve discutido na Assembleia da República).

«Trata-se de uma Associação», recordou-nos, «que representa centenas de milhares de eleitos nestas autarquias que deste modo pretendem contribuir mais incisivamente para o desenvolvimento das regiões onde se inserem e para a melhoria da qualidade de vida das populações».

«Trata-se de uma Associação», recordou-nos, «que representa centenas de milhares de eleitos nestas autarquias que deste modo pretendem contribuir mais incisivamente para o desenvolvimento das regiões onde se inserem e para a melhoria da qualidade de vida das populações».

órgãos autárquicos de Freguesia para aprovação de Moções de apoio às conclusões do II Congresso da ANAFRE, e envio destas à Assembleia da República.

Escusado será dizer que a resposta do Plenário da Assembleia da República foi igual a zero, dominado como está pelo partido governamental, que «almofada» tudo o que pretenda pedir contas ou, simplesmente, reivindicar...

Perante isto, conta-nos Helena Rocha, foi promovido em Lisboa, a 21 de Abril deste ano, um Encontro Nacional de Freguesias, onde se deu a conhecer a aprovação, em Conselho Geral, de uma petição a apresentar pela ANAFRE à Assembleia da República no princípio da legislatura que se iniciaria na sequência das últimas eleições.

E que diz, em resumo, essa petição? Helena Rocha esclarece:

A petição afirma que o actual estatuto das Freguesias é inconstitucional, nomeadamente no que se refere à Lei das Finanças Locais, pois esta não dá autonomia à autarquia freguesia, estando financeiramente dependente da autarquia Câmara Municipal. Trata-se de uma violação dos preceitos constitucionais de autonomia das Autarquias Locais, nomeadamente do artº 6º da Constituição da República Portuguesa e, ainda, do preceituado na Carta Europeia de Autonomia Local, emanada do Conselho da Europa e ratificada, recentemente, pela Assembleia da República, nomeadamente no nº 3 do seu artigo 4º.

democráticos e descentralizados.

Isto soava a acusação directa. Perguntámos-lhe e a nossa interlocutora continua a não hesitar na resposta:

«Sem dúvida que é uma acusação, principalmente ao Governo, que, curiosamente, propôs no seu Programa, agora apresentada, várias medidas reivindicadas pela ANAFRE, sem a referir uma única vez. É o caso da revisão da Lei das Finanças Locais, visando uma mais justa distribuição dos recursos financeiros, ou a revisão do quadro das atribuições e competências dos municípios e freguesias, no sentido de dar

sequência ao processo de descentralização e reforço dos poderes autárquicos, clarificando a definição das competências dos vários níveis da Administração».

E frisou: «O que lamentamos é que o Governo afirma que vai desenvolver acções em colaboração com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), e não tenha uma única palavra sobre a ANAFRE. Aliás, nunca a recebeu a qualquer nível, apesar das várias solicitações feitas ao longo do tempo».

Mas diferente tem sido a posição da Presidência da

República, como sublinhou Helena Rocha: O Presidente da República, entretanto, já nos recebeu e, inclusivamente, inaugurou a nossa sede nacional na Benedita.

Finalmente, o que coloca a ANAFRE, com mais presença, no actual momento? Segundo Helena Rocha, é fácil dizê-lo porque são objectivos centrais há muito reivindicados pelas Freguesias: a definição do regime de competências, responsabilidades e meios financeiros e a questão do regime de permanência (a tempo inteiro e/ou a meio tempo). A partir disto, tudo será mais fácil.

PCP Abrir caminho com Propostas de Lei

O Grupo Parlamentar do PCP tem sido o que mais se tem batido em defesa das questões do Poder Local democrático, quer se fale em autarquias ou Regionalização, revisão da Lei das Finanças Locais ou qualquer outra matéria candente nesta área.

A questão das Freguesias, a que as reivindicações da ANAFRE dão corpo, não é excepção, pelo que duas iniciativas legislativas do PCP já deram entrada na Assembleia da República, impondo-lhe, assim, a sua discussão para breve. Trata-se do Projecto de Lei Nº 133/V, que «garante a membros das Juntas de Freguesia, em certos casos e condições, o exercício do mandato em regime de permanência, com vista ao reforço dos meios de actuação dos órgãos da Freguesia», e do Projecto de Lei Nº 417/V, que trata do «Regime de competências e meios financeiros das Freguesias, com vista à sua dignificação e fortalecimento».

Condensando os respectivos preâmbulos, fica-se com uma ideia da importância, oportunidade e profundidade destas iniciativas legislativas do PCP sobre a matéria.

Mandatos por inteiro

No Projecto de Lei sobre os regimes de permanência, diz o preâmbulo:

«O importante papel que as freguesias devem assumir no quadro de repartição de atribuições nos diferentes níveis de autarquias tem vindo a ser negado por uma legislação espartilhadora da sua acção. É certo que na última legislatura houve alguma inflexão nesta orientação», que o PCP entende que se deve «aprofundar, dignificando a autarquia freguesia e os eleitos que, dedicadamente, nela exercem o seu mandato».

«No conjunto das soluções, deixa-se na disponibilidade do presidente da junta a opção de poder exercer o cargo ou designar outro membro

«O presente Projecto de Lei visa concretizar essa intenção numa determinada área: a de permitir, em certos casos e condições, uma maior dedicação e disponibilidade dos autarcas da junta de freguesia, através da instituição do regime de permanência.

«Tem-se argumentado contra esta solução, afirmando o valor do trabalho voluntário prestado fora das horas da actividade profissional. É inegável e importantíssimo o valor desse esforço. Mas, por isso mesmo, do ponto de vista do PCP não deve ser negado, antes deve ser permitido, que, pelo menos nas maiores freguesias, aqueles que quiserem dar maior esforço, entregando-se totalmente às funções respectivas, o possam fazer. Não se pode compreender que essas freguesias possam ter vários funcionários e não possam ter em regime de permanência precisamente o eleito e, por isso mesmo, o responsável perante a população».

«As soluções propostas actuou-se com a prudência necessária. Desde logo estabelecendo-se, no artº 3º, um número máximo de membros da Junta em regime de permanência, de acordo com critérios que parecem razoáveis. «Atribui-se à assembleia de freguesia, sob proposta da junta, a deliberação sobre a existência ou não de membros em permanência, a tempo inteiro ou a meio tempo, por outro lado estabeleceu-se um princípio justo de repartição de encargos com o município respectivo, que permite que as freguesias mantenham um nível razoável de disponibilidade financeira, mas fazendo-se também participar nas despesas decorrentes das deliberações que tomem».

«Os principais bloqueios a vencer nessa reforma legislativa são os seguintes:

«Falta da possibilidade legal de nomear eleitos a tempo inteiro;

«Necessidade de levar mais longe a participação das freguesias nas receitas municipais;

«Necessidade de as atribuições e competências das freguesias não serem delegadas por cada município, antes decorrerem directamente da lei, sem prejuízo de os municípios poderem levar mais longe o mínimo estabelecido por lei».

«O presente projecto de lei do PCP visa responder aos segundo e terceiro bloqueios».

de junta. Com isto teve-se em atenção as diferentes realidades locais».

Romper bloqueios

No Projecto de Lei Nº 417/V (sobre o regime de competências), diz a dado passo o seu preâmbulo:

«Com o presente projecto de lei, o PCP procura também mais uma contribuição para o processo de renascimento da freguesia, de que significativamente se falou no debate público promovido pela ANAFRE em 8 de Abril passado em Lisboa. A própria constituição da ANAFRE é expressão desse processo de renascimento».

E mais adiante:

«As freguesias constituem a maior rede do sistema de descentralização democrática do Estado e a mais próxima das populações. A reforma legislativa necessária deverá potenciar e desenvolver as virtualidades dessa rede de freguesias e que resultam das suas características próprias: proximidade das populações, proximidade e conhecimento directo dos problemas e flexibilidade na resposta às questões».

«Os principais bloqueios a vencer nessa reforma legislativa são os seguintes:

«Falta da possibilidade legal de nomear eleitos a tempo inteiro;

«Necessidade de levar mais longe a participação das freguesias nas receitas municipais;

«Necessidade de as atribuições e competências das freguesias não serem delegadas por cada município, antes decorrerem directamente da lei, sem prejuízo de os municípios poderem levar mais longe o mínimo estabelecido por lei».

«O presente projecto de lei do PCP visa responder aos segundo e terceiro bloqueios».



Um novo Partido? A «coisa»!

1. As coisas estão mais claras

Nos últimos dias as coisas tornaram-se mais claras. As ambiguidades e o nevoeiro que cobriam as «boas intenções» desvaneceram-se. O jogo de sombras em que andavam envoltos desfez-se perante os reflectores e as luzes de palco e dos órgãos de comunicação social, no Forum Picoas, no sábado 23 de Novembro. Um novo Partido, outro Partido, um movimento, outra coisa, que o que temos é «irreformável».

É assim, com mais ou menos «molho», com mais hesitações ou menos indefinições, para o curto, médio ou longo prazos, que as coisas são ditas, reditas e sublinhadas.

Não há que temer. É bom que tal aconteça, porque assim esclarece, e retroactivamente faz luz, sobre os objectivos, há muito pensados e elaborados (pelo menos desde 1987) e só agora, pior ou melhor enunciados, mais ou menos explicitados, dos que pretenderam assumir o papel oficial e oficioso de «críticos» do PCP.

O que queriam? O PCP transformado noutra Partido, o PCP desfigurado, esvaziado dos seus objectivos e identidade, um PCP «made in Italy» feito uma outra «coisa»...

Leiam-se as suas afirmações e analisem-se as suas teses. Afirmou José Barros Moura no Forum Picoas (JBM/FP 23.11.91) «É importante que a proposta de uma reflexão geral à esquerda não seja um simples debate teórico de ideias, (...), e que seja voltada para a intervenção política e concreta. Nesse sentido, a reflexão (...) impõe a organização das pessoas e dos cidadãos (...). O nosso horizonte é uma nova esquerda. Para isso passaremos sem demora à organização dos cidadãos em direcção aos debates que conduzam a plataformas concretas susceptíveis de aprofundar a democracia, através da intervenção e mobilização política, (...)».

Mais explícito, Raimundo Narciso (RN/FP) diz: «Nós procuramos hoje aqui sensibilizar amigos para um novo empreendimento, enfim, para um futuro próximo e um futuro a médio prazo. (...) Não temos a resposta para um partido político no imediato, (...) mas obviamente que no quadro constitucional português tudo isso não passaria enfim quando muito de um clube de amigos ou de um clube de discussão se não tivessem por meta a criação de um novo partido que pudesse intervir eleitoralmente, isto é, pudesse intervir no poder, isto é, pudesse representar os portugueses. (...) para essa refundação da esquerda, para um caminho útil, (...) julgo que está na cabeça de todos, isto poderá ser a certa altura as perspectivas da criação de um partido, creio que é cedo para o afirmar, mas julgo que isso é uma meta de trabalho.»

Mas estas palavras aos microfones TSF têm uma tradução mais explícita no relato que o Diário de Notícias (DN) faz da sessão do Forum Picoas: «(...) Raimundo Narciso apontou ontem a necessidade de se «criar de imediato um partido que represente os 522 mil eleitores que o PCP perdeu nos últimos anos».

Sem tantas certezas, Horácio Guimarães afirma apenas: «Um partido político é um direito inalienável dos cidadãos portugueses em democracia de se organizarem para discutir, digamos, a sua vida colectiva.»

Para Mário Lino (ML) é cedo mas «(...) preconiza a necessidade de um movimento de aproximação da Esquerda, através do encontro de pessoas que defendem ideais de mudança, e considera prematura a ideia de formação de um novo partido.» (DN 20.11.91).

José Luís Judas (JLJ) quer mais: «Creio que mais do que um novo partido, é necessário um movimento renovador e congregador que englobe as forças sociais e políticas de esquerda que não se revêem no PS e no PCP (...)» (DN 18.11.91).

As transcrições vão longas mas justificam-se pois há almas de boa fé que ainda não perceberam isso: «Uma coisa que me parece extremamente importante que ele (JBM) diz: que não está aqui para fazer um partido, o que diminui ou destrói a tese segundo a qual ele será um fraccionista».

2. Da necessidade de «refundar a esquerda» e da necessidade de outra «coisa»...

As razões que justificam, que tornam necessária, a nova força política são muitas e variadas, embora nada tenham de original.

A sua base mais constante parece ser, contudo, a irreforçabilidade do PCP, a sua (mas também do PS) incapacidade para se renovar. Disse JBM: «O PCP não continua a contar para a esquerda, portanto não são de esperar dele quaisquer contributos significativos para atacar a crise da esquerda com novas ideias e práticas susceptíveis de relançar a mobilização e a atracção de sectores sociais importantes para o combate ao cavaquismo. O bloqueamento das renovações no PS e no PCP levam a uma outra constatação: temos uma parte significativa da esquerda que não se reconhece nos seus partidos actuais. A conclusão deste ponto de situação é simples. A derrota da mexicanização e do PSD impõe como condição sine qua non uma refundação da esquerda nos partidos que existem e para lá dos partidos que existem.» (Forum Picoas 23.11.91) e «(...) um partido com uma direcção com estas características e com esta prática política não é um partido reformável, eu creio que o que se passou comprova-o em absoluto (...)» (TSF 19.11.91)

Para JLJ é um problema pantanoso: «Julgo que é necessário fazer qualquer coisa para a demover (a esquerda) do pântano ideológico e político onde está metida.» (DN 18.11.91)

Já para ML a questão é que «o PCP está a descaracterizar-se, pois a sociedade evolui e o partido estagnou, está desajustado, cristalizado. (...) Na realidade, torna-se cada vez mais claro que, com o actual secretário-geral e com a actual direcção, estão completamente bloqueadas quaisquer perspectivas de renovação.» (DN 27.11.91)

RN é também claro: «o partido não conseguiu ser a força de renovação da esquerda.» (DN 24.11.91)

A ideia é a de «refundação da esquerda» perante a falência dos partidos tradicionais, PCP e PS. Mas parece ser sobretudo o PCP que falhou, ou vai falir, que está cristalizado, bloqueado, num pântano, que é... o obstáculo a essa tal «refundação». E vai daí, como o PCP não aceitou ser o instrumento para essa operação siderúrgica (e cirúrgica) na esquerda, há que criar uma outra «coisa», «partido», «movimento»...

3. O «novo» partido ou a «coisa» que se prefigura ou configura era o PCP «renovado» ou um PCP desfigurado?

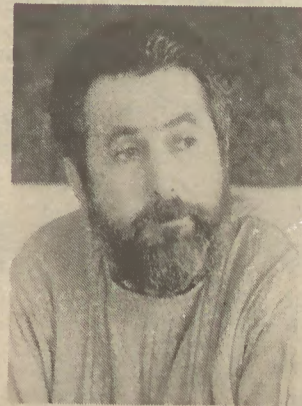
Vale a pena tentar ver os objectivos, formas e conteúdos programáticos, orgânicos dessa «coisa» que vai ser partido, ou movimento, ou ..., com um papel «instrumental» na refundação da esquerda. Porque esse era o destino que queriam para o PCP. Mas não vai ser fácil, porque esses senhores, muito prontos a dizer «o que não deve ser», parecem pouco dispostos, pouco capazes de avançar na afirmação «do que deve ser», para lá do repetido conceito de «Nova Esquerda», cuja definição espera melhores dias.

Atente-se na multiplicação dos chavões-tipo «(...) ninguém tem soluções no bolso, estamos todos à procura (...)» (JBM/FP), «Não temos no bolso ideias apuradas. Nós efectivamente não temos aqui no bolso, tal como sucede muitas vezes nos Congressos do PCP, em que ele já vai feito na mala, (...) nós temos esta responsabilidade de por um lado verificar que não temos respostas prontas para apontarmos um caminho.» (RN/FP); e, mais concretamente, «Um outro aspecto da crise da esquerda é a crise das práticas políticas. (...) Esta crise impõe que se descubra a quadratura do círculo.»

É talvez sensacionalmente contraditório, ou talvez não, que pessoas tão cheias de dúvidas, ambiguidades, «sem soluções no bolso», tivessem a farmacopeia toda, nacional e internacional, e ainda as mezinhas domésticas e unguentos mágicos para resolver os problemas do PCP - o que nas suas formulações abrange desde as suas debilidades orgânicas à ausência de debate ideológico, à desorientação política, à falta de projecto, até à perda de influência social e eleitoral! É preocupante como vão esses senhores, assim desarmados de «ideias e propostas» e cheios só de boas intenções, refundar a esquerda!

Mas algumas coisas é possível descortinar, sobretudo a partir de um referencial: «o que não queriam no PCP ou o que queriam renovar no PCP».

Muito explícito ML no seu artigo «Que futuro para o PCP?» (DN 27.11.91), nega tudo o que tem servido como traços definidores da sua identidade e reafirmados no XIII Congresso. Sublinhe-se que essa negação é feita, curiosamente ou talvez não, na base de «falsificações» ou interpretações defeituosas dos conceitos, teses e práticas dos textos programáticos e estatutários e das práticas do PCP. Atenda-se a esta «pérola» que tem a vantagem de ser clara e sintética: «As características fundamentais que constituem



AGOSTINHO LOPES
Membro da Comissão
Política

As grandes sínteses terão de ser cada vez mais trabalho colectivo de inúmeros colectivos. Cada vez menos a dimensão da tarefa estará ao alcance do «génio», cada vez mais será marcada pela intervenção crescente e participativa das massas na «história», cada vez mais serão as massas a induzir as sínteses necessárias

a identidade do PCP estão profundamente abaladas, desigualmente a sua exclusiva e cristalizada ideologia marxista-leninista; a sua estrutura orgânica e funcionamento assentes num centralismo democrático marcadamente estalinista; a sua natureza de classe baseada numa concepção e caracterização ultrapassadas da sociedade e num relacionamento defeituoso entre o partido e a sociedade; o seu internacionalismo proletário cada vez mais transformado em radicalismo nacionalista.» (ML, DN 27.11.91). É pena que ML não tenha tido disposição (mas talvez ainda o venha a fazer) para explicar a sua ideologia marxista-leninista «não cristalizada», um centralismo democrático «não estalinista», a sua concepção e caracterização da sociedade «não ultrapassada», o relacionamento Partido/sociedade não defeituoso, o que entende por internacionalismo proletário! É evidente que por antinomia e contraposição eu deduziria que o novo partido que o ML vai criar seria um Partido Comunista nº2, mas sem os «defeitos» do nº1! Mas como todos os seus amigos estão contra um PCP II, não adivinho o que vai acontecer. É também evidente que para ML não é preciso demonstrar a adequação da adjectivação feita às características fundamentais do PCP. A Direcção é estalinista. Logo, tudo o mais sofre dessa pecha. *Quod erat demonstrandum.*

Mas há quem alinhe (ou desalinhe) as suas ideias por outros parâmetros e axiologias ideológicas.

Por exemplo, JBM é categórico nas suas teses sobre organização e funcionamento de um novo Partido.

1) «Voto não constrangido, em resultado de um debate organizado, sem desigualdade de condições entre as diferentes propostas»

2) «Representação proporcional», a tal que os dirigentes do Partido «nunca permitiram» e que também «não dizem» (há aqui alguma confusão, quando se sabe que isto foi dito, redito, escrito e reescrito!).

O que JBM explicitamente propõe (proposta que aliás fez e foi derrotada nas assembleias preparatórias dos XII e XIII Congressos) é a possibilidade de grupos de militantes criarem plataformas políticas próprias, essas plataformas serem publicitadas e divulgadas nos órgãos do Partido, serem esses grupos a fazer propaganda e campanha eleitoral dessas plataformas e serem os delegados ao Congresso eleitos proporcionalmente aos votos dessas plataformas (embora pudesse não ser resolvido mesmo assim o problema da eleição de JLJ, como JBM muito bem sabe). Mais, os órgãos eleitos do Partido seriam constituídos em maior ou menor grau, de acordo com essa proporcionalidade.

Há um pequeno senão relativamente a estas teses. Elas contrariam o centralismo democrático, regra de funcionamento do PCP, reafirmada e reprovada nos XII e XIII Congressos. Elas têm a surpreendente originalidade de serem as teses orientadoras dos Estatutos do PS, do PSD e de outros partidos. Os comunistas, até ao momento, e tendo em consideração a luta política e social que travam no seu país, têm-nas maioritariamente considerado desajustadas, desadequadas para o seu Partido, para a sua ferramenta de luta em defesa dos trabalhadores e do povo português, a sua ferramenta de transformação social.

Mas sobre a «estrutura orgânica para dinamizar o debate entre diferentes conceitos de esquerda, com vista à definição de plataformas de acção política concreta» (JBM/DN 28.11.91), a sua conformação e funcionamento, pouco mais há.

Bem sabemos que isso de «regras», de «estatutos», é para os burocratas, não para os revolucionários...

Passemos então aos «espaço político», «bases sociais» da futura «coisa».

A primeira coisa é que a «coisa» é algo que está na esquerda, entre o PCP e o PS e para lá deles... Aproveita dos descontentes do PCP mas também do PS, porque ambos



EM FOCO



estão «bloqueados». Mas «é um partido», «um movimento» que tudo indica vai admitir duplas filiações. No partido vão caber todos, e «todos significa: comunistas fora ou dentro do PCP, ex-comunistas, socialistas de esquerda de diferentes inspirações ideológicas internacionais, cristãos, verdes, ecologistas, feministas, etc.» (JBM/FP). Mas há quem seja mais ambicioso, como RN: «Naturalmente que temos que encontrar os caminhos do diálogo, os caminhos da convergência que nos conduzam a ser uma força interveniente e que represente algumas centenas de milhar, quiçá milhões de portugueses, refiro-me a toda a esquerda (...)».

Sobre a «base social» do novo partido, as coisas não estão melhor definidas, embora se julgue que vão privilegiar o que, segundo eles, o PCP tem subestimado, «os sectores sociais mais dinâmicos», segundo uns, «os sectores sociais mais importantes», segundo outros. Infelizmente, nem num caso nem noutro nos esclarecem quem são, quem constitui esses sectores, como aferem (como se afere) do seu dinamismo, da sua importância. Questões de somenos importância...

Em matéria de relações internacionais é que as coisas estão avançadas. JBM renunciou ao cargo de deputado do PE. Mas podia ter continuado, independente ou integrado noutro grupo parlamentar. Recebeu até, realce-se «muito antes destes acontecimentos, convites» (por que seria?, Interrogação e sublinhado meus) do Grupo da Esquerda Unitária Europeia, do Grupo Socialista e dos Verdes do PE.

Por outro lado, no caminho para a refundação da esquerda portuguesa JBM assegura «(...) importantes contributos internacionais para este esforço de reflexão e de recomposição: trabalhistas ingleses, sectores socialistas de diversos países, ex-comunistas italianos, elementos da ala esquerda do PDS, refundadores comunistas italianos ou franceses, que têm posições políticas diferentes, verdes alemães e holandeses, correntes alternativas da esquerda, o PDS da ex-RDA, a Esquerda Unida de Espanha, a Coligação da Esquerda grega (...)». Aliás, segundo um órgão de comunicação social, para essa nova força «uma reunião internacional com forças políticas europeias «muito representativas da esquerda» deverá realizar-se em breve.» (O J 29.11.91)

Temos assim, e em conclusão, a perspectiva de uma nova «força política», uma «coisa», cuja principal tarefa é a refundação da esquerda. Cujos estatutos repudiam o centralismo democrático e abarcaram, pelo menos em organização, muitas das ideias do PS e do PSD. Que terá por base política independentes, comunistas, socialistas e católicos, mas que será um partido, um projecto «virado para a acção e coeso». Que vai partir à procura dos votos perdidos pelo PCP. Que vai procurar atrair os sectores sociais mais importantes e mais dinâmicos. Que terá, no plano internacional, relações e ajudas para o debate, principalmente de partidos que passem a ser outra «coisa» e ex-comunistas. Não serão certamente os ex-comunistas, os que já não são comunistas, que podem defender e renovar o Partido Comunista Português nesta complexa situação nacional e mundial.

Há, no entanto, algo que agora fica bastante esclarecido. É porque andam todos e há tanto tempo a falar do «património do PCP», a «herança acumulada», a ponto de um jornalista argumentar com ironia que isso parecia o IPPC - Instituto do Património do Partido Comunista.

Agora percebe-se melhor. «As pessoas que aderiram àquele projecto» (constituição de um partido), assegurou uma fonte próxima dos críticos, «estão conscientes de que em política não pode haver amorismos. São necessários meios materiais, de intervenção, disponibilidade das pessoas envolvidas e coesão de intervenção». Isto é, o PCP era o «corpo/aparelho», pronto-a-vestir a nova farda da nova esquerda!

4. As «bases ideológicas» do novo partido e as «novas práticas políticas».

O mais estranho neste capítulo é o arrepiante conjunto de vulgaridades que são bem caracterizadas por uma vulgar frase feita: as que são boas não são originais e as que são originais não são boas.

Em primeiro lugar, cabe referir a repetição de um conjunto de teses há muito património adquirido do PCP bem explicitadas e melhor formuladas (com mais rigor) nos seus documentos congressuais e outros.

Muito mais simplistas, esquemáticas e ingénuas, a-

históricas e intemporais são as suas teses de que «só o funcionamento da democracia poderá conduzir a mais democracia» ou de que «o desenvolvimento da democracia (...) é a via para o socialismo, entendida como combate a ser regularmente aferido pela vontade expressa nas urnas». Discorda-se, naturalmente, é com a «exclusividade» da «via» e a «sobrestimação» absoluta e ao arripio da História do «funcionamento/desenvolvimento da democracia». Foi via eleições que Hitler chegou ao poder e foi o funcionamento da força (embora armada de legitimidade democrática) que destronou o nazismo. Foi a «radicalidade democrática» da Revolução Bolchevista de 1917, e a construção do primeiro Estado Socialista da história da humanidade que deu sentido ao exercício do poder e «prática de massas de democracia» por «classes e camadas marginalizadas da vida política». Apetece dizer aos que teorizam com «a via»: «são insondáveis os caminhos do Senhor...». Mas é importante recordar que, no Programa do PCP, afirmamos que vemos o caminho do socialismo no aprofundamento da democracia!

Há, no entanto, duas teses do «contributo de comunistas renovadores para o debate sobre a crise da esquerda» que merecem uma análise mais «substantiva».

Uma - «a crise ideológica só pode ser superada com uma nova síntese». Base dessa superação: «a perestroika», que «permitiu superar a divisão histórica do movimento socialista», que «pode ressurgir» como «movimento mundial», o que exige «uma autêntica recomposição do movimento socialista internacional». Ora há nesta «tese» um tempo verbal errado. A «perestroika» não permitiu, permitiria, criou condições para, abriu perspectivas de superação da divisão histórica do movimento socialista. O que os factos mostram não ter acontecido. Pelo contrário, até pelo desenvolvimento negativo da «perestroika» («nos últimos anos em perda progressiva de coerência e eficácia»), o que tem vindo a assistir-se é à tentativa de hegemonia (e sobrançeria) de «uma das componentes do movimento socialista e operário» - a social democracia e a «Internacional Socialista» (IS). Não se verificou qualquer «síntese» mas sim a «absorção», por parte da IS, de partes da outra componente, o movimento comunista e operário. Caso de alguns partidos comunistas que, «renovados», «refundados», pediram a adesão à IS. E, que se saiba, todas estas potencialidades para a «síntese» não alteraram um milímetro (pelo contrário) das orientações de gestão da sociedade de exploração pelos partidos sociais-democráticos, socialistas, trabalhistas!

Que se saiba, a «perestroika» não inclinou nada a IS e os seus partidos (embora haja posições contraditórias) a romperem ou, pelo menos, a afrouxarem os laços com o imperialismo norte-americano. Pelo contrário, tudo indica, em geral, a sua colaboração activa na imposição de uma Nova Ordem Internacional confundida com a Pax Americana, bem evidenciada na Guerra do Golfo. Que se saiba, prossegue a imposição da Nova (Velha) Ordem Económica Internacional, caracterizada pelo domínio tripolar dos países de capitalismo desenvolvido - EUA/CEE/Japão, traduzido no saque dos recursos naturais e humanos do resto do Globo, na «troca desigual», na «exportação» das grandes ameaças ecológicas (indústrias poluentes, destruição das florestas tropicais,...) bem patente nas reuniões G7, nas negociações em curso do GATT, nas recentes e sucessivas baixas das cotações das matérias-primas do Terceiro Mundo, nos chamados «planos de estabilização e programas de ajustamento estrutural» impostos pelo FMI/BM, etc.

Duas - «outro aspecto da crise da esquerda é a crise das práticas políticas». Aqui, como já referi anteriormente, a resposta é a «quadratura do círculo». Deseja-se uma síntese sobre as «formas organizativas» que supere a contradição partido de quadros (PCP)/partido de eleitores (PS) (??) e considera-se de reter a «prática de massas da democracia» do movimento comunista. Isto é, tudo se desconhece sobre as formas e conteúdos concretos da «nova estru-

tura orgânica» como o seu relacionamento com a sociedade, dos militantes do «novo partido» com as massas e organizações de massas. Contudo, será uma prática política «revolucionária, isto é, disposta a transformar a sociedade». Mas sempre «entendida como combate a ser regularmente aferido pela vontade expressa nas urnas.» (JBM/FP)

Vamos esperar e ver... um círculo quadrado!

Há, no entanto, co-relacionada com esta tese, uma subtese que vale a pena citar «(...) devido ao seu bloqueio interno, o Partido Comunista Português deixou de ser uma força revolucionária, uma força transformadora, para ser uma força que está neste momento a bloquear qualquer transformação social neste País.» Isto é, o PCP sofre de um «bloqueio interno» que produz um «bloqueio externo». O «bloqueio interno» é certamente não aceitar «renovar-se», isto é, descaracterizar-se e desfigurar-se da sua «identidade comunista» que é garantia do seu êxito e eficácia na defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo, da sua luta pela transformação da sociedade portuguesa, da sua luta pelo socialismo. O que é fácil verificar historicamente se não ficarmos virados para o «umbigo» da conjuntura das nossas vidas. Com o bloqueio externo não se percebe bem o que se quer. Se o facto de o PCP não aceitar a lógica da reconstituição e restauração do capitalismo monopolista de Estado inerente aos projectos do PS e PSD, ou o facto de não aceitar como bom para o País o galopar das multinacionais na economia e na vida da nação. O facto de não aceitarmos como positiva a criação e engorda de novos e velhos grupos monopolistas nem a lógica dominante e todo poderosa do mercado. O combatermos a destruição das estruturas e serviços do Estado (Saúde, Ensino, etc.) que garantam direitos constitucionais dos portugueses e o facto de não aceitarmos mutilações à soberania e independência nacionais, que não consideramos incompatíveis com a crescente internacionalização e mundialização da vida económica e política, nem significam uma visão autárquica de Portugal.

Quem fala deste «bloqueio» certamente que não identifica o PCP com uma prática sobrepunhada na «concentração social», com uma hipervalorização (pessoal e política) da acção parlamentar, ou com uma subordinação absoluta das orientações orgânicas e políticas à luta eleitoral. Antes se coloca no pólo oposto, afastando ou subestimando «as grandes batalhas sociais de massas» como «um factor determinante, sólido e profundo, na transformação da consciência social e na alteração das opções eleitorais do nosso povo». Isto é, considera-se «bloqueio» aquilo que, para nós, comunistas, «são as grandes alavancas da transformação do mundo», a luta de classes, e a luta de massas, motores da história. «A luta eleitoral insere-se na luta de classes, integra-se e articula-se com a luta de massas.» (!) Não se percebe também se esse «bloqueio» se refere à recusa do PCP em «abrir portas» ao PSD na Assembleia da República, como faz o PS, a uma desfiguração do regime democrático por via de propostas de alterações às leis eleitorais. Ou se esse «bloqueio» se deve à firme posição do PCP face ao PS, sempre sublinhando a importância da convergência dos democratas para uma alternativa à direita, mas sempre recusando alienar princípios e sacrificar os seus ideais e a sua meta revolucionária de transformar a sociedade, ao legítimo desejo de «assumir as responsabilidades do poder (...)».

5. Para onde levam as «novas práticas» a «nova esquerda» e o seu sistema de valores e a «nova síntese» do movimento socialista

Todas estas ideias (novas) têm apenas o inconveniente de já serem «velhas» e devidamente ensaiadas em muitos lugares e diferentes espaços políticos. O seu interesse seria intelectualmente justificado e politicamente correcto se não fosse o seu mau desempenho nas situações que se conhecem. Uma posição séria e honesta começaria por abordar as questões pela análise dessas «novas práticas políticas» e dos seus resultados para a defesa dos interesses dos trabalhadores e dos povos. Atente-se.

Um Partido com regras (Estatutos) e funcionamento que garantam mais democracia. Mas, face aos critérios referidos por JBM (proporcionalidade e plataformas) podemos olhar para o funcionamento do PS e PSD. Mais democracia? Segundo os dirigentes desses partidos, sim. Segundo a minha opinião, muitíssimo menos. Nesses partidos foi liquidada toda e qualquer participação dos inscritos (e refira-se, a democracia participativa é bastante sublinhada por JBM), limitados a eleger delegados aquando dos Congressos e a assistirem nos intervalos às lutas de «galos» e «barões». E no tocante à presença na vida e actividade dos seus partidos, estamos conversados!

E que aconteceu aos Partidos Comunistas que foram nessa «onda» do direito a organizar «correntes de opinião», «tendências», onde estão? Sabe-se que se dividiram, redividiram, em processos de longa e dolorosa cissiparidade política, e nunca mais se encontraram... Há exemplos bem perto. Mas os que procederam ao *hara-quiri* ideológico orgânico e político estão melhor? É sabido que não, não impe-



diram graves fracturas no partido (saída de grupos mais ou menos numerosos, agora à procura da «refundação comunista»), não evitaram sérias regressões eleitorais (razão segundo os nossos «refundadores» para a «refundação»), não melhoraram as aproximações à social-democracia nem travaram as alianças desta com a direita (ver Itália).

Em geral, à procura do êxito eleitoral e sucesso fácil, entregaram-se de corda ao pescoço, desarmados ideológica e politicamente, nos braços dos adversários ideológicos quando não nos dos inimigos de classe.

Cresceu a influência social desses partidos, divididos em grupúsculos, renovados em «frente de esquerda» ou partidos da esquerda democrática? Reforçou-se a sua ligação às massas, o seu papel de vanguarda política nas organizações de massas (sempre no respeito pela autonomia própria dessas organizações)? Dinamizou-se a luta pelos interesses dos trabalhadores, pela paz e segurança mundiais, pelos direitos dos povos à independência e contra a ingerência imperialista?

São em geral, infelizmente, poucas as respostas positivas. Ou então não são conhecidas.

6. As interrogações e dúvidas, as dificuldades e os obstáculos das forças de esquerda, e as (novas e necessárias) sínteses criadoras dos comunistas

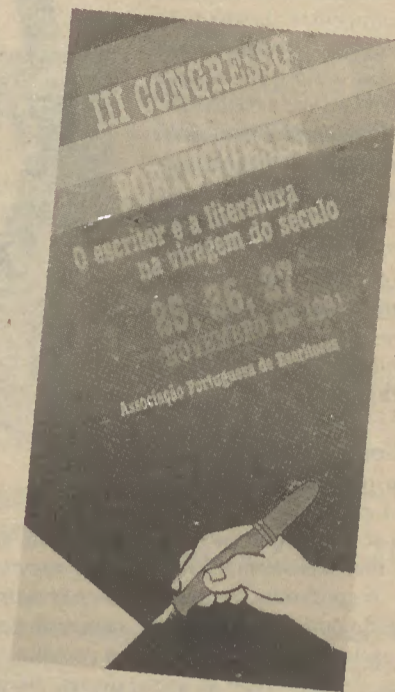
Há, em primeiro lugar, que reafirmar, não deixando qualquer margem, para dúvida, que os «críticos» do Partido não têm o monopólio das críticas nem das interrogações sobre os problemas do Partido e os caminhos da esquerda. Do geograficamente mais afastado militante de base da aldeia alentejana ou transmontana, ao da célula de grande empresa de serviços ou da indústria em Lisboa e Porto, do dirigente da freguesia aos membros dos Organismos Executivos do Comité Central, todos, mas todos, estão ou devem estar no Partido com uma permanente atitude crítica. A todos eles o Partido não só estabelece o direito estatutário de opinar e defender a sua opinião, como coloca o dever de o fazer. E o dever de defender através da intervenção partidária e no respeito pela vontade democrática do colectivo, a materialização das suas ideias, das suas opiniões sobre o que é melhor para o Partido, para os trabalhadores, para o País. Mas a busca das novas sínteses, exigência de milenares anseios de justiça, de liberdade, de paz, sobretudo no momento histórico em que nos encontramos, não será tarefa fácil. Época de crises, o aprofundamento da crise do mundo capitalista, o soçobrar dos regimes socialistas, crise das ideologias, filosóficas, políticas, religiosas, e crise das consciências, individuais e colectivas, crises de novo tipo como profundos e irreversíveis desequilíbrios ambientais, a esgotabilidade dos recursos naturais (mas também quando se abre pela primeira vez a possibilidade de acabar com a fome no mundo) a entrada ou (re)entrada em cena «histórica» de novas e significativas massas humanas, um papel qualitativamente novo dos grandes meios de comunicação social, na vida económica, política, social do planeta, transformando-o na tal «aldeia global», enquadram o ciclópico trabalho multidisciplinar, integrado, participado, que espera os «feitores» das grandes sínteses. Mas também por isso, elas terão de ser cada vez mais trabalho colectivo de inúmeros colectivos. Cada vez menos a dimensão da tarefa estará ao alcance do «génio», cada vez mais será marcada pela intervenção crescente e participativa das massas na «história», cada vez mais serão as massas a induzir as sínteses necessárias.

São certamente bastante mais modestas as tarefas, o que não significa menos exigência, que se colocam aos comunistas portugueses e ao seu Partido, para responderem às «crises» e elaborarem as «sínteses» necessárias, neste movido e movente mundo no limiar do século XXI. Mas é ainda no Partido, hoje como ontem, que isso será certamente feito. Com a participação e a decisão dos comunistas. Com a colaboração de muitos que não sendo comunistas estão connosco nesta difícil e tantas vezes dolorosa caminhada em direcção à sociedade sem explorados nem oprimidos. Caminhando connosco faremos o caminho.

(1) Intervenção de Ângelo Veloso no XII Congresso do PCP - Relatório da Comissão de Redacção do Programa

III Congresso de Escritores Portugueses

Durante três dias, nas instalações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em Lisboa, de 25 a 27 de Novembro, teve lugar mais um Congresso de Escritores Portugueses. O Congresso, promovido pela Associação Portuguesa de Escritores, contou na sua Comissão Executiva com os escritores Alexandre Babo, presidente, Júlia Nery, Orlando da Costa, Serafim Ferreira e Teresa Coelho Lopes. Uma Comissão Nacional composta por várias instituições culturais foi encabeçada pelo Presidente da República, Dr. Mário Soares.



Alexandre Babo: «Um Congresso que valeu a pena»

Foi o III Congresso de Escritores Portugueses. O primeiro deles realizou-se em Maio de 1975, o II em Março de 1982.

«A Direcção da APE, prestes a terminar o seu mandato, decidiu realizar este III Congresso, como havia prometido» — disse-nos o presidente da Comissão Executiva, Alexandre Babo, que acedeu a comentar esta realização. «Outras razões, no entanto, a levaram, e à Comissão Executiva, a empenhar-se a fundo nesta realização: ao entrar na última década do século, o que nos cerca é profundamente preocupante, dramático, embora aureolado por um certo fascínio.»

Assim, as perspectivas, para Alexandre Babo, não são risonhas:

«Ao escritor português, desde sempre rodeado de entraves e de dificuldades, apresentam-se agora muitas outras. De carácter, digamos, profissional, umas — o custo exagerado do livro, um mercado dominado pelo marketing, as novas tecnologias que o podem enriquecer mas que também o podem diminuir e envilecer.»

E o escritor continuou:

«Outras dificuldades se apresentam no campo social, político, ecológico, onde o consumismo, a crise das ideologias e o pragmatismo que leva a um egoísmo generalizado, afasta cada vez mais o homem da leitura e da esperança. O fim do século assemelha-se ao fim da civilização. Por isso, escolhemos como lema geral do Congresso — «O escritor e a literatura na viragem do século».

Todos os escritores

Falando da preparação do III Congresso, Alexandre Babo disse-nos:

«Qualquer Congresso é o resultado do que os congressistas querem ou podem dele fazer. O nosso trabalho foi dar aos escritores as condições necessárias.

«Nunca por nós foi admitida a marginalização de escritores, a censura interna às suas intervenções, tanto escritas como orais». Todos os escritores portugueses, sócios ou não da APE, se puderam inscrever e apresentar comunicações. Todas elas — sem excepção — serão publicadas no livro do Congresso.

«Inovámos apenas no convite a quatro escritores para fazerem intervenções de fundo, assegurando assim a possibilidade de um debate digno e válido. Foram as intervenções de David Mourão Ferreira — «Um relance sobre os últimos dez anos da literatura portuguesa»; de Baptista-Bastos — «O escritor e a sociedade portuguesa»; de Natália Correia — «Perspectivas estético-literárias»; e de Alexandre Pinheiro Torres — «A literatura portuguesa no mundo». Julgo que todos nos devemos congratular com essa decisão.»

A língua portuguesa

Sobre de escritores de língua portuguesa que também participaram no Congresso, Alexandre Babo referiu:

«Convidámos para estar connosco os escritores irmanados por uma mesma língua, que todos procuram melhorar e engrandecer — do Brasil, de Angola, de Moçambique, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau e de S. Tomé.

«Uma escritora timorense, professora de Português na Austrália e ali exilada, simboliza entre nós a resistência ao despotismo e à crueldade, juntando todo o Congresso ao lado do povo mártir e heróico de Timor.

«Trouxemos também até nós alguns dos mais representativos lusófilos da Europa e da América. Figuras como Moser, Brechon, Catz, Guinescu e tantos outros ficaram certamente mais ligados à nossa cultura.»

Sobre a edição do opúsculo «Aqueles que se recordam», o escritor afirmou tratar-se de «uma singela homenagem à memória de cinquenta e cinco grandes vultos das letras portuguesas, desaparecidos depois de 1982. Publicámos um opúsculo simples, e talvez por isso mesmo digno. Em memória daqueles que muitos de nós recordam com saudade e amargura.»

Valeu a pena

Alexandre Babo faz um balanço do trabalho realizado apesar das dificuldades:

«Um Congresso destes custa muito dinheiro», diz. «A APE não tem meios materiais que lhe permitam realizar uma obra destas sem o apoio de organismos oficiais e de entidades particulares.

«Foram essas entidades que, demonstrando uma grande compreensão pelo que representam em conjunto os escritores portugueses e, de algum modo, a vantagem patriótica deste Congresso, com o seu auxílio o permitiram.

«Não é possível referirmos este aspecto», diz ainda, «sem muito especialmente destacarmos a amizade, sempre certa e dedicada, do Dr. Mário Soares, Presidente da República.

«Valeu a pena? Julgamos que sim. Foi um grande encontro livre e democrático.

«E se, como é evidente, os resultados se não pesarem de imediato, muito de bom virá à superfície, pela sua riqueza e profundidade, tornando este III Congresso de Escritores Portugueses um marco na nossa vida e na nossa cultura.»

EM FOCO



Escrava do Amor

Realização: Nikita Mikhalkov

Fotografia: Pavel Lebeshev

Intérpretes: Yelena Solovei, Rodion Nakhapetov

Dias de guerra civil na Rússia. Uma equipa de filmagens que estava rodando o melodrama «The Love Slave», protagonizado por Olga Voznesenskaya, foge em pânico da Moscovo «vermelha» para uma pequena aldeia do sul ocupada pela guarda «branca». O habitual «co-star» que é o ídolo do cinema mudo Makasakov, violou o seu contrato e permaneceu em Moscovo. Este facto surpreendeu de tal forma Olga, que pela primeira vez ela começou a reflectir sobre os acontecimentos correntes.

Na cidade onde eles filmavam, actuava um grupo «subterrâneo» de revolucionários que é comandado pelo operador Victor Pototsky. Arriscando a própria vida, ele filma secretamente todas as actividades «ilícitas» de Fedotov, cabecilha da contra-espionagem da Guarda Branca.

Pototsky apaixonou-se por Olga e tenta revelar-lhe o significado dos recentes acontecimentos na Rússia. Demonstrando sensatez e honestidade, Olga começa a ajudar os revolucionários chegando a salvar a vida ao próprio Pototsky.

Entretanto, Fedotov arma uma armadilha ao operador de câmara, que é morto em frente da actriz. A partir deste momento, Olga não tem dúvidas acerca do caminho a seguir. Com a ajuda dos revolucionários, ela mata Fedotov.



SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

- 001 - O COURAÇADO POTEMKINE
- 002 - A MÃE
- 003 - ESCRAVA DO AMOR
- 004 - A BALADA DO SOLDADO
- 005 - AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 - A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

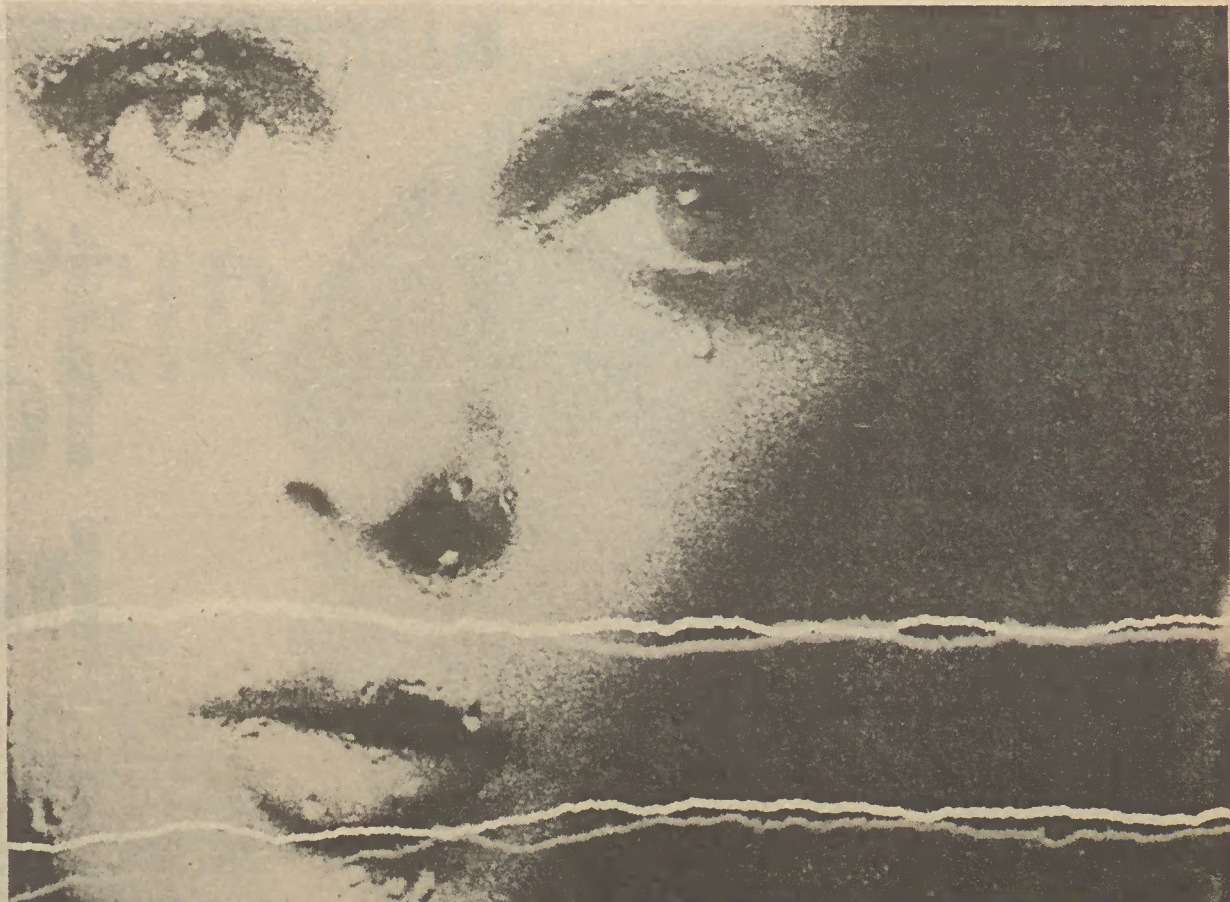
Cinema
de qualidade
em sua casa

DESCONTO ESPECIAL
NO MÊS DE DEZEMBRO
15%

Via CTT À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:

crac serviços, CRL
VIDEO cracfilmes
Apartado 90
Queluz Ocidental
2746 QUELUZ CODEX



BCP - um exemplar caso de DISCRIMINAÇÃO

Na Secção das Organizações Não Governamentais (ONG's) do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM) estão representadas 19 Organizações de Mulheres.

Muito diferenciadas entre si, ideológica e confessionalmente, têm, no entanto, uma preocupação comum: as situações de discriminação da mulher que ainda hoje se verificam na sociedade portuguesa.

Um exemplar caso de discriminação

Em 1990 as ONG's foram informadas pelo GRAM (Grupo de Acções de Mulheres) do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI) da situação de discriminação que havia no Banco Comercial Português.

Na área do SBSI o quadro no BCP era o seguinte:

Total de trabalhadores em 31.12.89
Homens - 1160
Mulheres - 6

Admissões durante o ano de 1989 - 465
Homens - 464
Mulheres - 1

Isto significa que no BCP havia, no final de 1989, 7 mulheres num total de 1631 trabalhadores, o que corresponde a 0,5%.

Este panorama não é de forma alguma comparável à média de 34% de mulheres existentes na banca, nem por exemplo às 24% do Banco do Comércio e Indústria ou às 35,3% na Caixa Geral de Depósitos.

Perante este quadro, que apontava para uma evidente e premeditada exclusão das mulheres e que contrariava as normas legais e constitucionais em vigor, sobre a igualdade de oportunidades para as mulheres no acesso ao emprego, que justificações dava o BCP?

O Gestor de Pessoal dizia ao GRAM que «a sua organização possuía uma política de recrutamento de pessoal suígeneris, em que era atribuída aos gestores das agências bancárias completa liberdade de contratação do pessoal para a constituição das equipas de trabalhadores».

Também o presidente do BCP, Dr. Jardim Gonçalves, afirmava em entrevista ao «Expresso» que a preocupação fundamental no recrutamento de pessoal «é a de encontrar as pessoas com currículo, disponibilidade e exclusividade adequadas» e dizia ainda sobre a disponibilidade das mulheres que «na maioria e pelas suas disponibilidades familiares o sejam menos do que os homens».

O Governo deve actuar

Perante esta situação, o Conselho Consultivo da CIDM decidiu pedir uma entrevista à administração do BCP onde uma representação de 13 Organizações de Mulheres transmitiram ao Dr. Jardim Gonçalves a sua preocupação perante o quadro de pessoal do Banco e donde trouxeram a promessa, tal como o GRAM tinha trazido anteriormente, de uma maior atenção ao problema.

Alguns meses mais tarde, o BCP recusava-se a informar o Conselho Consultivo da CIDM da evolução que se teria verificado.

Entretanto na Assembleia da República, o Partido Comunista Português interpelava o Governo sobre a situação no BCP. Em resposta, o secretário de Estado do Emprego e Segurança Social, demitindo-se das suas responsabilidades perante esta clara violação de legislação, respondia «não estamos aqui para condenar ninguém porque até agora ninguém se queixou».

A CITE (Comissão para a igualdade no Trabalho e no Emprego), em resposta à queixa apresentada pelo Sindicato, declara ser discriminatória a atitude tomada.

Também o Provedor de Justiça emite um parecer onde afirma não ser necessário o aparecimento de casos individuais e que compete ao Governo, neste caso ao Ministério de Emprego e Segurança Social, accionar os meios para fazer cumprir o decreto 392/79 que proíbe a discriminação da mulher no trabalho.

Diga não ao BCP

Em Setembro de 1991, as ONG's voltaram a analisar a situação e verificaram que o número de mulheres continuava a ser diminuto, 22 em cerca de 3000 trabalhadores (0,7%).

Efectivamente, e contrariando os pareceres emitidos, o Governo nada fez, durante mais de um ano, para que a legalidade fosse aplicada no BCP.

No entanto, a denúncia pública obtinha alguns resultados positivos. A CGTP-IN deu orientação geral aos seus associados para retirarem as suas contas do BCP e a Sociedade de Ciência da Educação, cujas quotas deveriam ser pagas através do BCP, abriu conta noutra Banco em consequência da reacção dos sócios.

Neste linha, as ONG's concluíram que deveriam continuar a desenvolver acções de sensibilização junto da opinião pública. É necessário penalizar um Banco que dizendo-se moderno e do futuro penaliza as mulheres por serem mães, ao considerar a maternidade incompatível com a imagem de eficácia. É necessário penalizar um Banco que quer as mulheres como clientes, mas não as quer como empregadas.

Assim, as ONG's decidiram apelar às mulheres para que não sejam clientes do BCP e para a divulgação deste apelo foi convocada uma conferência de imprensa para a porta do BCP acompanhada da distribuição de um folheto. Infelizmente, a proximidade das eleições levou a que algumas organizações não tenham participado nesta iniciativa.

Hoje temos um novo/velho governo. Não sabemos ainda se irão alterar a sua actuação face ao BCP, mas as ONG's continuarão colectivamente atentas e continuarão a exigir que esta situação de discriminação seja irradiada da sociedade portuguesa.

■ **Fátima Garcia**

Representante da Organização das Mulheres Comunistas no Conselho Consultivo da CIDM

Homenagem a Soeiro Pereira Gomes

«Os Esteiros»
foram publicados
há cinquenta

O acto que hoje aqui nos reúne transcende a simples colocação de uma lápide evocativa de um cidadão na moradia onde viveu e elaborou uma parte distintiva do seu precioso legado à posteridade.

De facto, nesta casa, Joaquim Soeiro Pereira Gomes escreveu o seu trabalho literário de maior vulto, o romance «Esteiros», uma das obras mais notáveis da literatura portuguesa, cujo cinquentenário nestes dias assinalamos por iniciativa do Museu do Neo-Realismo, sob o patrocínio da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e da Junta de Freguesia de Alhandra.

Também nesta casa, já sob a vigilância dos esbirros da famigerada polícia política de Salazar, que o vinham prender, o trabalhador/escritor, já profundamente entranhado no movimento revolucionário, aqui, a umas dezenas de metros da fábrica em cujos escritórios trabalhava, teve artes de escapar-se-lhes entre as malhas e mergulhar — num rasgo de coragem deliberadamente assumido — na incerta noite da clandestinidade.

Passados cinco anos de uma entrega total e já com a preciosa vida a extinguir-se, Pereira Gomes emergiu de novo à luz do dia

Para acabar entre os seus.

Para mergulhar dessa vez na outra insondável noite de onde não mais se regressa.

Implacável, a PIDE — PVDE na altura — impôs um desvio de percurso do cortejo fúnebre para que o corpo do morto insigne não atravessasse e não recebesse a homenagem popular nesta sua terra adoptiva, à qual ele deu um contributo social e cultural sem par.

Mas os alhandrenses escreveram nesse dia em sua intenção estas sentidas palavras:

«Ao nosso querido e inesquecível Amigo Joaquim Soeiro Pereira Gomes rendemos neste momento, em nome de todo o povo honrado e trabalha-

dor de Alhandra, a última e derradeira homenagem àquele que soube, perto ou longe de nós, contribuir para a liberdade do povo de Portugal.»

«A liberdade do povo de Portugal» só um quarto de século mais tarde viria a ser conquistada pela heróica «Revolução dos Cravos».

Mas, nos caboucos de Abril, Pereira Gomes lançou pedras que os ciclones da História não têm força para dissipar.



Mesa do colóquio/debate. Intervém o presidente da CM de Vila Franca de Xira, Daniel Branco. Sentados, da esquerda para a direita: Luís Costa Dias, Gerard Lacare, Cardoso Pires, Alexandre Cabral e Júlio Graça



Apreciando a exposição: Lopes-Graça, Blasco Hugo Fernandes e Severiano Falcão



Um momento de convívio: Alexandre Pinheiro Torres e José Cardoso Pires (sentados). De pé, Mário Dionísio e António Dias Lourenço

No mesmo dia do aniversário de duas colectividades populares das mais prestigiadas e mais ricas da história de Alhandra — a Sociedade Euterpe Alhandrense e a Alhandra Sporting Clube — levou o Instituto do Neo-Realismo a cabo, no último domingo, naquela vila ribeirinha do Tejo, com o patrocínio da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e da Junta de Freguesia de Alhandra, as comemorações do cinquentenário de «Esteiros» e uma homenagem ao seu inesquecível criador: Joaquim Soeiro Pereira Gomes.

De manhã, o descerramento de uma lápide na casa onde Soeiro viveu e onde realizou parte considerável do seu labor literário.

Depois, à tarde, as inaugurações de uma Exposição Biográfica e Documental evocativa da Vida e da Obra de Pereira Gomes e de uma Biblioteca com o seu nome nas magníficas instalações da Euterpe, finalizando com um Colóquio-Debate sobre a sua obra literária.

No descerramento da lápide, com a presença de muitos alhandrenses e da Comissão Nacional das celebrações abrilhantado pela Banda da Euterpe, falaram Daniel Branco, Presidente do Município de Vila Franca, que saudou os presentes, António Primavera, Presidente da Junta de Freguesia de Alhandra, e Dias Lourenço, do Comité Central do PCP. O Presidente da Junta alhandrense, numa interessante intervenção rica de elementos sobre a biografia de Joaquim Pereira Gomes, sobre as iniciativas que em Alhandra pessoalmente impulsionou nos planos associativo, cultural e recreativo, produziu uma brilhante evocação das condições locais da exploração do trabalho infantil que inspirou o autor de «Esteiros», referiu aspectos pouco conhecidos da sua acção política nas lutas dos trabalhadores de Alhandra e do Baixo Ribatejo e em prol do desporto, do Teatro e da Cultura popular do povo alhandrense.

Da documentada exposição biográfica, um dos documentos emocionou profundamente os visitantes — a sua carta-testamento dos seus objectos pessoais, a doação ao seu Partido dos direitos de autor das edições das suas obras, referida por seu irmão Jaime, que em nome da família Pereira Gomes comunicou aos presentes a doação de todo o espólio literário do escritor ao Museu do Neo-Realismo.

O Colóquio-Debate foi animado pelos escritores José Cardoso Pires e Alexandre Cabral, pelo Director do Museu, Luís Costa Dias, e pelo publicista francês Georges Lacase, estudioso da obra de Soeiro, e ainda por alguns dos circunstantes.

Joaquim Pereira Gomes, figura singular da história heróica do PCP, um dos iniciadores do Movimento Neo-Realista, teve na sua terra adoptiva uma merecida evocação.

EM FOCO

dos
anos

Quando o seu coração cessou de bater, Joaquim Pereira Gomes era membro por mérito próprio do Comité Central do Partido Comunista Português.

A referência a esta circunstância serve para salientar uma outra faceta da actividade e da personalidade singular do escritor ainda insuficientemente abordada e por aprofundar: Pereira Gomes, juntamente com Redol e outros trabalhadores e estudiosos da Cultura e da realidade social do Baixo Ribatejo, foi um elo vivo de ligação do movimento operário e popular e da resistência nacional ao fascismo com o Movimento Neo-Realista em Portugal.

Exactamente aqui, na Borda d'Água ribatejana, na época por alguns de nós vivida, em que no nosso país recrudescia a repressão terrorista do Estado Novo e paredes meias se consumava a sangrenta derrota da Espanha republicana, quando no Mundo, após um longo levedar, se desencadeava a Segunda Guerra Mundial e alastrava pela Europa e pelo Extremo Oriente, sob as lagartas dos tanques, as labaredas da guerra e a pata das hordas nazi-fascistas, a mais devastadora ofensiva contra a Liberdade dos tempos modernos, aqui, na nossa região, escritores e artistas, vultos dos mais destacados da intelectualidade portuguesa, das mais diversas correntes de opinião mas irmanados no mesmo profundo sentimento antifascista e entranhado amor à Democracia, puderam, em iniciativas de grande projecção nacional, enraizar a sua própria luta pela Liberdade e pelo progresso social e cultural do nosso povo no movimento popular que contra a política e o poder dos fascistas crescia nas fábricas e nos campos.

Joaquim Pereira Gomes, empregado na Cimentos Tejo, do Grupo Champalimaud, que hoje favorecido por círculos financeiros influentes do poder político reivindica do Estado português uma indemnização de um bilião de contos com a devolução da empresa, neste momento CIMPOR e ainda nacionalizada, não certamente para acabar com a poluição que atinge gravemente a população de Alhandra mas para continuar e agravar a exploração dos trabalhadores, o Pereira Gomes, que os alhandrenses conhecem em toda a sua dimensão humana, social e política, bebeu, no convívio diário com as realidades da vida do «povo honrado e trabalhador de Alhandra», a inspiração para a sua admirável obra literária, irmanou-se nas aspirações populares profundas, temperou a sua consciência política e de classe nas rudes batalhas do seu tempo pelo Pão, pela Paz, pela Liberdade, tornou-se um dinâmico interveniente na vasta acção progressista da nossa intelectualidade, a que Joaquim Namorado deu a feliz denominação, que ficou para a posteridade cultural e



histórica dos portugueses, de Movimento Neo-Realista.

Sobre a obra literária de Pereira Gomes ouviremos dentro de algumas horas as palavras autorizadas de alguns distintos homens de letras.

Os que com ele convivemos e com ele partilhámos os mais nobres ideais jamais esqueceremos a sua quente fraternidade, a sua abnegação sem limites pela causa superior comum que guiava as nossas vidas.

Nos dias de hoje é útil lembrar a ligação e complementaridade daqueles dois movimentos de natureza diversa de que Soeiro Pereira Gomes foi um laço vivo e qualificado.

Poucos sabem, porém, que nos últimos três anos da sua vida, de que tanto havia ainda a esperar, o autor de «Esteiros» foi membro, em representação do seu Partido, do Conselho Nacional de Unidade Anti-Fascista (CNUAF),



Soeiro Pereira Gomes, aos 19 anos, quando terminou o curso de Regente Agrícola

O escritor, nos tempos em que trabalhava nos escritórios da Fábrica de Cimentos Tejo



onde destacados democratas ainda vivos recordam a sua lhanza de carácter, a sua espontânea franqueza, a sua capacidade para superar os factores de divisão e cultivar tudo o que era susceptível de aproximar e unir.

Também a criação do MUD (Movimento de Unidade Democrática), de extraordinária projecção na luta do povo português pela Democracia, ficou a dever muito ao seu dinamismo político e poder de convicção.

Os tempos são outros — outras as condições. Há cinquenta anos, o povo português sofria na sua existência diária, nos seus direitos e na sua carne os efeitos do poder terrorista e discricionário de uma ditadura fascista — hoje, apesar dos bloqueamentos que de modo preocupante se multiplicam na vida nacional, vivemos num regime democrático.

Os «homens que nunca foram meninos», aos quais Pereira Gomes dedicou o seu inolvidável primeiro romance, amadureceram política e culturalmente. Tornaram-se mais cedo seres conscientes dos seus direitos e liberdades. Anseiam de maneira crescente por uma democracia representativa mais participada.

É verdade que a História não se repete.

Mas a luta do Homem por uma vida sem exploração nem opressão sofre por vezes pesadas derrotas e colapsos, necessariamente transitórios.

Há porém fenómenos negativos da mesma natureza que ressurgem por vezes com inesperada impetuosidade sob formas diferentes no desdobrar da História. É essa a situação actual.

Os que há cinquenta anos vivemos os acontecimentos da época não podemos deixar de ver com preocupação os novos perigos que ameaçam a paz e a liberdade dos povos, o renascer do nazi-fascismo na Europa e no Mundo, desta vez em estreita aliança e em transes de submissão a forças tão irracionais e monstruosas como as da Ku-Klux-Klan americana que se propõe generalizar e levar-ao mais extremo formas tão aberrantes como o racismo, o anti-semitismo e outras de trágica memória.

É preciso que despertem de novo as consciências.

Hoje, como há cinquenta anos, nas condições diferentes da nossa vida nacional e do mundo, é imperioso que as forças sãs da Democracia, da Paz e do Progresso Social montem de novo a guarda da Liberdade, encontrem de novo o caminho da defesa das nossas conquistas democráticas, da acção comum com todos os povos da Terra para preservação dos valores humanos mais elevados.

Saibamos hoje, como há cinquenta anos, superar o que nos divide e privilegiar o que nos une.

É esta a melhor homenagem que hoje podemos render ao Homem, ao Escritor e ao Combatente cuja vida e obra queremos assinalar com o descerramento da singela lápide que nesta casa os seus amigos quiseram pôr em sua memória.

Joaquim Pereira Gomes merece essa homenagem e o preito do reconhecimento de todos os portugueses que hoje anseiam pelo progresso, o desenvolvimento e o aprofundamento do regime democrático.

■ António Dias Lourenço

Discurso pronunciado no descerramento da lápide na casa de Soeiro Pereira Gomes em 30 de Novembro de 1991.

1992

O ano de todas as lutas no ensino

Com a aprovação a semana passada do orçamento rectificativo do orçamento de Estado deste ano, cuja execução provocou um buraco de 70 milhões de contos na área do Ministério da Educação, teoricamente estariam ultrapassadas algumas das dificuldades com que professores, empregados e alunos se defrontaram nos últimos meses. Se tudo corresponder às expectativas dos professores, alguns dos problemas imediatos estarão resolvidos, mas a partir de Janeiro outras questões, que se arrastam há meses ou até anos, mais graves porque de fundo, estarão de novo em equação e fazem prever um agravamento no processo de luta quer de professores, quer de estudantes.

Para os primeiros a estabilidade no emprego e o progresso na carreira são as grandes prioridades para 1992. Para os segundos é a qualidade do ensino, o acesso às universidades e o não aumento de despesas familiares com os estudos o cerne das reivindicações.

Neste momento alunos de diversas faculdades de Lisboa e Porto fazem greve aos bares e cantinas dos seus estabelecimentos de ensino, como acontece há quase duas semanas na chamada Cidade Universitária de Lisboa. Protestam contra os aumentos de preços e a fraca qualidade da alimentação. Bolsas por pagar e propinas a aumentar foram motivo para duas importantes manifestações de estudantes: a primeira no Porto que degenerou em confrontos com a polícia, uma segunda em Lisboa mobilizando um grande número de alunos universitários.

Os motivos que levam os estudantes a protestar e a exigir modificações estão longe de estar resolvidos.

O legado de Roberto Carneiro

Para os professores, cujos representantes na sua principal estrutura sindical, a Fenprof, estiveram reunidos em Conselho Nacional segunda e terça-feira passadas, o leque de problemas é vasto e as soluções não parecem surgir no horizonte mais próximo se ações de luta não forem empreendidas. Há um legado deixado pelo anterior ministro da Educação muito complicado: uma intrincada teia legislativa e a falta de verbas formam o vértice de uma pirâmide de problemas.

Roberto Carneiro foi um ministro sempre submetido às directrizes dos seus colegas das Finanças. Assim, quando tomou posse, anunciou que sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do País seria gasto com a Educação. Quatro anos depois a realidade mostrou que essa percentagem apenas chegou aos 5 por cento.

Para o Orçamento de Estado para 1992, cuja discussão se avizinha, os sindicatos filiados na Fenprof exigem que se cumpra essa promessa de sete por cento para a Educação, mas o programa do novo Governo, que aquela federação considerou de «vago, indefinido e recheado de lugares-comuns» no que diz respeito a este sector, leva a recear que tal valor seja substancialmente diminuído.

Segundo diz um comunicado da Fenprof que aprecia o

Para os professores a estabilidade no emprego e o progresso na carreira são as grandes prioridades para 1992. Para os estudantes é a qualidade do ensino, o acesso às universidades e o não aumento de despesas familiares com os estudos o cerne das reivindicações. Se a política do Governo se mantiver na Educação, 92 será o ano de todas as lutas.

programa do Governo, «a educação deixou de ser uma prioridade nacional, como o parece indiciar o pouco tempo e o pouco espaço que ocupa no programa do Governo».

A mudança do ministro Roberto Carneiro por Diamantino Durão e de todo o elenco de secretários de Estado que Cavaco Silva efectuou para este seu novo Governo é significativa. Mas a mudança de imagem poderá não corresponder a qualquer mudança qualitativa dado os cortes orçamentais que constantemente são impostos ao ministro da Educação pelo seu colega das Finanças.

Promessas

Para já, a Fenprof aguarda que as promessas para o imediato se transformem em realidade: será preciso ver se é concretizado o pagamento das horas extraordinárias aos professores do ensino secundário (e há ameaça de greve caso isto não se concretize), os retroactivos aos docentes das universidades e o pagamento das dívidas aos professores que leccionam na Europa junto das comunidades emigrantes e às escolas particulares possuidoras de contratos com o Ministério. Universidades sem dinheiro para pagar ordenados de Dezembro e subsídio de Natal ou ainda por

iniciar o ano lectivo tal é a falta de verbas; dívidas em subsídios de especialização aos professores do ensino básico, secundário e ensino especial; descongelamento de escalões são algumas outras situações que se poderão resolver até ao final do ano, se a burocracia não fizer sustar a medida financeira decretada no orçamento rectificativo. Mas a herança deixada por Roberto Carneiro a Diamantino Durão é pesada, e nessa lista de problemas imediatos que estão por resolver e que aguardam a distribuição dos referidos 70 milhões de contos, conta-se ainda o não pagamento em valores correctos (determinados pelo novo Estatuto da Carreira Docente) dos ordenados dos professores em situação de carreira ou pré-carreira, as dívidas aos colégios e escolas particulares que têm contratos com o Ministério, as verbas necessárias à aplicação de novos programas da chamada reforma curricular ou ainda a prometida criação de novos lugares para educadores de infância.

Salários

E em Janeiro terá de se discutir a actualização salarial!

Para os sindicatos dos professores, o que está em causa no que diz respeito a esta matéria é a subida dos salários reais tendo em conta a inflação que, certamente, ultrapassará as previsões governamentais, e também o início de uma recuperação dos ordenados em relação aos valores que os separam de outros sectores de actividade em Portugal e aos praticados na administração pública nos outros países da CEE.

Para além disso, os professores pretendem ter uma participação nos ganhos da produtividade nacional (que se situará entre os dois e três por cento no próximo ano); a revalorização do salário mínimo da Função Pública em relação ao salário mínimo nacional; a fixação de um subsídio de refeição no valor máximo não tributável pelo IRS (600 escudos); a actualização de ajudas de custo e das prestações da ADSE e, ainda, o aumento das pensões de reforma em percentagem idêntica à dos salários.

Assim, o mínimo proposto pela FENPROF de actualização salarial é de 17 por cento, de resto o mesmo valor exigido pelos sindicatos e federações da administração pública central, regional e local. Certamente muito acima daquilo que o Governo pretende fazer, já que o próprio primeiro-ministro fala em valores para a inflação inferiores a 10 por cento o que implica a aplicação de uma política de contenção dos salários, correspondente ao discurso pós-eleitoral do executivo do PSD, a falar agora nos «tempos difíceis» que se avizinham para os portugueses.

Problemas com anos

As lutas dos professores vão, conseqüentemente, agudizar-se ao longo de 1992.

Até porque os motivos que levaram os professores a greves espectaculares (adesões acima dos 90 por cento) de 1989 até hoje mantêm-se. A começar na tão propagandeada reforma educativa, estando os professores a exigir a suspensão da aplicação do novo decreto de gestão das escolas (que acaba com a gestão democrática) e a revogação do novo sistema de avaliação dos alunos.

Mas há mais: a contagem do tempo de serviço, o conceito de promoção e a supressão da prova de candidatura, a regulamentação da formação contínua, do ano sabático, dos concursos, a atribuição dos subsídios de fixação e isolamento, o estatuto do ensino superior politécnico. A vida não parece ir ser fácil para Diamantino Durão!

A revisão da legislação sobre quadros e concursos, problema posto pelos sindicatos já em 1988, de forma a terminar com a instabilidade e precariedade de emprego na profissão que afecta os professores com habilitação própria ou profissional, é uma dessas matérias. Os sindicatos pretendem a entrada na administração pública dos professores nessa situação com mais de dois anos de serviço, o ministério não dá resposta satisfatória. São milhares de professores que, ironicamente, se auto-intitulam de «eternos provisórios». Os índices de vencimento dos professores em início de carreira ou pré-carreira, a aposentação sempre pelos escalões de topo, a equiparação dos diplomados pelo IADE, ARCA e ÁRVORE, bolseiros, complemento de habilitações dos professores com habilitação suficiente são assuntos sem resposta do Governo.

Respostas que os sindicatos dos professores procuram. Ao mesmo tempo os estudantes anunciam mobilizações importantes para o início do ano que vem.

1992 vai ser o ano de todas as lutas no ensino.



Faz hoje uma semana que os estudantes das faculdades lisboetas saíram à rua na sequência da anterior manifestação do cariz idêntico no Porto que terminou em confrontos com a polícia. O financiamento do ensino superior é o fundo da questão

Ver para crer

O riso e o siso

Um dos ingredientes que, para o bem e para o mal, parece ser de bom tom a programação de qualquer televisão incluir são aquelas séries de programas geralmente cómicos em que a Produção, talvez descrente de que a coisa tenha realmente piada, costuma inserir, na banda sonora, doses infundas de gargalhadas de plástico destinadas a influenciar os espectadores mais sisudos. São as «soap operas» de segunda... Felizmente para nós, algumas das «soap operas» que a RTP nos tem proporcionado estão bem acima da mediania que as grandes produtoras americanas impingem, em doses industriais, à Europa. E, se o saudoso «Um Homem às Direitas» continua a ser o referencial evidente para os espectadores portugueses, é inegável que o recente «Dear John» ou ainda os actuais «Carol Burnett Show» ou «Aquele Bar» se contam entre os exemplos mais conseguidos deste «género» televisivo.

O que nos faltava saber é que, às vezes involuntariamente, também no **Telejornal** se pode assistir a um outro tipo de «soap operas» — e tendo por base um humor bem negro. A semana que passou foi oportunidade para assistirmos a uma. O local era, porventura, o apropriado — o **American Club de Lisboa** — mas o protagonista completamente inesperado.

«Publicamente reconhecido como um dos melhores comunicadores da União Soviética» — assim o qualificou **Artur Albarran**, perito na matéria, — **Guenadi Guerasimov**, embaixador da União Soviética em Portugal, participava como convidado num almoço promovido por aquele clube. E o **Telejornal** (27.11.91) reportou avidamente. Também o texto «off» que acompanhava a reportagem do evento para o «24 horas» dessa noite referia que «o humor e a boa disposição do embaixador soviético em Portugal conquistaram o almoço». O facto é que os convidados presentes no repasto riram a bom rir. E não era riso de plástico. Foi captado, bem ao vivo, por câmaras e microfones. Os quais também captaram o motivo de tanta galhofa e boa disposição.

Num momento particularmente trágico para a integridade da União Soviética, em que todos os dias nos dizem que o seu povo se encaminha para a miséria e para a penúria, em que surgem notícias alarmantes em relação ao Inverno que se aproxima (para os rigores do qual seriam escassos os combustíveis e os alimentos), em que organismos mundiais insuspeitos e estadistas das mais variadas latitudes declaram a sua preocupação pelos perigos de instabilidade para a URSS e para o mundo que a progressiva desagregação daquele imenso país pode acarretar, em que os conflitos declarados ou latentes entre as diversas nacionalidades e o frágil controlo dos armamentos nucleares nas várias repúblicas provocam apreensões — quando tudo isto acontece e nos é relatado quotidianamente na comunicação social, o embaixador, admitindo, do mesmo passo, que as reformas em curso «podem suscitar revoltas generalizadas, pois significarão que os padrões de vida irão descer antes de subir», achava oportuno produzir afirmações como estas, perante o gáudio geral que era visivelmente também o seu: «Não sei ao certo quantas repúblicas eu represento hoje. Todas as manhãs tenho que fazer uma chamada. (...) Nem sequer tenho a certeza do nome do país que represento. (...) A revista «The Economist» fez recentemente um concurso; e ganhou (o concurso) uma curiosa sugestão para o novo nome do meu país — Gorbystão!» (...)

Mas lá para o fim daquele mesmo **Telejornal** (27.11.91), o mesmo **Albarran** encontrava também a sua dose de humor e, fazendo a introdução às notícias do **Desporto**, dizia, rindo-se: «E, agora, uma notícia da União Soviética. Não é um golpe de Estado, mas é o jogo em que o Benfica, hoje, defrontou o Kiev.»

Sem comentários.

O aprendiz de feiticeiro

A história é conhecida: aqui há tempos, dois jovens irmãos de Fronteira, alegadamente portadores do vírus da Sida, viram a companhia dos seus colegas de estudo e de brincadeiras fugir-lhe, quando se gerou um movimento de segregação da comunidade local ditado pela ignorância face aos potenciais perigos de contágio da fatídica doença. Na época, a comunicação social fez-se eco dos factos que rodearam as crianças e aos dramas que ensombraram as aspirações dos pais em que eles prosseguissem uma vida normal.

Agora, dando continuidade à onda de sensacionalismo que, desde há tempos, vem constituindo parte substancial da informação da RTP, o **Telejornal** (29.11.91) voltou ao assunto e fez uma reportagem com as duas crianças, dando conta do que se pensava fossem as suas melhoras (alegadamente comprovadas por análises recentes) e do optimismo dos pais por terem tido acesso a um «remédio» (preparado a partir de um concentrado de salsa e de urina das próprias crianças!) e adquirido numa farmácia do Norte do País.



Era isto o que, inequivocamente, se inferia da reportagem do **Telejornal**. Foi isto que, no estúdio, contestou com vigor o prof. **Machado Caetano**, responsável pelo Departamento de Imunologia da Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa e membro da Comissão Nacional da Sida. E os doze minutos que se seguiram à reportagem foram do que de mais penoso se viu, nos últimos tempos, na televisão portuguesa!

Senhor da impunidade de que continua a gozar, **Artur Albarran**, «coordenador» do **Telejornal**, deu largas à sua arrogância, feita de incompetência e irresponsabilidade, foi sordo às tentativas de **Machado Caetano** em sempre responder numa base científica, recorreu ao truque do «dizes tu, direi eu» e ao ardil das perguntas de algibeira e das provas «irrefutáveis» («Várias pessoas viram! Todos dizem que estão melhores!») para as contrapor aos argumentos científicos do entrevistado. Foi dignificante assistir aos permanentes esforços deste para resistir, educadamente, às constantes interrupções do entrevistador e, sobretudo, para (ultrapassando a força das imagens que «comprovavam» uma eventual evolução positiva do caso) fazer compreender às pessoas que assistiam ao programa que não estávamos perante um medicamento mas perante um preparado, que seria extremamente perigoso afastar estas crianças (ou quaisquer pacientes nas mesmas condições) dos cuidados médicos e que, tão importante como reforçar

a humana esperança dos pais na verosímil e possível cura definitiva dos filhos, era não dar crédito alienado e acientífico ao «charlatanismo» subjacente à notícia.

Machado Caetano teve ainda o cuidado de contrariar uma série de afirmações feitas na reportagem, as quais, se não fossem desmentidas, poderiam gerar confusões na opinião pública. E disse mais e foi, esclarecedoramente definitivo: «Estas crianças não têm Sida, mas sim seropositividade para o vírus da Sida, o que é diferente. Nunca estiveram doentes pelo vírus da Sida!»

Mas, **Albarran**, petulante, reincidiu no título primitivo da peça, ao ler pouco depois as manchetes do resumo final do **Telejornal**: «Medicamento abre polémica num caso de Sida!» (sublinhado nosso).

Cabe aqui perguntar: que resultados teria na formação da opinião pública a reportagem transmitida se, porventura, um cientista responsável não tivesse podido prestar (mesmo com as dificuldades que foram patentes) os indispensáveis esclarecimentos que, não defraudando as convicções na evolução da investigação científica, em nada diminuíram a esperança e a convicção? Até quando permitirão os responsáveis da RTP (e o Governo que os nomeou) que ali, no serviço noticioso de maior audiência, continuem a grassar indignos charlatanismos jornalísticos como o que milhões de espectadores presenciaram?

■ **Francisco Costa**

REPLAYS

(**Machado Caetano**): «Eu também gosto de rir e você é conhecido pela simpatia das suas gargalhadas e isso obriga-me a dar uma boa gargalhada! Porque, na realidade, isto não é um medicamento, é um extracto de salsa!»

(**Artur Albarran**): «Eu não sei... não posso contestar o que me está a dizer, porque eu não sei qual é a fórmula!»

(excerto da entrevista de A. A. a M. C. a propósito da reportagem sobre as crianças seropositivas, de Fronteira — **Telejornal**, 29.11.91)



«Se, em palavras mais simples, um cidadão tem fundados receios de caminhar por um qualquer parque ou avenida, então... então todo o percurso de construção e afirmação dos direitos e liberdades encontra um muro inexpugnável contra o qual se desfaz de uma forma sórdida e desistente.»

(**Dias Loureiro**, ministro da Administração Interna, na abertura do Ano Escolar da Escola Superior da Polícia — **Telejornal**, 27.11.91).

«Modernização será a palavra-chave do MAI no que toca à organização das forças de segurança. (...) Em troca, promete maior empenho e um não desperdiçar de meios: um exemplo disso é a sua intenção de pôr a GNR a cavalo a patrulhar as zonas urbanas e o Corpo de Intervenção a actuar nos sítios mais críticos.» (...)

(da locução «off» para a peça sobre a mesma reportagem — **Idem**).



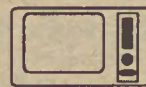
«Nós o que pretendemos não é que a clínica esteja sempre atulhada e que se torne, outra vez, um hospital civil. Pretendemos é dar uma certa qualidade de serviço, que as pessoas não esperem e que a nossa equipa responda imediatamente a todos os serviços.»

(**José Teles**, da administração da Clínica privada «Costa do Sol», inaugurada em Cascais — **Telejornal**, 28.11.91)

«E isto está longe de se parecer com um Hospital Civil. O acesso a

bons cuidados médicos esteve sempre ao alcance de quem pode pagar e, agora, com esta unidade, esse acesso será ainda mais fácil. (...) Não se quer atender muitos pacientes porque, dizem, pretende-se garantir atendimento rápido e personalizado.»

(da locução «off» para a peça sobre a mesma inauguração — **Idem**).



«Mário Mendes, dizem os companheiros de trabalho, é um homem calmo e consensual. Gosta de meditar os problemas, analisar todas as situações em pormenor. (...) Nas poucas horas disponíveis, joga ténis e ouve música clássica, por entre fados da velha Coimbra. Quanto ao temperamento, é tido como um homem bem disposto e ao mesmo tempo muito sério. Os seus antigos companheiros de trabalho dizem que Mário Mendes tem aquilo a que se chama o humor inglês.»

(da locução «off» para a peça sobre a tomada de posse do novo Director da Polícia Judiciária — **Telejornal**, 27.11.91).

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Epigrama

Ao seu bebé que chupava
até já mais não poder
a mãezinha perguntava:
— O que é que tu queres ser?

O chupão fica espantado
só parou para dizer:
— Quer ser gestor do Estado
o que é que havia de ser...

Os lobbies deles

Há o lobby da Leonor
há lobby do Nogueira
e sempre desta maneira.
cada lobby, cada cor.

O lobby do Amaral
ou o lobby do Peneda
seguindo sua vereda
com passo muito pessoal.

Com o lobby do Eurico
mais o lobby do Valente
tudo em moeda corrente
venha a mim que sou mais rico.

Tanto arroubo, tanto bobo,
tanto lobby, tanto lobo.

Pregando sobre a sua alteração
à lei eleitoral
caiu o Professor no alçapão
do seu verbo floral.

Disse na ocasião
que se ele a desejava, coisa e tal,
não era pra si, não,
mas pra quem o seguisse no pombal.

Não diga, mais, não diga. Já se sabe.
Na alteração só cabe
a aldeia de servir a sua gente.

Mais dúvidas? Não há.
Mas quem o ajudará
calmo, chocar o ovo da serpente?

Evolução...

Vira onça, sucuri
vira mosca inteligente
vira trapo, de repente
vira tonto sagui.

Vira frasco de mentira
vira pedra de arremesso
vira, vira, vira, vira
até se vira do avesso...

Diz quem sabe!

Dissesse eu, entre as rimas das limpezas,
que o governo mentia nas despesas
(nas sendas sinuosas da sintaxe,
o poeta é sempre um bocadinho louco...)
dissesse, e haveria quem pensasse
que eu estaria exagerando um pouco...

Dissesse eu nos satíricos cristais
os imensos subsídios ilegais
(sóis infinitos da infinita messe
o poeta sempre vê no seu caminho...)
dissesse, e haveria quem dissesse
que eu estava a inventar um bocadinho...

Mas eu não digo. Quem diz tais afrontas
é o Tribunal de Contas.
Instância abalizada!

O poeta não diz nada...

■ IGNOTUS SUM

Incrível!



Sensibilizações

O ministro da Saúde visitou na semana passada três hospitais de Lisboa, levando consigo o ministro do Plano e da Administração do Território. Explicou Arlindo de Carvalho que pretendia assim sensibilizar Valente de Oliveira para a necessidade de continuar a remodelação dos hospitais, uma vez que é da competência deste distribuir as verbas do PIDDAC (Plano de Investimento de Despesas de Desenvolvimento da Administração Central). Aguarda-se agora que, um dia destes, o ministro da Indústria visite o Vale do Ave acompanhado do ministro do Emprego, para o sensibilizar; também é de esperar que o ministro da Educação queira marcar uma reunião dos estudantes universitários com o ministro das Finanças, a ver se eles conseguem melhor sensibilização com Braga de Macedo do que com Diamantino Durão. Depois, é provável que o ministro da Agricultura convide Deus Pinheiro para visitar algumas zonas de vinha, tentando sensibilizá-lo. Não se sabe como será a corrida dos ministros à sensibilização de Cavaco Silva, mas a disputa deverá ser renhida. Ah! E como não será nas reuniões do Conselho de Ministros?

Restrições

Adiantando mais alguns dados ao que já tinha sido posto a correr por aí, dois matutinos de Lisboa davam

grande destaque nas suas edições de ontem - dia da reunião do Conselho Permanente da Concertação Social - à intenção do Governo de congelar as despesas com pessoal durante o ano de 1992 e acelerar a criação de excedentes. Uma nota da federação sindical deste sector (FNSFP) repudiou prontamente tais intenções, de que tomou conhecimento apenas através dos jornais, comentando que «tais notícias só podem significar uma de duas coisas: ou o Governo, ganhas as eleições, decidiu meter na gaveta todas as promessas eleitorais e prepara-se para impor autoritariamente a drástica redução dos salários reais da Função Pública e a diminuição dos efectivos; ou o Governo pretende criar na opinião pública e nos trabalhadores um estado de choque gerador de um clima propício à mais fácil aceitação de despedimentos e criação de excedentes, e de uma baixa proposta de aumentos». Contra isto, realmente, só «a firme resposta dos trabalhadores do sector», a que apelam as estruturas sindicais.

Siglas

Que os leitores de jornais se vêem muitas vezes em papos de aranha por causa do uso e abuso de siglas, já se sabe há muito tempo. Agora ficámos a saber que também há esse problema no diário da Quinta do Lambert. Naquela pequenina secção que se chama «O Público

errou» e que é feita para pedir pequenas desculpas pelos erros pequenos, veio a lume essa grande confissão. Um leitor escreveu segunda vez para dizer que, na carta de sua autoria publicada dias antes no jornal, onde veio escrito *Federação Médica Portuguesa*, devia constar *Faculdade de Medicina do Porto*. Percebe-se que ele só tinha escrito *FMP*. Foi o pretexto, certamente há muito esperado, para o troco que os leitores estavam mesmo a pedir da parte de quem tem que lhes ler as prosas: «Aproveitamos este erro do Público para pedir aos nossos leitores que evitem o uso de siglas nos seus textos». Esmerem-se, leitores, evitem as siglas! Sabem lá o trabalho que dá decifrar essas maiúsculas que poluem os textos das vossas cartas? Assim é que é! PAP! (Isto é, Palmas ao Público).

Museu?

Então não é que, na Polónia, vai ser criado daqui a dias aquele que é apresentado como o primeiro museu do anticomunismo em todo o mundo!? Os organizadores do museu - pelo que foi divulgado - tencionam também criar uma biblioteca especializada em livros relacionados com a luta contra o comunismo. Será que o anticomunismo já é apenas peça de museu? Pelo que por cá se vê todos os dias, não é bem assim, antes pelo contrário: quanto mais anunciam a morte do comunismo, mais mostram as suas verdadeiras garras os fanáticos do *anti*.

Frases da Semana

“A extinção da companhia estatal do S. Carlos é uma decisão polémica e talvez mesmo condenável. Mas revela Maria José Nogueira Pinto como alguém com coragem para decisões difíceis, o que há muito não se vê no Governo.”

✉ Joaquim Vieira, «Quente & Frio» — «Expresso», 30/11/91

“O Timor-Gap é apenas o traçar de um limite à plataforma continental australiana. Não estamos a explorar os recursos de Timor.”

✉ Stuart Hume, embaixador da Austrália — «O Diabo», 3/12/91

“É evidente que não poderemos aceitar uma situação destas. Temos que defender o ensino público efectivo, porque o que está na Lei está do nosso lado: diz que o ensino deve ser tendencialmente gratuito. E o risco que estamos a correr é que, cada vez mais, o ensino superior seja elitista e que, cada vez menos, os estudantes deste país possam vir a estudar no ensino superior.”

✉ Rui Pereira, estudante, da organização da manifestação dos estudantes em Lisboa — Jornal das 9, Canal 2, 28/11/91

“Quando se fazem orçamentos para monumentos que já são obras de arte, é complicado chegar-se a números rigorosos. Quanto acha que foi a diferença entre os custos estimados e os custos finais, na construção dos Jerónimos?”

✉ Ferreira do Amaral, M. O. P. — «Expresso», 30/11/91

“Se há 9 por cento de monárquicos e se temos 0,45 por cento de votos, nitidamente, o nosso trabalho está por fazer.”

✉ Nuno Cardoso da Silva, PPM, — «Expresso», 30/11/91

Televisão

Filmes na TV

Quinta, 5

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Cousteau: «Gente do Mar»
14.00 Brinca Brincando
14.35 Intermezzo
(ver «Filmes na TV»)
15.45 National Geographic Magazine
16.10 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.05 Caderno Diário
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.25 Rainha da Sucata
21.35 Os Simpsons
22.00 Traffik
22.55 Os Olhos da Lua
00.10 24 Horas
00.45 Remate
00.55 O Teatro de Ray Bradbury

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Os Cavaleiros das Estrelas
12.25 Curso de Inglês
12.40 Histórias da Nossa Terra
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora Escolha (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora Escolha (II)
15.30 Recreio do 2
16.35 Guarda Florestal
17.25 A Natureza das Coisas
17.55 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.25 Aventura do Conhecimento
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 A Ilustre Casa de Black Adder
22.00 Requiem de Mozart
23.05 Garotas na Broadway
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 6

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Exploração
14.00 Brinca Brincando
14.35 Beija-me, Comandante
(ver «Filmes na TV»)
16.25 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.05 Caderno Diário
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.25 Rainha da Sucata
21.30 Hotel New Hampshire
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Cheers, Aquele Bar
24.00 24 Horas
00.35 Remate
01.05 Amor e Sangue
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Universo Juvenil
12.30 Curso de Alemão
12.45 Histórias da Nossa Terra
13.00 Filhos e Filhas
13.25 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
17.00 Burlescos
17.25 A Raça Humana
17.50 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino

19.25 B.I.
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 Por Mares Nunca Dantes Navegados
22.30 Pantanal
24.00 Rotações
01.00 Visões

Sábado, 7

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.55 A Guerra dos Mundos
14.45 Prince: The Nude Tour
15.45 T & T
16.10 A Mentira
(ver «Filmes na TV»)
17.50 E os Muros Caíram...
18.45 Paradise
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Desenhos Animados
21.30 Kananga do Japão
23.05 Casa Cheia
23.55 Sexo, Mentiras e Vídeo
(ver «Filmes na TV»)
01.50 Remate

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
11.35 Forum Musical (I)
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Forum Musical (II)
13.10 Agarra o 2
13.45 Sindbad, o Marinheiro
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio (I)
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.05 Arca de Noé
19.40 Outras Músicas
21.00 Estádio (II)
23.30 Pantanal
01.00 As Teias da Lei

Domingo, 8

Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.25 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 Os Jovens Cowboys
14.00 Desafios da Vida
14.50 Top+
15.40 O Rapaz na Redoma
(ver «Filmes na TV»)
17.20 As Aventuras do Cavalo Preto
17.45 ET - Entretenimento Total
18.50 Os Golos da Jornada
18.55 McGyver
20.00 Jornal de Domingo
20.35 Desenhos Animados
20.45 Kananga do Japão
22.25 Domingo Desportivo
23.35 O Sangue dos Outros
00.25 Conversa Afiada
01.30 Remate

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Revolução Azul
10.55 Regiões Magazine
11.55 Primeiro Jornal
12.00 Agarra o 2
13.05 Vida Nova
14.00 Troféu
18.25 Kir Royal
19.25 Crónica
20.15 Palavra Puxa Palavra
21.00 Nós 2
22.00 O Sr. Almaníaco
22.05 Artes e Letras: «The Beatles: Memórias»
22.55 O Lugar do Morto
(ver «Filmes na TV»)
01.00 Tauromaquia

Segunda, 9

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sobrevivência



14.00 Brinca Brincando
14.35 A Última Testemunha
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Rainha da Sucata
21.30 O Preço Certo
23.00 O Rei dos Jornais
00.05 24 Horas
00.40 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Primeiro Jornal
12.05 O Homem da Carabina
12.30 Curso de Alemão
12.45 Histórias da Nossa Terra
12.55 Filhos e Filhas
13.40 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.00 As Aventuras de Black Beauty
17.00 Documentário
18.00 Clip-Club
18.15 Eterno Feminino
19.20 Dramazine
19.50 Arsenio Hall
21.00 Jornal das Nove
21.35 Falar Claro
22.35 Teatro

Terça, 10

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Nave Terra
14.00 Brinca Brincando
14.35 Passagem para Hong-Kong
(ver «Filmes na TV»)
16.05 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Rainha da Sucata
21.15 A Lei de Murphy
22.55 Primeira Página
23.55 Carol & Companhia
00.25 24 Horas
01.00 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Primeiro Jornal

12.05 Goolies
12.30 Curso de Francês
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.30 Madiken
17.00 Sobrevivência
17.30 Tribunal de Juri
18.00 Clip Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Cinemazine
19.55 O Grande Sonho
21.00 Jornal das Nove
21.35 1000 Imagens
22.10 Ópera do Malandro
(ver «Filmes na TV»)
00.20 Pop-Off

Quarta, 11

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Brinca Brincando
14.35 Fuga no Deserto
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Tu Cá, Tu Lá
17.10 Brinca Brincando
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Rainha da Sucata
21.20 Vamos Jogar no Totobola
21.30 Tempo de Guerra
(ver «Filmes na TV»)
00.25 24 Horas
01.00 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Primeiro Jornal
12.05 2020 - Polícias em Acção
12.30 Curso de Francês
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora, Escolha! (I)
18.10 Riviera
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.30 O Caminho das Estrelas II
17.30 Fora de Horas
17.55 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Uma Questão de Palavras
19.40 Concerto para Jovens
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Jovem Mozart
23.15 Carlos Cruz: Quarta-feira

Intermezzo

«Intermezzo - A Love Story» (EUA/1939). Realização de Gregory Ratoff. Interpretação de Ingrid Bergman, Edna Best, Leslie Howard. P/B, 67 minutos.

Um aspecto singular que ficou a marcar este melodrama deve-se ao facto de que Ingrid Bergman, a protagonista, pela segunda vez interpretou o mesmo papel, após uma primeira versão do filme produzido no seu país de origem, a Suécia.

Não constituindo, propriamente, uma obra primeira na sua

clube desta noite prosseguindo o ciclo dedicado a Busby Berkeley. Que o argumento se baseia nos costumes «clichés» do género é problema de somenos importância, já que verdadeiramente fabulosos são os números musicais superiormente coreografados para a câmara por Mestre Berkeley. E que dizer das canções que fizeram época, verdadeiros «standards» como «I Only Have Eyes For You» ou essa outra que leva o (incrível) título «When You Were A Smile On Your Mother's Lips And A Twinkle In Your Daddy's Eye?»

Quinta, 23.05, Canal 2



inesquecível filmografia, é fora de dúvida que este filme - o primeiro que rodou nos Estados Unidos - ficou a constituir o momento de arranque de uma das mais brilhantes carreiras que o cinema conheceu. A seu lado, Leslie Howard interpreta o papel de um violinista de nomeada, casado, que se apaixonou pela sua protegida musical. Por vezes demasiado em primeiro plano, o tema musical (de Robert Henning e Heinz Provost), belíssimo, ficou também a marcar uma certa maneira de inventar música para o cinema.

Não se esqueça de programar o vídeo!

Quinta, 14.35, Canal 1

Beija-me, Comandante «The Captain's Table» (GBR/1960). Realização de Jack Lee. Interpretação de John Gregson, Peggy Cummings, Donald Sniden. Cor, 89 minutos.

Comédia mediana que conta a história do comandante de um navio de carga que é transferido para o comando de um paquete de luxo e tem de fazer um certo número de compromissos para que as coisas corram a bordo sobre rodas. Boas interpretações de John Gregson e Peggy Cummings.

Sexta, 14.35, Canal 1

Hotel New Hampshire

«The Hotel New Hampshire» (EUA/1984). Realização de Tony Richardson. Interpretação de Rob Lowe, Jodie Foster, Beau Bridges, Nastassja Kinski. Cor, 104 minutos.

A longa distância dos notáveis filmes que fez no início da sua car-

Garotas da Broadway

«Dames» (EUA/1934). Realização de Ray Enright. Interpretação de Joan Blondell, Dick Powell, Ruby Keeler. P/B, 91 minutos.

Mais um verdadeiro regalo para os olhos e ouvidos é o filme escolhido pela RTP para o Cine-

reira, como brilhante representante dos «Angry Young Men» britânicos, esta obra de Tony Richardson, uma das suas últimas, foi realizada nos EUA e conta a história de um americano que vem para a Baviera dirigir um hotel, envolvendo-se numa série de aventuras bizarras. Adaptação menos conseguida de um romance de John Irving, a atenção vai para as interpretações e, por maioria de razões, para Jodie Foster ou Nastassja Kinski, conforme os gostos.

Sexta, 21.30, Canal 1

Amor e Sangue

«Flesh and Blood» (EUA/1985). Realização de Paul Verhoeven. Interpretação de Rutger Hauer, Jennifer Jason Leigh, Tom Burlinson. Cor, 122 minutos.

Citado como alegada «parábola sobre a violência do terrorismo e dos raptos políticos», este novo filme americano do realizador holandês Paul Verhoeven (Robocop) só conserva, do título português, sangue, muito sangue, de mistura com carne, violência, sexo e uma grande dose de mau gosto. Para esquecer.

Sexta, 01.05, Canal 1

Sindbad, o Marinheiro

«Sindbad, the Sailor» (EUA/1947). Realização de Richard Wallace. Interpretação de Douglas Fairbanks, Maureen O'Hara, Anthony Quinn. Cor, minutos.

O véu sobre o rosto, de olhos azuis e cabelos ruivos, de Maureen O'Hara e a desenvoltura ginástica de Douglas Fairbanks Jr., são dois símbolos visuais deste filme, verdadeiro capa-e-espada de aventuras, cuja memória não pode deixar de ligar-se ao espectáculo de entretenimento hollywoodiano, bem próprio, aliás, para uma tarde de sábado. Porque o cinema é também isso, deixemo-nos escapar aos problemas quotidianos e embarquemos com Sinbad e Shireen, em busca do tesouro de Alexandre...

Sábado, 13.45, Canal 2

A Mentira

«Pack of Lies» (EUA/1987). Realização de Anthony Page. Interpretação de Ellen Burstyn, Teri Garr, Alan Bates, Sammi Davis. Cor, minutos.

Nos anos 60, um casal inglês permite que a sua casa seja utilizada pelos serviços secretos ingleses para espiar um casal canadiano, seus amigos íntimos, que (facto conhecido deles) eram agentes do KGB. Ao que parece, a este filme mediano pouco mais resta do que uma boa interpretação de Ellen Burstyn, nomeada para o Emmy.

Sábado, 16.10, Canal 1



Sexo, Mentiras e Vídeo

«Sex, Lies and Videotape» (EUA/1989). Realização de Steven Soderbergh. Interpretação de James Spader, Andie MacDowell, Peter Gallagher, Laura San Giacomo. Cor, 96 minutos.

Steven Soderbergh, um jovem americano estreado na realização, conquistou com este filme a Palma de Ouro 1989 em Cannes e teve subsequentemente um notável su-

CINEMA

| | David Lopes | M. M. Luz | Manuel Neves | Paulo Torres |
|-----------------------------------|-------------|-----------|--------------|--------------|
| A O Silêncio dos Inocentes | — | ★★★★ | ★★★★ | ★★★★ |
| B Pensamentos Mortais | — | ★★ | — | — |
| C Um Anjo à Minha Mesa | — | ★★ | — | ★★★ |

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Jonathan Demme — City Cine (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
B — Real. Alan Rudolph — Amoreiras/6 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24); Quarteto/4 (14.30, 16.30, 18.15, 20.00, 22.00, 24.00); S. Jorge/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
C — Real. Jane Campion — King/3 (13.30, 16.15, 19.00, 21.45) — Lisboa.

cesso junto do público, que a este desfiar das intimidades de dois homens e duas mulheres envolvidos numa teia amorosa insólita. Com segurança e sensibilidade, Soderbergh define situações e personagens com notável rigor, no que teve preciosa ajuda nos quatro notáveis actores que escolheu, eles também quase desconhecidos. James Spader, aliás, seria igualmente galardoado em Cannes como o melhor actor desse festival.

Sábado, 23.55, Canal 1

O Rapaz na Redoma

«The Boy in the Plastic Bubble» (telefilme, EUA/1976). Realização de Randal Kleiser. Interpretação de John Travolta, Glynnis O'Connor, Robert Reed. Cor, 96 minutos.

Do género «melodrama leve-zinho», apesar do sério dramatismo da situação de que parte (um rapaz que vive encerrado numa câmara de plástico protectora, por ter nascido sem sistemas de imunidade), John Travolta, o protagonista, é de prever que não se deixe abater pela situação e empreste à personagem aquele ar «azougado» de que já mais desiste.

Domingo, 15.40, Canal 1

O Lugar do Morto

Realização de António Pedro Vasconcelos (Port/1984). Interpretação de Ana Zanatti, Pedro Oliveira, Teresa Madruga. Cor, 114 minutos.

Este filme ocupa seguramente um lugar cimeiro no cinema português das últimas três ou quatro décadas pelo sucesso comercial que obteve. O que não é fruto do puro acaso: com eficácia e desenvoltura narrativa, bom trabalho de câmara e uma notável («cinematográfica») direcção de actores, António Pedro Vasconcelos construiu em português um «thriller» com uma certa atmosfera de filme negro a que a generalidade do público das salas francamente aderiu.

Não é a primeira vez que a RTP o exhibe, mas aqui está um dos casos em que a repetição é bem-vinda.

Domingo, 22.55, Canal 2

A Última Testemunha

«The Parallax View» (EUA/1974). Realização de Alan J. Pakula. Interpretação de Warren Beatty, Paula Prentiss, William Daniels. Cor, 102 minutos.

Inspirando-se no assassinio do senador Robert Kennedy, Alan J. Pakula traça neste filme, a propósito desse episódio e do conturbado período em que ocorreu, o retrato crítico dos bastidores da política norte-americana, temática que retomaria anos depois em «Os Homens do Presidente», já exibido pela RTP, com sucesso semelhante mas sem tanto brilho. Como é de prever, Warren Beatty veste como uma segunda pele o papel de jornalista investigador - e perdedor: uma das originalidades do filme é que, como foi na vida, os maus é que ganham...

Segunda, 14.35, Canal 1

Passagem para Hông-Kong

«Ferry to Hong-Kong» (GBR/1961). Realização de Lewis Gilbert. Interpretação de Orson Welles, Curt Jurgens, Sylvia Syms. Cor, 113 minutos.

Welles apanhado numa das suas costumeiras práticas: ganhando, com talento, dinheiro (no caso, da Rank) para poder custear os seus sonhos geniais. É aqui o comandante de um ferry-boat, em demanda de um porto que aceite um exilado austríaco que transporta.

Terça, 14.35, Canal 1

A Ópera do Malandro

Realização de Ruy Guerra (Brasil/1986). Interpretação de Edson Celulari, Elba Ramalho, Cláudia Ohana, Ney Latorraca. Cor, 108 minutos.

Trata-se da adaptação cinematográfica da «Ópera» de Chico Buarque, dirigida por Ruy Guerra, o moçambicano que se tornou nos anos sessenta um dos nomes mais importantes da cinematografia brasileira. Nesta versão a música de Chico Buarque continua a ser vedeta absoluta.

Terça, 22.10, Canal 2

Fuga no Deserto

«Escape from Zahrain» (EUA/1962). Realização de Ronald Neame. Interpretação de Yul Brynner, Sal Mineo. Cor, 83 minutos.

Uma movimentada história de «policías e ladrões», cujo ponto de partida é o assalto a uma carrinha da polícia. Insólito, só o cenário: em vez de uma qualquer grande metrópole americana, um país árabe. E Yul Brynner, para acentuar o quadro de exotismo.

Quarta, 14.35, Canal 1

Tempo de Guerra

«Cal» (Irl-GBR/1984). Realização de Pat O'Connor. Interpretação de Helen Mirren, John Lynch, Donald McCann. Cor, 102 minutos.

A Irlanda dilacerada pela luta política, através da história de um jovem activista católico, Cal McCluskie, que começa a vacilar nas suas convicções quando conhece a viúva de um polícia em cujo assassinato interviu.

O filme é uma primeira obra de um jovem realizador irlandês, Pat O'Connor, e foi produzido pelo britânico David Puttnam, que posteriormente produziu outras obras inspiradas em conflitos sociais e políticos do nosso tempo - designadamente «Terra Sangrenta».

Quarta, 21.40, Canal 1

Tempo

Nas regiões do Norte, céu muito nublado, vento geralmente forte de Leste.

Nas regiões do Centro e Sul, céu geralmente muito nublado e vento moderado a forte de Sudoeste. Aguaceiros, que serão de neve nas terras altas.

Descida de temperatura em todo o território.

TEATRO

CASA DA COMÉDIA

R. S. Francisco Borja, 25 (às Janeiras Verdes). Tel. 607299. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00, O ÚLTIMO DOS MARIALVAS, de Neil Simon, encenação de Melinda Mourão.

CLUBE ESTEFÂNIA

R. Antª Maria Inácio, 41, r/c. Tel. 542249. De 3ª a 6ª às 21.30, sáb. às 17.00, dom. às 21.30, DESIMAGINAÇÃO, de António Pedro, com o grupo Persona.

TEATRO ABERTO

Pç. de Espanha. Tel. 7970969. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16., HOTEL DA BELA VISTA, de Odon von Horváth, encenação de Hellmut Reinke.

TEATRO DO CALVÁRIO

R. Leão de Oliveira, 1. Tel. 3639974. De 5ª a dom. às 21.30, AMOR TAMBÉM DE PERDIÇÃO, produção e encenação de Fernando Gomes/Teatro Livre.

TEATRO DA COMUNA

Pç. de Espanha. Tel. 7260818. Sala 1: de 2ª a sáb. às 21.30, dom. às 17, MÁ SORTE TER SIDO PUTA, de John Ford, encenação de João Mota. Café-Teatro: sáb., às 24.00, II FESTIVAL DA OTITE, de Carlos Paulo, encenação de João Mota.

TEATRO MARIA VITÓRIA

Parque Mayer. Tel. 3461740. De 3ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. e feriados também às 16.00, VAMOS A VOTOS, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga e M. Mota.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Rossio. Tel. 3472246. De 3ª a sáb. às 20.30, dom. às 16. PASSA POR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filipe La Féria.

TEATRO DA TRINDADE

Rua Nova da Trindade. Tel. 3423200. De 3ª a sáb. às 20.30, sáb. e dom. às 16.30. INVERNO 45, de Michel Deutsch, encenação de Castro Guedes.

Para crianças

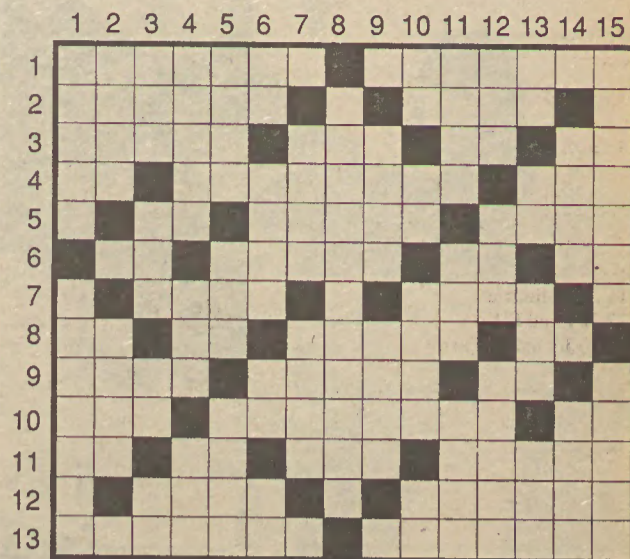
TEATRO DO CALVÁRIO

R. Leão de Oliveira, 1. Tel. 3639974. Sáb. e dom. às 16.00; de 3ª a 6ª grupos organizados. A GRANDE AVENTURA, texto e encenação de Fernando Gomes, produção do TIL.

TEATRO DE CARNIDE

Azinhaga das Freiras. Tel. 7145178. Domingo às 11.00. TRIC-TRAC, TERRA DOCE, AMARGO SABOR, encenação de J.S. Ricardo.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Capinhas de toureiro; natural de Ovar; 2 - tremeu; de raça árabe; 3 - estaquem; chega; Cálcio (simb.); nota mus.; 4 - art.; respisara; coloração; 5 - acusada; grainha seca; lavram; 6 - pron. pess.; filho de Dédalo cujas asas de cera se derreteram; grito de dor; o Sol para os egípcios; 7 - reside; deus do Amor entre os gregos; 8 - senhor (abrev.); ali; ouriço; prep.; 9 - punição; gesto; medida itinerária chinesa; 10 - preço; oferta a Deus; escumilha; 11 - cont. prep. e art.; arrieira; cont. prep. e art.; pões abas; 12 - indeciso; demolira; 13 - prevenira; presságios.

VERTICAIS: 1 - Galo castrado; país europeu; 2 - vizinhanças; irmão de Rómulo; 3 - parelha; guardante de melaço; Nobélio (simb.); seis romanos; 4 - sobrecarregue; panela; defeito; 5 - um dos 12 apóstolos; cólera; pagamento; 6 - pron. pess.; animal roedor americano; brisa; letra grega (inv.); 7 - verdadeira; rossa; 8 - tiraremos; 9 - ilha grega do mar Egeu; amada de D. Pedro; 10 - ande; letra grega; repetições; Prata (simb.); 11 - cofre; altar; batráquio; 12 - braço de rio; escudeiro; desonra; 13 - saía; Cromo (simb.); conheço; rio da Suíça; 14 - produzir som; janota; 15 - asseveram; flor (pl.).

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

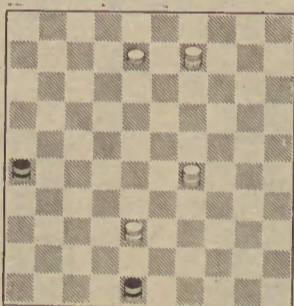
HORIZONTAIS: 1 - Ama; carapau; ola; 2 - Curie; Oiã; nevar; 3 - acatar; pelado; 4 - coseram; visaram; 5 - is; largar; sã; 6 - sabor; rapaz; 7 - Cu.; egi; ou; 8 - alais; naifa; 9 - ao; sinas; Na.; 10 - Murtoza; safiras; 11 - aviado; sarada; 12 - desse; ira; talar; 13 - amo; soveiro; ema.

VERTICAIS: 1 - Acácio; camada; 2 - mucos; ouvem; 3 - aras; sua; riso; 4 - itera; lotas; 5 - ceaz; boa; odes; 6 - ralo; isso; 7 - ró; maresia; IV; 8 - aia; pré; 9 - pá; varinas; ai; 10 - pira; asas; 11 - unes; pai; fato; 12 - elara; feira; 13 - Ovar; zoa; ralé; 14 - ladas; nadam; 15 - aromas; casara.

DAMAS

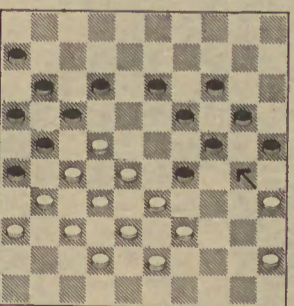
CCCXXXII - 5 de Dezembro de 1991
Proposição nº 332
Por: J. Vardon
Jeu de Dames, 15.IV.1984

Pr.: [2]: (26)-(48)
Br.: [4]: 8-(9)-(29)-(38)



Branças jogam e ganham (5T) (5T)

Golpe Nº 332
Por: Émile Mathieu
Jogando contra A.F., 1982 (CDT)
Pr.: [14]: 6-11-12-13-14-16-17-19-20-21-24-25-26-29
Br.: [14]: 22-27-28-31-32-33-35-36-37-38-39-42-43-45



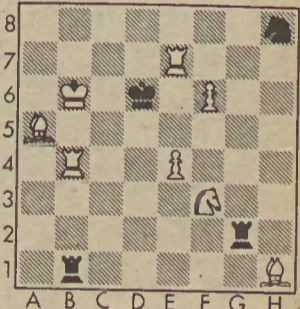
Tentando ganhar um peão as brancas jogaram 35-30??, mas...

Soluções do Nº CCCXXXII Nº 332 (J.V.): 1. 8-3=D!
(48-30); 2. 38-43 e 3. 9-25+
1.
(26-37); 2. 9-31 e 3. 38-42 e 4. 29-12+
Golpe Nº 332 (É.M.): 1. 35-30?; (25x34); 2. 39x30, (24x35); 3. 33x15, (35-40); 4. 45x34, (14-20); 5. 15x24, (19x48=D)+
A. de M.M.

XADREZ

CCCXXXII - 5 de Dezembro de 1991
Proposição nº 332/A
Por: M. Doudon
Le Courier des Echecs Nº 229/1976

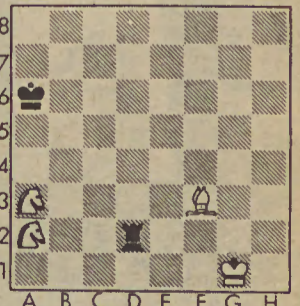
Pr.: [4]: Ch8-Ts.b1, g2-Rd6
Br.: [8]: Ps. e4, f6-Cf3-Bs. a5, h1-Ts. b4, e7-Rb6



Mate em 2 lances

Proposição Nº 332/B
Por: A. A. Troitski
L'Echiquier, 1927

Pr.: [2]: Td2-Ra6
Br.: [4]: Cs. a2, a3-Bf3-Rg1



Branças jogam e ganham

Soluções do Nº CCCXXXII Nº 332/A (M.D.): 1. Cd2! [Ameaç: 2. Cç4++]
1.
T: d2 (Tç1/T:b4+); 2. e5 (Td4/B:b4++)
Nº 332/B (A.A.T.): 1. Cb4+, Ra7!; 2. Cç4, Rd7; 3. Cç6+, Cb7 (a8); 4. Cç5++
A. de M. M.



ESTUDANTES NA RUA

As fotos são de Jorge Caria. Documentam a manifestação nas ruas de Lisboa dos estudantes universitários que na passada sexta-feira percorreram o caminho do Ministério da Educação até à Reitoria da Universidade. Alunos

das faculdades de Letras, Ciências, Belas-Artes, Arquitectura, Psicologia, Direito e Ciências Sociais e Humanas disseram ao reitor e ao ministro não estarem dispostos a pagar os custos de um ensino que, para bem do País, o Estado não

deveria esquivar-se a pagar. «Bolsas sim, propinas não!» foi o mote. Tudo porque as dificuldades financeiras de um orçamento apertado para a educação desmentem a demagogia dita «prioridade nacional» e desvendam uma

realidade conflagradora: universidades sem dinheiro para iniciar o ano lectivo, pagar salários a professores ou, até, comprar papel higiénico! Os estudantes estiveram na rua. Agora por estas razões. E amanhã?



ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

A cura do síndrome

Até à próxima segunda-feira os diversos ministérios terão de enviar ao ministro das Finanças, Braga de Macedo, os orçamentos dos departamentos que tutelam e, segundo apurou o «DN», as normas de elaboração do orçamento dos diversos ministérios e organismos públicos «incluem a manutenção das despesas correntes com o pessoal com base no orçamento para 1991, e não contemplam nenhum aumento para as outras rubricas».

Quer isto dizer que o Governo tem pressa em concretizar uma medida revolucionária: pagar, no ano que vem, ordenados ao funcionalismo público iguais aos que pagou este ano. Não nos ocorreria solução mais justa: recebendo o mesmo, ninguém ganha nem perde. A inflação, naturalmente, vai empanturrar-se com este budo, mas que são 12 ou 13 por cento a menos nos salários dos funcionários públicos?

Exactamente o mesmo que 12 ou 13 por cento a mais nas despesas e consumo de 1992! Se querem maior equidade que isto, então não se pode ser prior nesta Freguesia...

Quanto ao ritmo das obras públicas, foi-lhe anunciado «o abrandamento» para os próximos anos. Compreende-se. O ritmo de obras deste ano eleitoral cansaria qualquer Governo. Além disso já ninguém pode com tanta estrada, há para aí toneladas de eleitores que nunca viu o Douro quanto mais a ponte de S. João, os doentes podem muito bem continuar a tratar-se nos hospitais que se hão-de construir e não se vislumbra qualquer vantagem em retirar aos estudantes o estimulante hábito de competir por vagas e instalações que não chegam. Além disso há que proteger o ministro Ferreira do Amaral, porque o homem ainda acabava por se estampar ou levar uma pedrada séria, no frenesim em que andava de mota a visitar obras.

Mas voltando à Função Pública, se os salários ficam na mesma para poderem baixar, o destacamento de funcionários vai descer para que as contas do Governo possam subir. É evidente que as duas medidas se articulam, e em nome dos interesses dos trabalhadores por conta do Estado: ganhando menos, também não são obrigados a deslocar-se tanto. É verdade que a restrição irá agravar debilidades funcionais crónicas nas estruturas estatais ditas de serviço nacional, mas manda o bem público que o Estado dê o exemplo e imponha a si próprio austeridades incontornáveis. Como, para o Governo, «l'État c'est moi», esta auto-imposição de carências ganha dimensão ética, e lá porque serão os cidadãos a apertar o cinto enquanto os governantes o manterão largo, não retira justeza ou dignidade ao acto. O Luis XIV fazia o mesmo e ninguém diz mal do homem.

Mas o Governo tem uma visão global dos problemas e, além disso, usa procedimentos democráticos irrepreensíveis. Quando comem, comem todos. Assim, para a sociedade civil, já aí está a Concertação Social com os instrumentos necessários para não cair do combóio da modernidade abaixo. E quem lhos deu foi o Governo, primeiro com o pacote laboral - que já está a permitir ao patrão despedir e explorar à vontade para levantar a nossa economia - agora com este exemplo de auto-austeridade estatal - que irá aproximar os trabalhadores, sejam públicos ou privados, neste imperativo nacional de se ganhar menos para o País crescer mais.

É verdade que tudo isto é o oposto ao que o partido governamental prometeu este ano, até à boca das urnas e da renovação da maioria absoluta, mas quem pensou que não seria assim confirma-se, certamente, portador do síndrome que o novel ministro das Finanças, Braga de Macedo, diagnosticou aos portugueses do alto do anúncio destas medidas: o da «impaciência gastadora».

Talvez agora se curem

HC

Álvaro Cunhal em comício no Cinema Império

A DORL apela aos membros do Partido e ao povo da região de Lisboa para participarem no comício que terá lugar no próximo dia 13, no Cinema Império, às 21,30, em que participará o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal.

Na reunião recentemente realizada, a DORL decidiu igualmente apoiar a iniciativa de solidariedade com Timor convocada por diversas organizações unitárias, para o próximo dia 12 do cor-

rente mês, com marcha da Alameda para a Praça do Comércio.

Os comunistas da região de Lisboa examinaram também os principais efeitos da política de direita, em que se destaca a «fúria privatizadora do Governo ao sabor dos interesses do grande capital e das multinacionais, a ameaça de despedimentos de trabalhadores da Administração Central e Local, ao abrigo da recente legislação bem como

a crescente vaga de desemprego que atinge vários sectores de actividade. A DORL pronuncia-se pela necessidade de uma enérgica resposta a esta situação por parte dos trabalhadores e das suas organizações de classe, bem como do Partido.

Foi ainda examinada a actividade decorrente da intervenção dos comunistas da região na preparação da Conferência Sindical e adoptaram-se medidas no trabalho de direcção e política de qua-

dros. Neste âmbito é de realçar a cooptação para a DORL e a eleição para o seu Executivo e Comissão Distrital da camarada Helena Medina e a eleição para a Comissão Distrital dos camaradas Joaquim Dias e Júlio Vintém.

Por fim, foram avaliados aspectos preparatórios do Encontro de Quadros da ORL, previsto para 25 de Janeiro de 1992, que terá como objectivo aprofundar a ligação do Partido às massas.

Aprovada proposta da CDU

Novos horários de Coimbra não passam na Assembleia

Os comerciantes e os trabalhadores do comércio de Coimbra estão de parabéns pela brilhante vitória alcançada na passada sexta-feira, ao verem derrotada, na reunião da Assembleia Municipal, a proposta da Câmara, de liberalização dos horários do comércio.

A concentração dos trabalhadores do comércio, junto à Câmara, à hora do almoço e a presença dos trabalhadores e comerciantes na Reunião da Assembleia Municipal, representaram uma mobilização de massas exemplar, culminando todo um trabalho de esclarecimento e mobilização entre os comerciantes e os trabalhadores, ao longo de meses, através de reuniões, abaixo-assinados, bancas de rua, programas de rádio, etc., levados a cabo pelo Sindicato e pelo Movimento de Comercian-

tes Contra a Liberalização dos Horários.

O Executivo Camarário que havia votado esmagadoramente o novo regulamento de horários, com um único voto contra, o do vereador da CDU, não ponderou os interesses dos comerciantes, nem dos trabalhadores do Sector.

O horário que se pretendia impor, das 6 às 24 horas, não seria fonte de modernização, não melhoraria as vendas, nem alargaria os postos de trabalho, como ficou demonstrado na Assembleia. Agravaria, isso sim, os estrangulamentos existentes, desestabilizaria o comércio, e a vida dos comerciantes e dos trabalhadores. Seria a escravatura, como foi referido.

Ficou demonstrado que não há na cidade infra-estruturas de infantários, creches-escolas, nem de

transportes públicos capazes de compatibilização com tais horários.

O bom senso prevaleceu e a proposta da CDU, aprovada por 18 votos a favor, 13 contra e 6 abstenções, fez baixar a proposta da Câmara a uma Comissão, no âmbito da Assembleia, composta por todas as forças políticas, para reformulação, «depois de ouvidas todas as partes interessadas: comerciantes, sindicatos, público e outros intervenientes».

Uma parte do PS e o Presidente da Câmara, que ficaram sós a defender a aberração de tais horários, devem tirar as suas próprias conclusões. Todas as virtudes, demagogicamente apontadas na proposta da Câmara PS, escondiam apenas os interesses das grandes superfícies que pretendem instalar-se em Coim-

bra para esmagar o pequeno e médio comércio, que é a totalidade no concelho.

A Comissão Concelhia de Coimbra do PCP alerta os comerciantes do concelho e trabalhadores do sector para continuarem mobilizados e atentos, pois, apesar desta vitória, o assunto ainda não está definitivamente arrumado.

Congresso do PC Sul-Africano

Edgar Correia, membro da Comissão Política do CC do Partido Comunista Português, partiu anteontem para Joanesburgo, onde vai representar o PCP no 8º Congresso do Partido Comunista Sul-Africano - informou o Gabinete de Imprensa do PCP.

Marcha de solidariedade com Timor-Leste, amanhã, às 18 horas, na Alameda

A Comissão Política do CC do PCP divulgou anteontem um apelo à participação na marcha de protesto e pesar contra a repressão indonésia e de solidariedade com o povo de Timor-Leste, documento que aqui publicamos na íntegra. A concentração está marcada para as 18 horas, na Alameda D. Afonso Henriques, em Lisboa.

1. O massacre no cemitério de Santa Cruz, em Dili, perpetrado pelas forças indonésias de ocupação de Timor-Leste, suscitou justamente um expressivo movimento de protesto à escala mundial para o qual a opinião pública portuguesa, com valioso destaque para a juventude, tem dado uma muito importante contribuição.

2. Saudando a heróica e corajosa luta do povo maubere e reiterando uma firme condenação do massacre de Santa Cruz, a Comissão Política do PCP sublinha que não deve ser esquecido que aquele massacre, bem como os anteriores e continuados actos de repressão massiva praticados pelas forças ocupantes de Timor-Leste, são uma consequência da ilegal e violenta ocupação daquele território levada a cabo há 16 anos, precisamente no dia 7 de Dezembro de 1975.

3. São assim essenciais, quer a intensificação da iniciativa política e diplomática de Portugal, quer uma crescente intervenção da opinião pública portuguesa dando força renovada à exigência do fim do genocídio do povo maubere, do termo da ocupação indonésia e da garantia do exercício pelo povo de Timor-Leste do seu inalienável direito à autodeterminação e independência.

4. Salientando o valor, justeza e oportunidade da realização desta iniciativa quando se cumprem 16 anos de ocupação indonésia, a Comissão Política do PCP apela aos membros do Partido, a todos os democratas, ao povo de Lisboa para que se empenhem e participem activamente na marcha de protesto e pesar convocada por um diversificado conjunto de organizações e entidades para a próxima sexta-feira, dia 6, com concentração às 18 horas, na Alameda D. Afonso Henriques, em Lisboa, concretizando assim uma nova e expressiva manifestação de solidariedade com o martirizado povo maubere e com a sua corajosa resistência e luta.

3.12.91

A Comissão Política do CC do PCP